



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

**enammat**

Escola Nacional de Formação  
e Aperfeiçoamento de  
Magistrados do Trabalho





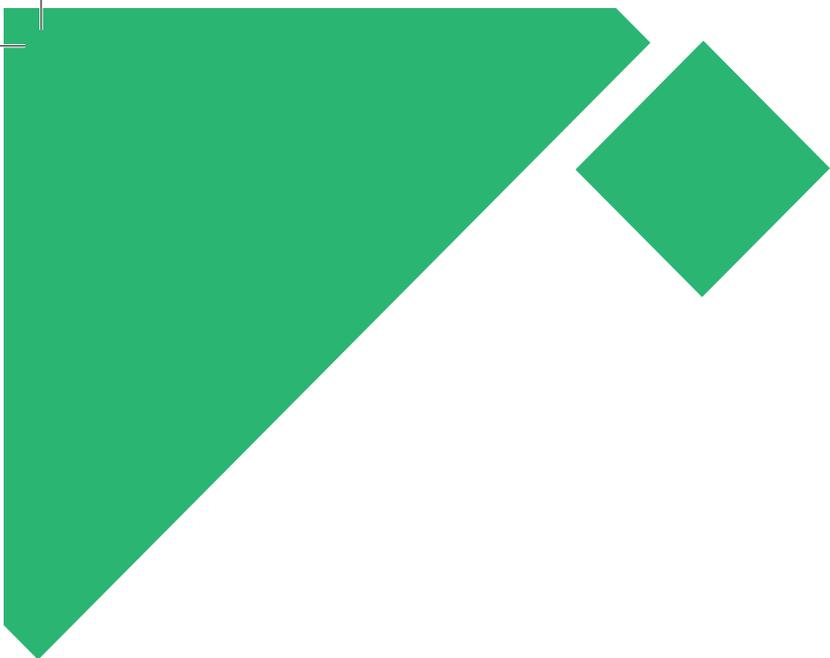
## **BIÊNIO 2016/2018**

### **Diretora**

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

### **Vice-Diretora**

Ministra Maria de Assis Calsing



## APRESENTAÇÃO

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), neste ano, realizou suas atividades com alteração, no mês de março, em sua diretoria, eleita pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho para gestão no biênio 2016/2018.

Buscou a nova administração da ENAMAT a continuidade do trabalho que estava previsto na gestão anterior ou já estava sendo executado e a proposição de novas ações, embasadas nas atribuições constitucionais da Escola Nacional e nas competências estabelecidas pela Resolução Administrativa – TST n.º 1.158/2006, que aprovou o respectivo estatuto, com as modificações introduzidas pela Resolução Administrativa – TST n.º 1.363/2009.

Este primeiro ano de gestão do biênio 2016/2018 foi marcado pelo aniversário de 10 anos de instalação da ENAMAT, primeira escola de magistrados implantada no Brasil após previsão constitucional na EC 45/2004. A data foi marcada por vários eventos comemorativos, que possibilitaram a todos conhecer a trajetória da Escola Nacional e o alcance de seu reconhecimento como instituição de excelência na formação de magistrados.

Em 2016, a ENAMAT, apesar de algumas dificuldades ocasionadas pelas restrições orçamentárias resultantes da crise econômica brasileira, elaborou e executou planejamento adaptado às novas condições, sem afetar a concretização de suas atribuições fundamentais na formação de magistrados. Conseguiu, assim, atingir um patamar elevado nos resultados obtidos, assegurando a superior qualidade do ensino.

A ENAMAT ofereceu aos magistrados da Justiça do Trabalho, no ano de 2016, oportunidade de formação e atualização, com reflexos no exercício da prestação jurisdicional, em prol da sociedade brasileira. Para alcançar esse objetivo, a Escola Nacional deu ênfase às três principais áreas no seu âmbito de atuação: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

Como se pode verificar nos dados apresentados neste Relatório, foram promovidas, em 2016, duas edições do Curso de Formação Inicial, destinado a juízes recém-ingressados na magistratura do trabalho com a finalidade de proporcionar conhecimento teórico e prático para o exercício da jurisdição, totalizando 107 magistrados capacitados.

A programação dos dois Cursos de Formação Inicial contemplou disciplinas de caráter teórico e prático. As aulas teóricas privilegiaram o novo Código de Processo Civil, com enfoque no exercício da função jurisdicional. As aulas práticas abrangeram seminários, laboratórios e oficinas para aprendizagem de conteúdos e técnicas de conciliação, instrução e decisão judicial trabalhista e estágios supervisionados em sessões de órgãos judicantes do TST e STF.

A ENAMAT, na definição dos programas das duas edições do CFI neste ano, norteou diversas atividades para as questões referentes ao novo Código do Processo Civil que impactam o Processo do Trabalho, levando em conta a necessidade de orientar nesse aspecto os Juízes do Trabalho Substitutos que se iniciam na carreira.

Na Formação Continuada, a atual gestão da ENAMAT fomentou, em 2016, a realização de cursos de educação à distância, considerando o abrangente uso das tecnologias aplicáveis à educação na atualidade, assim como as amplas possibilidades que essa modalidade propicia, de permitir a participação de magistrados de todo o País, com inegável interação entre eles na construção do conhecimento, e de minimizar custos com garantia de qualidade.

No total, foram desenvolvidos sete Cursos de Educação à Distância sobre temas necessários à atualização e contínuo aperfeiçoamento dos magistrados vitaliciados: Questões Penais na Justiça do Trabalho; Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais; Efetividade da Execução Trabalhista; Relacionamento da Justiça com a Mídia; Teoria Geral do Juízo Conciliatório; Os Impactos do Novo CPC na Atuação dos Desembargadores e Tribunais do Trabalho; Os Impactos do Novo CPC na Atuação dos Juízes do Trabalho; e Administração de Vara do Trabalho.

A ENAMAT promoveu, ainda, na modalidade presencial, Cursos de Formação Continuada, em sua sede, em Brasília, tais como O Novo CPC na Perspectiva das Instruções Normativas nºs 39 e 40/2016 do Tribunal Superior do Trabalho, que congregou magistrados do trabalho e servidores do TST, e Administração de Tribunais Regionais do Trabalho, direcionado a dirigentes dessas Cortes.

Foram atendidos, assim, na Formação Continuada, em 2016, 868 magistrados trabalhistas e 383 servidores do TST.

Em relação à Formação de Formadores, a Escola Nacional continuou o trabalho iniciado em 2015, de atendimento às necessidades das Escolas Judiciais, com a preparação de servidores que atuam na formação de magistrados do trabalho, distribuídos em três importantes áreas: Gestão Acadêmica, Gestão Orçamentária e Contratações e Gestão em Educação à Distância. As atividades foram desenvolvidas na modalidade educação semipresencial, realizadas em Brasília, na sede da ENAMAT, e por meio do sistema Moodle, de educação à distância.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi  
Diretora da ENAMAT

Promoveu, ainda, presencialmente, em sua sede, em Brasília, o Curso de Formação em Educação à Distância – Perspectivas e Desafios, destinado a magistrados que atuam como professores de cursos de EaD na ENAMAT.

De 21 a 25 de novembro de 2016, a ENAMAT realizou, também em sua sede, em Brasília, na modalidade presencial, o 4.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores, ministrado por Juízes instrutores da Escola Nacional de Magistratura da França, que teve como alunos-participantes Desembargadores e Juízes do Trabalho das 24 Regiões do Brasil.

Na modalidade de educação à distância, a Formação de Formadores contemplou os seguintes temas, em dois cursos realizados: Questões Penais na Justiça do Trabalho e Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho. No total, foram 128 magistrados atendidos e 116 servidores de Escolas Judiciais na área de Formação de Formadores.

A ENAMAT deu ênfase, também, ao estabelecimento e manutenção de acordos de cooperação com várias entidades, que propiciaram intercâmbio de atividades e promoção de ações voltadas à formação do magistrado do trabalho, como a Escola Nacional da Magistratura da França; o Centro de Formação de Assessores e Servidores do TST (CEFAST); o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT); e o Tribunal Regional do Trabalho da 24.ª Região (MS); e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM).

Com o fim de fixar diretrizes e definir atividades para a formação de Magistrados do Trabalho, o Conselho Consultivo da ENAMAT teve robusta participação na atual gestão, com seis reuniões realizadas no decorrer do ano, algumas com a utilização de videoconferências, propiciando economia de recursos.

Também funcionou de forma adequada e harmônica o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela ENAMAT e composto pelas 24 Escolas Judiciais, com duas amplas reuniões realizadas para tratar de questões relativas às ações de formação dos magistrados, assim como por meio de contatos permanentes e visitas institucionais realizadas pela direção da Escola Nacional.

Registra-se, ainda, a presença da direção da ENAMAT, mediante realização de palestras, em diversos eventos relacionados à formação de magistrados, promovidos pelas Escolas Judiciais e por entidades associativas, considerada relevante para intercambiar conhecimentos e interagir com outras instituições com finalidades comuns. Também com esse objetivo, a ENAMAT recebeu em sua sede visitas de magistrados da América Latina participantes do Programa Joaquim Nabuco, de dirigentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e do ilustre jurista alemão Robert Alexy.

A ENAMAT realizou importante evento por ocasião da vinda do Professor Doutor Robert Alexy ao TST. A Conferência Interinstitucional sobre Teoria dos Princípios, Proporcionalidade

e Racionalidade, ministrada pelo eminente jurista alemão, contou com mais de 1.000 (mil) participantes, entre os quais 51 magistrados e 184 servidores do TST, e foi compartilhada com todas as 24 Escolas Judiciais por meio de DVD. O evento integrou as comemorações dos 10 anos da ENAMAT.

Outro relevante evento de formação promovido foi o Seminário Comemorativo dos 10 anos da ENAMAT, com a participação de ilustres palestrantes com experiência na formação de magistrados no Brasil. Marcaram presença no evento 27 magistrados.

Dessa forma, a ENAMAT alcançou o total de 1.181 magistrados e 683 servidores da Justiça do Trabalho atendidos na área de formação em 2016.

A ENAMAT está implementando, por meio de análises desenvolvidas por grupo de trabalho, o Sistema de Gestão de Escolas Judiciais, adequando o sistema desenvolvido no Tribunal Regional do Trabalho da 24.<sup>a</sup> Região ao âmbito nacional, o que possibilitará aperfeiçoamento e uniformidade à administração das secretarias das Escolas.

Neste ano foi aprovada a implantação na Justiça do Trabalho do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da magistratura, que será executada pela ENAMAT. Estudos foram empreendidos na elaboração das normativas que resultaram na aprovação pelo Tribunal Pleno do TST da Resolução Administrativa n.º 1.861, de 28 de novembro de 2016, que disciplina o Concurso Público Nacional Unificado no âmbito da Justiça do Trabalho. A Escola Nacional passa agora a ter competência para realizar o Concurso, que contará com Comissão Executiva Nacional, Comissões Nacionais Examinadoras e Comissões Executivas locais, com o apoio dos Tribunais Regionais do Trabalho.

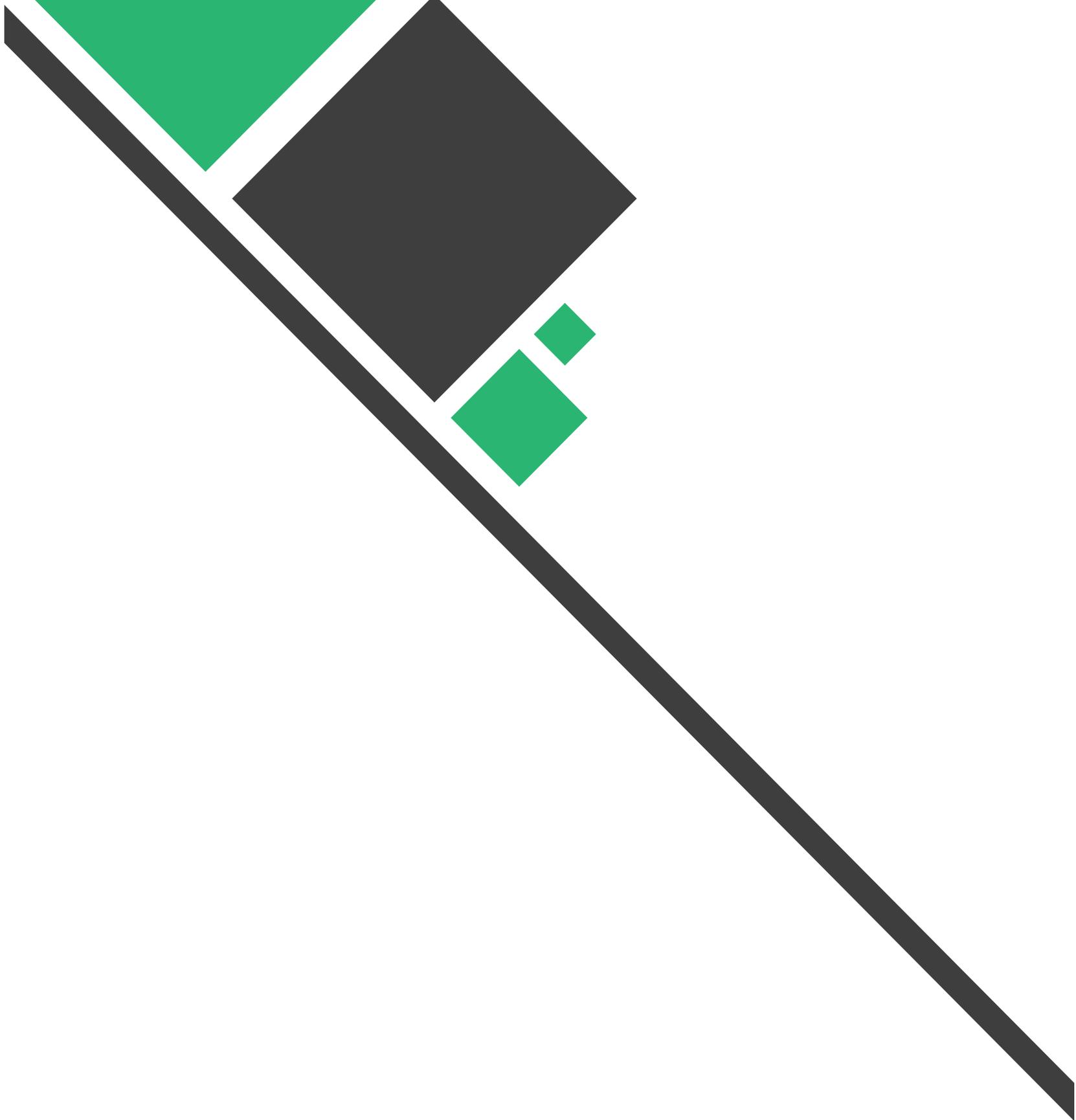
Como se pode verificar das ações acima expostas, 2016 foi um ano de realizações e resultados, com obtenção de conquistas na formação de magistrados do trabalho, graças ao apoio da eficiente equipe da ENAMAT no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, assim como na busca incessante de aprimorar o nível de excelência que tem marcado a atuação institucional ao longo de sua história.

Registram-se aqui os agradecimentos a todos os colaboradores que tornaram possível à ENAMAT as realizações exitosas assinaladas.

**Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**

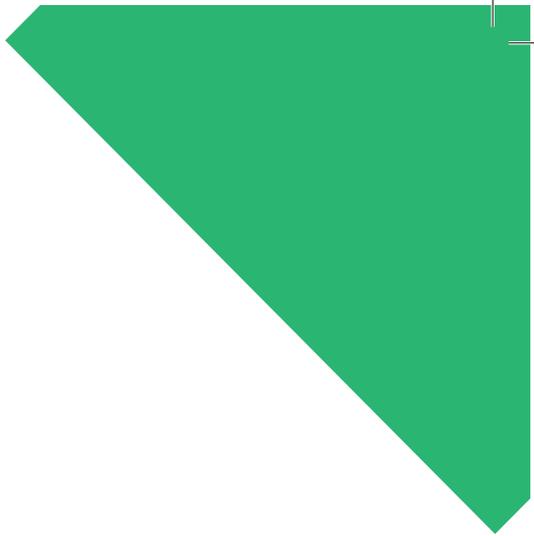
TST – Diretora da ENAMAT





## SUMÁRIO

<b>FORMAÇÃO INICIAL</b>	<b>13</b>
20º Curso de Formação Inicial	13
21º Curso de Formação Inicial	39
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA</b>	<b>59</b>
Cursos de Formação Continuada	60
<b>FORMAÇÃO DE FORMADORES</b>	<b>73</b>
<b>ACORDOS DE COOPERAÇÃO</b>	<b>89</b>
<b>TV ENAMAT</b>	<b>93</b>
<b>ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT</b>	<b>97</b>
<b>CONSELHO CONSULTIVO</b>	<b>105</b>
Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho	111
Concurso Público Nacional Unificado	113
Sistema de Gestão de Escolas Judiciais	114
<b>PALESTRAS E VISITAS</b>	<b>117</b>
Palestras Realizadas	117
Visitas Institucionais	121
<b>ENAMAT 10 ANOS - EVENTOS COMEMORATIVOS</b>	<b>127</b>
<b>ATIVIDADES</b>	<b>153</b>
Comunicação Social	153
Tecnologia da Informação	154
Orçamento	155
<b>TABELAS E GRÁFICOS</b>	<b>157</b>



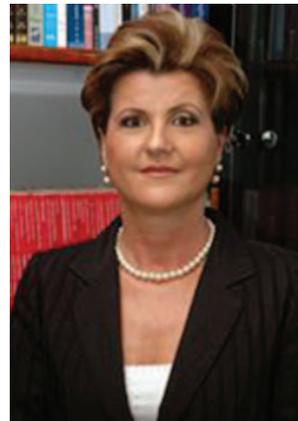
Conselho Consultivo da ENAMAT – Biênio 2016/2018

## COMPOSIÇÃO – BIÊNIO: 2016/2018

### DIREÇÃO DA ENAMAT



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi  
Diretora da ENAMAT*



*Ministra Maria de Assis Calsing  
Vice-Diretora da ENAMAT*

### CONSELHO CONSULTIVO



*Ministro João Batista Brito Pereira*



*Ministra Dora Maria da Costa*



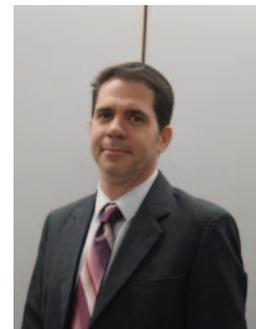
*Ministro Hugo Carlos Scheuermann*



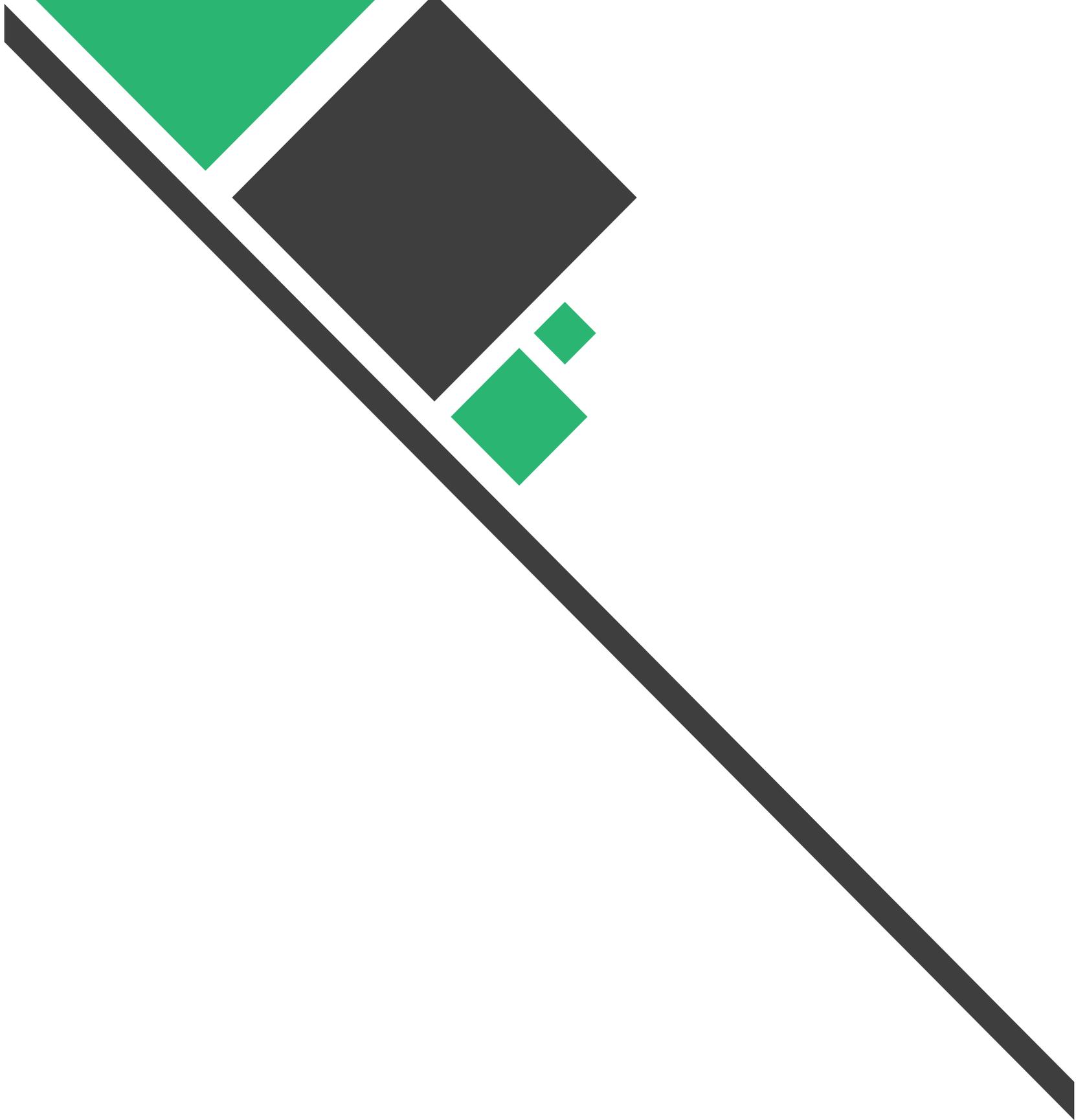
*Desembargador Luiz Ronan  
Neves Koury  
TRT da 3.ª Região*



*Desembargador Alexandre  
Corrêa da Cruz  
TRT da 4.ª Região*



*Juiz Titular de VT e Assessor da  
Direção da ENAMAT  
João Marcelo Balsanelli*



## FORMAÇÃO INICIAL

A realização do Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos recém-ingressados na carreira da magistratura, Módulo Nacional, constitui atribuição da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) estabelecida nas Resoluções Administrativas – TST n.ºs 1.140/2006 e 1.158/2006, atualizadas e consolidadas, respectivamente, pelas Resoluções Administrativas – TST n.ºs 1.362/2009 e 1.363/2009. Em 2016 foram promovidos o 20.º e o 21.º Cursos de Formação Inicial (CFI).

### 20.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL



Foto Oficial do 20.º Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos  
30 de maio a 24 de junho de 2016

Participaram do **20.º Curso de Formação Inicial para Magistrados do Trabalho (CFI)** 39 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho: 1.ª Região (14 Juízes); 6.ª Região (11 Juízes); 8.ª Região (9 Juízes); 14.ª Região (3 Juízes); 18.ª Região (1 Juíza); e 23.ª Região (1 Juiz).

Na edição do 20.º CFI, transcorrido no período de 30 de maio a 24 de junho deste ano, cumpriu-se o programa delineado para o Curso, que contemplou um total de 139 horas-aula, distribuídas entre disciplinas básicas, disciplinas complementares, estágio e atividades de integração e de estudos.

O CFI desenvolveu atividades que propiciaram o necessário enfoque em questões teóricas e atuais do Direito, mas, enfatizou, notadamente, as atividades práticas importantes para a aquisição de competências que permitam o exercício da prestação jurisdicional com eficiência, com um total de 50 horas dedicadas a laboratório judicial.

Outra importante característica do 20.º CFI foi o norteamento das atividades para as questões do novo Código do Processo Civil que impactam o Processo do Trabalho, ante a atualidade do tema e a necessidade de trabalhar os aspectos relevantes para os Juízes Substitutos do Trabalho que iniciam a carreira na magistratura.

## 20.º CFI – QUADRO GERAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

**Atividade de Integração – 3h/a**

**Abertura e Aula Inaugural – 2 h/a**

**01. Bloco de Disciplinas Básicas – 106 h/a**

- 01.01. Deontologia Profissional Aplicada – 6 h
- 01.02. Técnica de Decisão Judicial – 3 h/a
- 01.03. Sistema Judiciário – 5 h/a
- 01.04. Linguagem Jurídica – 3 h/a
- 01.05. Administração Judiciária – 4 h/a
- 01.06. Teoria Geral do Juízo Conciliatório – 4 h/a
- 01.07. Psicologia Judiciária Aplicada – 2 h/a
- 01.08. Relacionamento com a Sociedade e a Mídia – 5 h/a
- 01.09. Temas Contemporâneos – 22 h
- 01.10. Efetividade da Execução Trabalhista – 2 h/a
- 01.11. Laboratório Judicial – 50 h/a

**02. Bloco de Disciplinas Complementares – 7 h/a**

- 02.01. Técnica de Instrução Trabalhista – 3 h
- 02.02. Economia, Direito e Trabalho – 2 h/a
- 02.03. Educação Previdenciária – 2 h/a

**03. Bloco de Estágios e de Estudo – 19 h/a**

- 03.01. Estágios Supervisionados – 15h
- 03.02. Atividades de Estudo – 4 h/a

**FORMATURA – 2 h/a**

**Carga horária total: 139 h/a**

## ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO (3 HORAS-AULA)

O 20.º CFI teve início com atividades destinadas à integração dos Alunos-Juízes para situá-los em relação a diversas questões relacionadas ao Curso e à ENAMAT, responsável pela formação inicial dos magistrados, objetivando, também, que os participantes iniciassem o curso interagindo entre si.

Foram abordados nesse período os temas abaixo discriminados:

- **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAGISTRADOS**

Nessa fase da atividade de integração, os Alunos-Juízes desenvolveram atitudes e habilidades de forma a apoiar a formação inicial e continuada para aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente.

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – Membro do Conselho Consultivo e Assessor da Diretora da ENAMAT

### • A ESTRUTURAÇÃO E A DINÂMICA DO 20.º CFI

Foram apresentados aos Alunos-Juizes a estrutura e a dinâmica delineadas para o 20.º CFI, a fim de que tomassem conhecimento do formato programado e estivessem habilitados a acompanhar o curso com segurança, para a obtenção do desempenho esperado.

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – Membro do Conselho Consultivo e Assessor da Diretora da ENAMAT

### • APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

Para apresentar a ENAMAT aos Alunos-Juizes, tendo em vista compreenderem o papel da Escola Nacional na promoção e organização do 20.º CFI e os procedimentos executados nesse contexto, foram abordados os seguintes tópicos:

- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional;
- Cronograma dos blocos presenciais;
- Orientações sobre frequência e aproveitamento;
- Distribuição de material didático;
- Visita às instalações;
- Orientações sobre transporte;
- Orientações sobre segurança;
- Orientações sobre refeições;
- Informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica.

Instrutores:

Integrantes da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Alunos-Juizes desenvolvem atividades de integração no 20º CFI



Alunos-Juizes do 20.º CFI em período de integração



Alunos-Juizes do 20.º CFI em período de integração

## CERIMÔNIA DE ABERTURA DO 20.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL – MÓDULO NACIONAL

No dia 30 de maio, a ENAMAT realizou a cerimônia de abertura do 20.º Curso de Formação Inicial. Participaram do evento o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e a Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, além dos seguintes membros do respectivo Conselho Consultivo: Ministra Dora Maria da Costa; Ministro Hugo Carlos Scheuermann; e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT

A abertura do CFI contou ainda com a participação dos Ministros do TST Marcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta e Cláudio Mascarenhas Brandão.

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi destacou ser grande parte do foco do 20.º

CFI a temática do Processo do Trabalho e as inovações trazidas pelo novo CPC.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT

O Presidente do TST, que foi o primeiro Diretor da ENAMAT, no período 2006/2007, ressaltou a importância da Escola Nacional na formação dos Juízes e da transmissão da arte de julgar. “Todos os senhores sonharam em ser Juízes do Trabalho e esse sonho se realizou. Nós, ministros, sonhamos com essa Escola Nacional e ela se concretizou”, afirmou.



Mesa de Honra do 20.º Curso de Formação Inicial

## CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO 20.º CFI

### TEMA: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Conferencista:  
Professor Doutor Antonio Carlos Marcato



Professor Doutor Antonio Carlos Marcato



Alunos-Juizes do 20.º Curso de Formação Inicial na cerimônia de abertura

A conferência inaugural do 20.º Curso de Formação Inicial foi proferida pelo Professor Doutor Antônio Carlos Marcato, docente de Direito Processual Civil da Universidade de São Paulo (USP) e Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ele abordou questões sobre o novo CPC.

O Professor Marcato tratou sobre os reflexos do novo CPC no processo de trabalho. “O novo Código de Processo Civil traz em si uma série de técnicas com o objetivo de acelerar o curso do processo, com obtenção de resultados mais rápidos”.

Segundo ele, algumas técnicas absolutamente novas, não praticadas pelo Poder Judiciário, trazem algum tipo de dificuldade de compreensão em como aplicá-las, mas, em geral, trata-se de um bom Código.

Sobre as maiores dificuldades que o novo CPC trouxe ao meio jurídico, o professor citou as novas técnicas. “Os Juizes deverão decidir, necessariamente, com base nas decisões dos Tribunais Superiores, quando a matéria é de Direito”. Ou seja, os Juizes aplicavam, anteriormente, as súmulas do STF, obrigatoriamente. Pelo novo Código, serão aplicadas as súmulas do TST, STJ, STF e Tribunais Regionais.

A seguir, são mencionadas as disciplinas ministradas no 20.º CFI, com os respectivos professores.

## DISCIPLINAS E PROFESSORES

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)

- **Ativismo Judicial e Desafios do Poder Judiciário**

Professora: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST e Diretora da ENAMAT



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, profere aula no 20.º CFI



Alunos-Juizes participam da aula sobre Ativismo Judicial e Desafios do Poder Judiciário



Alunos-Juizes participam de aula sobre deontologia profissional aplicada

### DEONTOLOGIA PROFISSIONAL APLICADA (6 HORAS-AULA)

- **Código Ético do Magistrado**
- **O Juiz e a Consolidação das Experiências da Prática Profissional Ética ao longo da Carreira**
- **O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional**

Professor: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Presidente do TST e do CSJT



Alunos-Juizes do 20.º CFI visitam o Gabinete da Presidência do TST

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (3 HORAS-AULA)

- **Da Importância da Produção da Prova**

Professora: Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15ª Região



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT



Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani



Alunos-Juizes do 20º CFI participam de aula sobre deontologia profissional



Alunos-Juizes do 20.º CFI participam de aula sobre produção da prova

## ORIENTAÇÃO DE JUÍZES-TUTORES (2 HORAS-AULA)

- **1ª semana: 30 de maio a 3 de junho**

Orientador: Juiz do Trabalho Substituto Cristiano Siqueira de Abreu e Lima – 11.ª VT de Brasília/DF



Juiz do Trabalho Substituto Cristiano Siqueira de Abreu e Lima orienta Alunos-Juizes



Orientação de Alunos-Juizes

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO (2 HORAS-AULA)

- **Sessão de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho - TST**



Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento de Turma do TST



Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento

## ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA (2 HORAS-AULA)

- **Gestão Processual de Vara do Trabalho**
- **Cogestão e Inovação Judiciária**
- **Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – Juiz Auxiliar da Presidência do TRT da 4.ª Região



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, Juiz Auxiliar da Presidência do TRT da 4.ª Região, ministra aula para Alunos-Juizes do 20.º CFI

## LABORATÓRIO JUDICIAL (6 HORAS-AULA)

- **Oficina: Instrução Processual**

### Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4ª VT de Chapecó/SC e Assessor da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2ª VT de Recife/PE



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira



Alunos-Juízes realizam atividades em laboratório de instrução processual



Alunos-Juízes desenvolvem atividades práticas de instrução processual



Alunos-Juízes desenvolvem atividades práticas de instrução processual



Alunos-Juízes desenvolvem atividades práticas de instrução processual

### PSICOLOGIA JUDICIÁRIA APLICADA (2 HORAS-AULA)

- **As Expectativas Individuais e Sociais dos Atores como Determinantes de suas Condutas no Litígio Trabalhista**
- **A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas**

**Tópico: Psicologia do Testemunho: Técnicas de Entrevista Cognitiva**

Professora: Doutora Graziella Ambrosio – Advogada



Doutora Graziella Ambrosio



Aula de psicologia judiciária é ministrada para Alunos-Juízes

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**CPC de 2015 e Impactos no Processo do Trabalho na Perspectiva da Instrução Normativa n.º 39 do TST. NCPD e Ampliação do Conceito de Contraditório. Veto à Decisão Surpresa**

Professor: Ministro João Oreste Dalazen – TST



Ministro João Oreste Dalazen profere aula sobre o novo CPC

### ECONOMIA, DIREITO E TRABALHO (2 HORAS-AULA)

- **Economia, Produção e Políticas do Trabalho na Era da Globalização**

Professor: Doutor Daniel Vargas –  
Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ)



Professor Doutor Daniel Vargas e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



Professor Doutor Daniel Vargas ministra aula sobre Economia, Produção e Políticas do Trabalho na Era da Globalização

### ORIENTAÇÃO DE JUÍZES-TUTORES (2 HORAS-AULA)

- **2ª semana: 6 a 10 de junho**

Orientador: Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt –  
VT de Currais Novos/RN



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt orienta Alunos-Juizes do 20.º CFI

### TÉCNICA DE INSTRUÇÃO TRABALHISTA (3 HORAS-AULA)

- **Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho**
- **A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Oraís**
- **A Justiça do Trabalho e a Prova**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – 6.ª  
VT de Campo Grande/MS



Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS (4 HORAS-AULA)**

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**Tópico – Força Vinculante dos Precedentes Judiciais. Incidente de Recursos Repetitivos, Demandas Repetitivas e Assunção de Competência – Partes I e II**

Professor: Ministro José Roberto Freire Pimenta – TST



Ministro José Roberto Freire Pimenta



Alunos-Juízes assistem à aula sobre o novo CPC

**RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA (2 HORAS-AULA)**

- **O Magistrado e a Segurança Institucional: Fundamentos Básicos de Contraineligência**

Professor: Marcos César Gonçalves Silvino – Agência Brasileira de Inteligência –ABIN

**SISTEMA JUDICIÁRIO (3 HORAS-AULA)**

- **O Planejamento Estratégico, o Papel do CNJ e a Atuação do Juiz do Trabalho**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira – 11.ª VT de Brasília/DF

Professora Doutora Janaína Penalva – Universidade de Brasília – UnB



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira ministra aula aos Alunos-Juízes do 20.º CFI



Recurso didático utilizado em aula

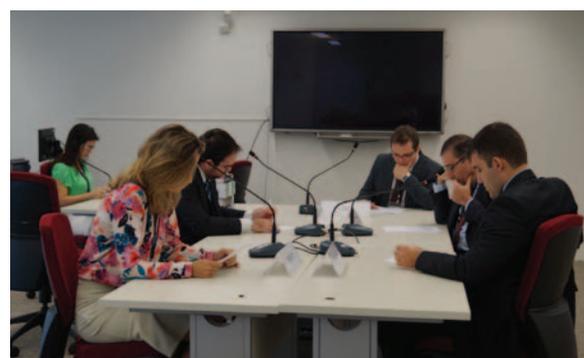
**TEORIA GERAL DO JUÍZO CONCILIATÓRIO (2 HORAS-AULA)**

- **Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho**

Professora: Desembargadora do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região



Desembargadora do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini



Alunos-Juizes realizam atividades práticas de Conciliação Judicial



Conciliação Judicial Trabalhista é tema de aula do 20.º CFI



Alunos-Juizes acompanham simultaneamente atividades práticas de Conciliação Judicial

### LABORATÓRIO JUDICIAL (6 HORAS-AULA)

- **Oficina: Conciliação Judicial Trabalhista – Parte I**

#### Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

Professoras:

Desembargadora do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – TRT da 3ª Região

Juíza Titular de Vara do Trabalho Wanda Lúcia Ramos da Silva – 7ªVT de Goiânia/GO



Alunos-Juizes realizam atividades práticas de Conciliação Judicial



Alunos-Juizes desenvolvem laboratório de Conciliação Judicial



Alunos-Juizes em aula sobre Conciliação Judicial Trabalhista

**TEORIA GERAL DO JUÍZO CONCILIATÓRIO (2 HORAS-AULA)**

- **Mecanismos de Autocomposição de Conflitos e o Novo Código de Processo Civil**

Professores:

Juiz de Direito André Felipe de Azevedo Gomma – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho – 32.<sup>a</sup> VT de Salvador/BA



Juiz de Direito André Felipe de Azevedo Gomma



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho

**LABORATÓRIO JUDICIAL (5 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Conciliação Judicial Trabalhista**  
**Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho – Parte II**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho – 32.<sup>a</sup> VT de Salvador/BA

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN



Juizes Titulares de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho e Hermann de Araújo Hackradt



Professores e Alunos-Juizes após a aula de Autocomposição de Conflitos e o novo CPC

**LABORATÓRIO JUDICIAL (6 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Instrução Processual – Parte II**

Professores:

Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT da 10.<sup>a</sup> Região

Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto – 19.<sup>a</sup> VT de Brasília/DF



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto e Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just



Alunos-Juízes realizam atividades de instrução processual em laboratório

**LABORATÓRIO JUDICIAL (6 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Instrução Processual – Parte III**

Professores:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10.<sup>a</sup> Região

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki – 10.<sup>a</sup> VT de Goiânia/GO



Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki e Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos



Alunos-Juízes acompanham atividade de grupo em oficina de instrução processual – parte II



Alunos-Juízes participam de atividade prática sobre instrução processual – parte II

**ORIENTAÇÃO DE JUÍZES-TUTORES (2 HORAS-AULA)**

- **3<sup>a</sup> semana: 13 a 17 de junho**

Orientador: Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – TRT da 19.<sup>a</sup> Região



Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa orienta Alunos-Juízes



Orientação de Alunos-Juízes



Orientação de Alunos-Juízes



Orientação de Alunos-Juízes



Orientação de Alunos-Juízes

### ESTÁGIO SUPERVISIONADO (1 HORA-AULA)

- Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST – SBDI 2



Alunos-Juízes acompanham sessão de julgamento da SBDI 2



Alunos-Juízes acompanham sessão de julgamento da SBDI 2



Estágio supervisionado de Alunos-Juízes na SBDI 2



Sessão de julgamento da SBDI 2 em que os Alunos-Juízes cumpriram atividade de estágio

**LABORATÓRIO JUDICIAL (2 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Decisão Judicial**

**Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – Parte V**

Professores:

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST

Juiz do Trabalho Substituto Cristiano Siqueira de Abreu e Lima – 11.ª VT de Brasília/DF



Juiz do Trabalho Substituto Cristiano Siqueira de Abreu e Lima e Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão desenvolvem oficina de decisão judicial com Alunos-Juizes

**SISTEMA JUDICIÁRIO (2 HORAS-AULA)**

- **O Juiz e a Função das Corregedorias**

Professores:

Ministro Renato de Lacerda Paiva – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Desembargadora do Trabalho Beatriz de Lima Pereira – Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.



Desembargadora do Trabalho Beatriz de Lima Pereira e Ministro Renato de Lacerda Paiva

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS (4 HORAS-AULA)**

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**Atualidades em Processo do Trabalho: Impactos do Novo Código de Processo Civil**

- **Mesa-Redonda**

Professores:

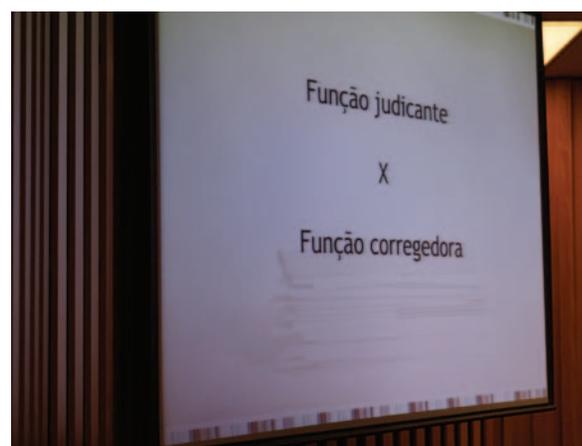
Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho - TST

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão - TST

Ministro Augusto César Leite – TST



Mesa-Redonda composta pelos Ministros Augusto César Leite, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Cláudio Mascarenhas Brandão



Recurso didático utilizado na aula

**RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA (3 HORAS-AULA)**

- **Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social**

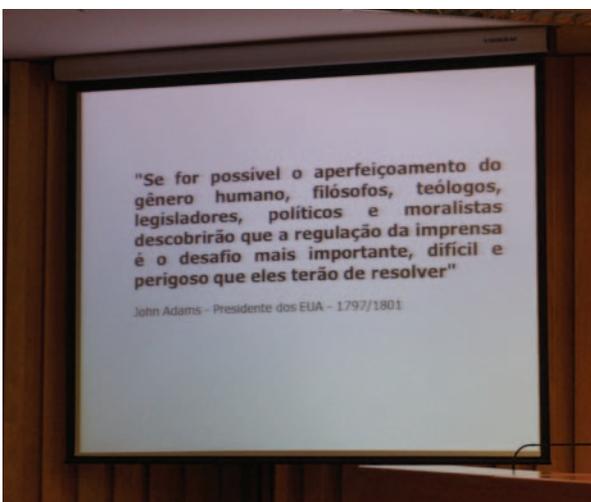
Professora: Doutora Marluce Dias da Silva – Psicóloga



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e Doutora Marluce Dias da Silva



Desembargador do Trabalho Sérgio Torres



Recurso didático utilizado na aula



Doutora Marluce Dias da Silva, Psicóloga

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

1. Princípio da Primazia da Solução de Mérito. Jurisprudência Defensiva dos Tribunais. IN 39/16

2. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica na Justiça do Trabalho

Professor: Ministro João Oreste Dalazen – TST



Ministro João Oreste Dalazen

### TÉCNICA DE DECISÃO JUDICIAL (3 HORAS-AULA)

- **Lógica da Decisão Judicial**
- **Fundamentação e Argumentação Jurídica das Decisões Judiciais**

Professor: Desembargador do Trabalho Sérgio Torres – TRT da 6.<sup>a</sup> Região

### ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA (2 HORAS-AULA)

- **Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho**
- **Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho**

Professora: Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do TRT da 12.<sup>a</sup> Região



Fernanda Gomes Ferreira ministra aula sobre Gestão de Pessoas

### LABORATÓRIO JUDICIAL (4 HORAS-AULA)

- **Oficina: Decisão Judicial**

**Tópicos dos Procedimentos Especiais (Ação Consignatória, ACP e Outros) – Parte I**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki – 10.<sup>a</sup> VT de Goiânia/GO  
 Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – TRT da 19.<sup>a</sup> Região



Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki e Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa



Alunos-Juizes desenvolvem laboratório sobre decisão judicial

### LABORATÓRIO JUDICIAL (2 HORAS-AULA)

- **Oficina E-Gestão**

Professor: Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho – Secretário-Geral Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região



Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho, Secretário-Geral Judiciário do TRT da 10.<sup>a</sup> Região, ministra oficina de E-Gestão



Alunos-Juizes realizam atividades práticas sobre E-Gestão

**LABORATÓRIO JUDICIAL (6 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Decisão Judicial**

**Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista – Parte II**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4.<sup>a</sup> VT de Chapecó/SC e Assessor da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – 6.<sup>a</sup> VT de Campo Grande/MS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson



Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli



Alunos-Juizes realizam atividades na oficina de decisão judicial – parte II



Atividades práticas em grupo sobre decisão judicial – parte II

**ORIENTAÇÃO DE JUÍZES-TUTORES (2 HORAS-AULA)**

- **4.<sup>a</sup> semana: 20 a 24 de junho**

Orientação: Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro – 7.<sup>a</sup> VT de Florianópolis/SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro orienta Alunos-Juizes



Orientação de Alunos-Juizes

**LINGUAGEM JURÍDICA (3 HORAS-AULA)**

Professora: Professora Doutora Olívia Rocha Freitas – Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP)



Professora Doutora Olívia Rocha Freitas

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)**

- **Produção e Interpretação da Prova Técnica**

Professores:

Flávia da Cunha Diniz – Médica Perita

Roberto Pessoa Martinelli – Engenheiro Civil,  
Especialista em Segurança do Trabalho



Mesa do painel sobre o tema Produção e Interpretação da Prova Técnica



Médica Flávia da Cunha Diniz profere palestra para os Alunos-Juízes do 20.º CFI



Engenheiro Roberto Pessoa Martinelli ministra palestra para os Alunos-Juízes

**EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (2 HORAS-AULA)**

- **O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro – 7.ª VT de Florianópolis/SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro

**LABORATÓRIO JUDICIAL (5 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Decisão Judicial**

**Tópicos das Tutelas Provisórias – Parte III**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Luiz Ramos – 6.ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC

Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho – 1.ª VT de São João do Meriti/RJ



Alunos-Juízes participam de laboratório sobre decisão processual – parte III



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Luiz Ramos e Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho

**EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA (2 HORAS-AULA)**

- **Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista**
- **Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução**

Professor: Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso – Tribunal Regional do Trabalho da 3.<sup>a</sup> Região; integrante da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista



Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso ministra aula sobre Execução Trabalhista

**LABORATÓRIO JUDICIAL (2 HORAS-AULA)**

- **Oficina: Decisão Judicial**

**Tópicos da Fase de Execução Trabalhista – Parte IV**

Professores:

Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT da 10.<sup>a</sup> Região

Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro – 7.<sup>a</sup> VT de Florianópolis/SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro e Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO (1 HORA-AULA)**

- **Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-1**



Alunos-Juízes realizam estágio supervisionado em sessão da SBDI 1

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO (3 HORAS-AULA)**

- **Visita ao Supremo Tribunal Federal – STF**



Alunos-Juízes em visita ao STF

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS (4 HORAS-AULA)**

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**Atualidades em Processo do Trabalho:  
Impactos do Novo Código de Processo Civil**

**Mesa-Redonda**

Professores:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST

Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST

Ministro Alexandre Agra Belmonte - TST



Mesa-Redonda sobre o novo CPC e o processo do trabalho



Ministros Walmir Oliveira da Costa, Aloysio Corrêa da Veiga e Alexandre Agra Belmonte compõem a Mesa-Redonda



Orador da Turma, Juiz do Trabalho Substituto Matheus de Lima Sampaio, do TRT da 6.ª Região



Alunos-Juizes participam da Mesa-Redonda sobre o novo CPC e o processo do trabalho



Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, e Ministro Emmanoel Pereira, Vice-Presidente do TST, compõem a Mesa de Honra da Cerimônia de Formatura

### ATIVIDADES DE ESTUDO E FOTO OFICIAL (2 HORAS-AULA)

Os Alunos-Juizes se dedicaram, nas dependências da ENAMAT, ao estudo de temas relacionados à formação e à elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação. Também, documentaram sua participação no 20.º CFI, com a participação na foto oficial do Curso.



Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, entrega certificado de conclusão a Aluna-Juiza do 20.º CFI

### CERIMÔNIA DE FORMATURA (2 HORAS-AULA)



Mesa de Honra da Cerimônia de Formatura do 20.º CFI



Aluno-Juiz do 20.º CFI recebe certificado de conclusão de curso, entregue pela Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT



Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, entrega certificado de conclusão a Aluna-Juíza do 20.º CFI

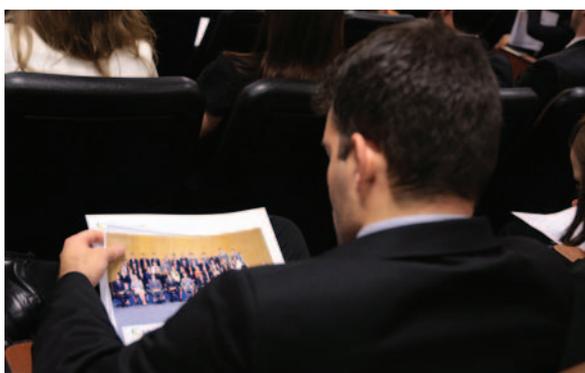


Ministros que compõem a Mesa de Honra da Cerimônia de Formatura aplaudem os formandos que recebem certificado de conclusão do 20.º CFI



Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, entrega certificado de conclusão a Aluno-Juiz do 20.º CFI

O 20º Curso de Formação Inicial, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), encerrou suas atividades no dia 24 de junho, com a participação dos 39 Alunos-Juízes inscritos, oriundos de diversas regiões do País.



Formando contempla foto oficial do 20.º CFI

A Cerimônia de Formatura do CFI foi presidida pela Vice-Diretora da ENAMAT, Ministra Maria de Assis Calsing. Compuseram a Mesa de Honra o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e o Vice-Presidente do TST, Emmanoel Pereira.

Estiveram presentes à cerimônia os Ministros do TST Antonio José de Barros Levenhagen, João Batista Brito Pereira, Dora Maria da Costa, José Roberto Freire Pimenta e Hugo Carlos Scheuermann.



Formandos do 20.º CFI

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi não pôde comparecer ao evento e gravou um vídeo, por meio do qual foi transmitido o seu pronunciamento aos concluintes do 20.º

CFI. Agradeceu a participação de todos e desejou-lhes sucesso na carreira que iniciam. Salientou: “Foi um curso pensado, não só quanto à temática, mas também no que se refere à escolha dos professores, que foram criteriosamente selecionados. Espero que a intenção de efetivar um curso de excelência tenha sido alcançada”. A Diretora da ENAMAT asseverou, ainda, que o ciclo de quatro semanas encerrado naquele momento havia sido marcado por muito trabalho, dedicação e crescimento. “Espero que tenham aproveitado e usufruído dessa experiência única, que é o Curso de Formação Inicial”, afirmou.

Foi orador da turma o Juiz do Trabalho Substituto Matheus de Lima Sampaio, do TRT da 6.<sup>a</sup> Região (PE), que proferiu discurso focado principalmente nas ações que os novos Juízes iriam concretizar no exercício do cargo e na importância das competências adquiridas no curso.

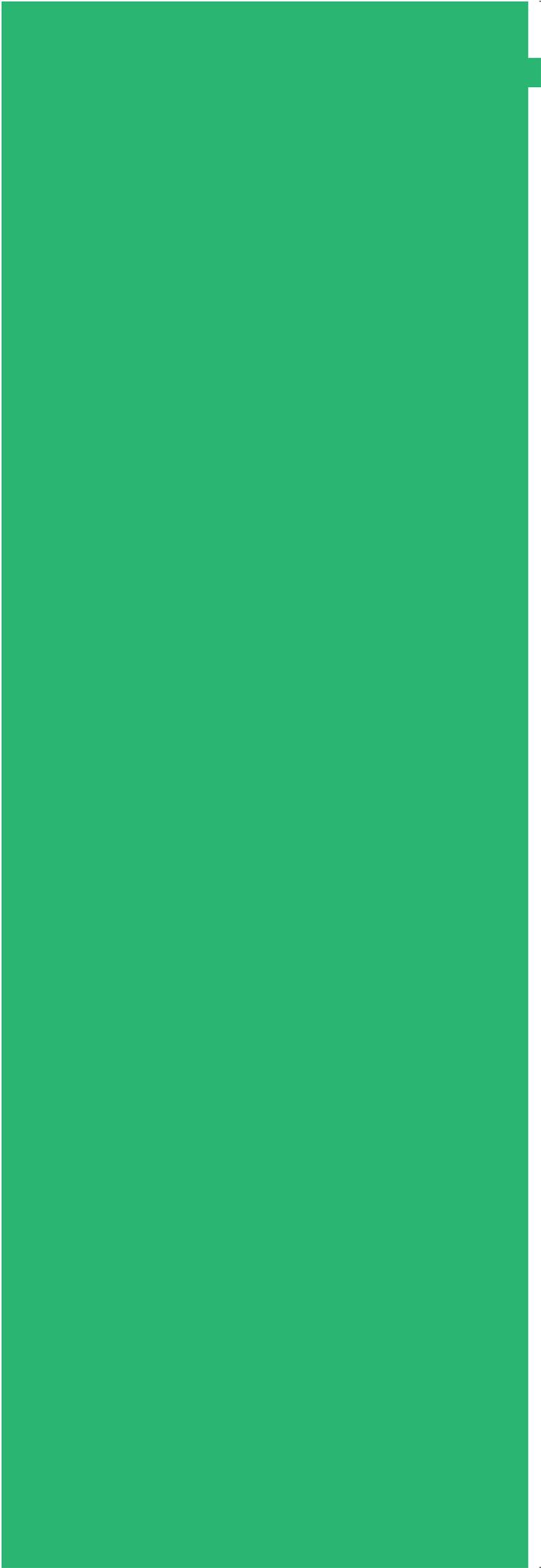
A Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, proferiu discurso ressaltando, de início, que a ENAMAT foi a primeira escola do País instalada com o fim de regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira de juízes

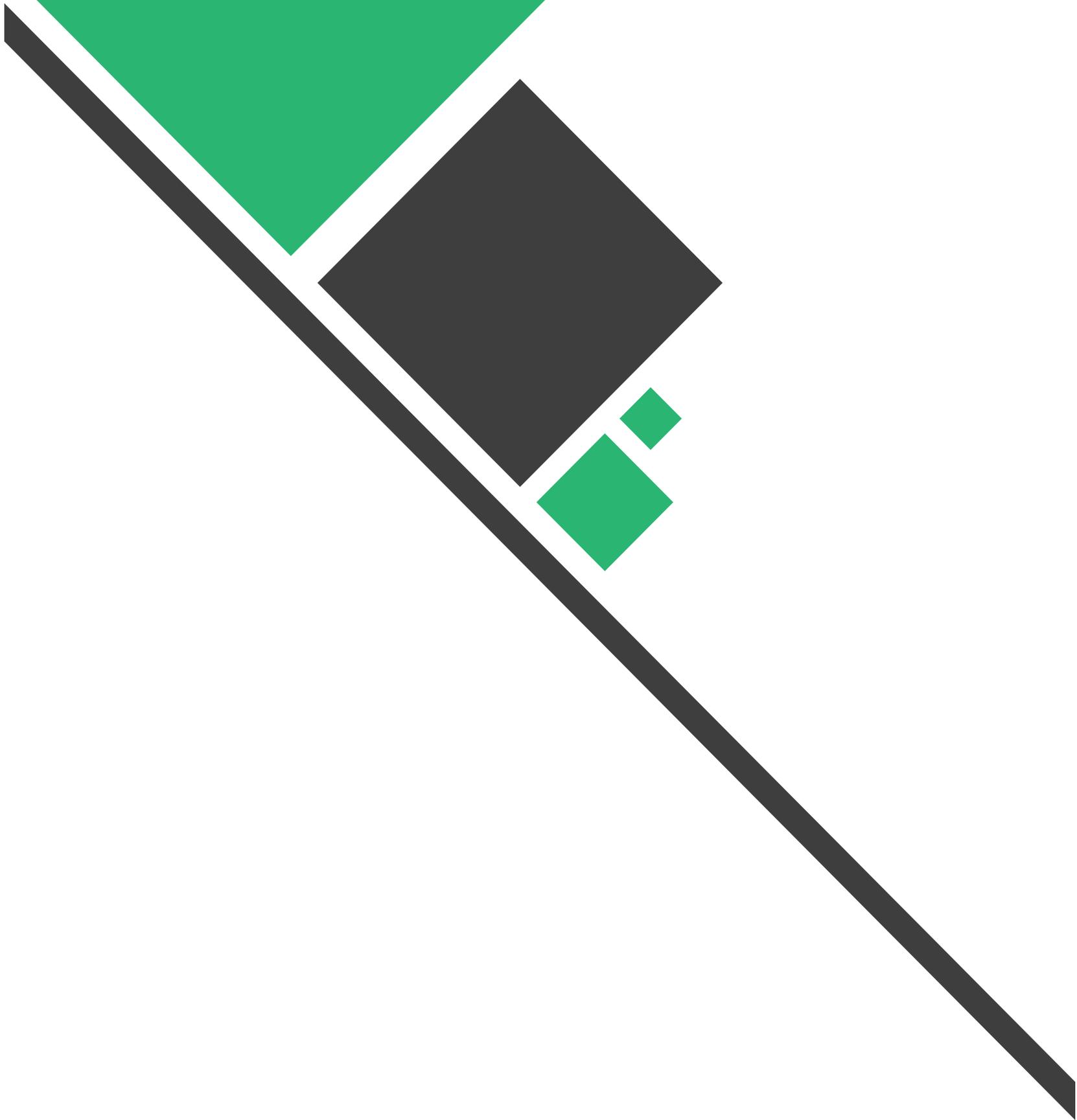
A Ministra apontou as novidades trazidas pelo CFI: “Pautou-se pela temática que envolve a todos no momento – o Novo Código de Processo Civil e suas repercussões no Processo do Trabalho. Nesse mister, a ENAMAT contou com a honrosa participação dos Ministros que compuseram a comissão responsável pela elaboração das Instruções Normativas n.ºs 39 e 40, que contêm as linhas gerais a respeito

dessa aplicação subsidiária, na ótica do TST. Aqui estiveram os Ministros Ives Gandra, Aloysio Corrêa da Veiga, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Waldir Oliveira da Costa, Augusto César Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Alexandre Agra Belmonte e Cláudio Brandão. Ainda nessa linha, e já marcando a tônica que se procurou imprimir ao curso, a conferência de abertura ficou a cargo do Professor Antonio Carlos Marcato”.

A Vice-Diretora da ENAMAT focalizou, ainda, a exposição sobre os Fundamentos de Contraineligência, apresentada por profissional formador da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e a realização de um painel voltado para a prova pericial, que contou com a participação de especialistas das áreas de engenharia e medicina do trabalho. “Enfim, o curso foi pensado e construído visando às necessidades que foram identificadas, para que o Juiz do Trabalho, na esteira do que tão bem ressalta a escola da magistratura francesa, possa ser e estar Juiz, exercendo a atividade jurisdicional com responsabilidade, segurança, equilíbrio e presteza”.

Agradeceu, em seu pronunciamento, à Comissão de Avaliação, composta pelos Juízes do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, Carlos Alberto Pereira Castro, Cristiano Abreu e Lima e Flávio Luiz da Costa, que atuaram como juízes-tutores; aos Juízes do Trabalho Giovanni Olsson e Ricardo Lourenço Filho; e a todos os servidores da ENAMAT, que assessoraram e auxiliaram a Direção da Escola. Em seguida, a Ministra realizou a entrega dos certificados aos Alunos-Juízes concluintes do 20.º Curso de Formação Inicial para Juízes do Trabalho Substitutos.





## 21.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL



Foto Oficial do 21.º Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos

21 de novembro a 16 de dezembro de 2016

Participaram do **21.º Curso de Formação Inicial para Magistrados do Trabalho (CFI)** 68 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho: 1.ª Região (13 Juízes); 2.ª Região (12 Juízes); 6.ª Região (2 Juízas); 8.ª Região (1 Juíza); 11.ª Região (2 Juízes); 14.ª Região (1 Juiz); 15.ª Região (18 Juízes); 16.ª Região (5 Juízes); 18.ª Região (1 Juiz); 19.ª Região (1 Juíza); 21.ª Região (2 Juízes); 23.ª Região (9 Juízes); e 24.ª Região (1 Juiz).

O 21.º CFI foi realizado no período de 21 de novembro a 16 de dezembro, e desenvolveu o programa definido para o curso com o total de 130,5 horas-aula, incluindo disciplinas básicas, disciplinas complementares, estágio e atividades de integração e de estudos.

No CFI, houve a abordagem de questões teóricas e atuais do Direito e, ainda, o desenvolvimento de atividades práticas, por meio de laboratório e estágio supervisionado, de modo a permitir a aquisição de competências para a atuação profissional dos Juízes. Deu-se também neste CFI a ênfase no estudo as questões pertinentes ao novo CPC que provocam impacto no Processo do Trabalho.

**21.º CFI – QUADRO GERAL DOS COMPONENTES CURRICULARES****Atividade de Integração – 3 h/a****Abertura – 30 min/a****01. Bloco de Disciplinas Básicas – 99h30min/a**

01.01. Deontologia Profissional Aplicada – 6 h/a

01.02. Técnica de Decisão Judicial – 3 h/a

01.03. Sistema Judiciário – 6 h/a

01.04. Linguagem Jurídica – 3 h/a

01.05. Administração Judiciária – 4 h/a

01.06. Teoria Geral do Juízo Conciliatório – 3 h/a

01.07. Psicologia Judiciária Aplicada – 2 h/a

01.08. Relacionamento com a Sociedade e a Mídia – 3 h/a

01.09. Temas Contemporâneos – 34h30min/a

01.10. Efetividade da Execução Trabalhista – 2 h/a

01.11. Laboratório Judicial – 33 h/a

**02. Bloco de Disciplinas Complementares – 11 h/a**

02.01. Técnica de Instrução Processual Trabalhista – 9 h/a

02.02. Educação Previdenciária – 2 h/a

**03. Bloco de Estágios e de Estudo – 15 h/a**

03.01. Estágios Supervisionados – 15 h/a

**FORMATURA – 1h30min/a****Carga horária total: 130,5 h/a****ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO (3 HORAS-AULA)**

As atividades de integração dos Alunos-Juizes deram início ao 21.º CFI, a fim de dar-lhes ciência de várias questões necessárias ao entendimento dos procedimentos administrativos do curso, assim como para conhecimento da ENAMAT e para interação dos participantes.

Foram abordados nesse período as seguintes questões:

**INFORMATIVO DE RECEPÇÃO**

Ao serem recebidos na ENAMAT, os Alunos-Juizes tiveram, no primeiro dia do curso, orientações sobre os seguintes itens: pasta para uso em aula; frequência e aproveitamento; relatório de frequência, avaliação e certificado de conclusão; requerimento para afastamento; biblioteca do TST; serviços de saúde; transporte; segurança; refeições; atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica; e instalações da ENAMAT.

**Apresentação:**

Servidores da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT recepciona os Alunos-Juizes do 21.º CFI



Alunos-Juizes têm ciência dos procedimentos administrativos

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA MAGISTRADOS**

Como atividade de integração, foram abordadas com os Alunos-Juizes as questões relativas à formação dos juizes e

sua importância, à realização da formação inicial e ao sistema de formação de Juízes do Trabalho. O conteúdo e as discussões se embasaram nos seguintes tópicos:

- razão por que o Juiz precisa aprender;
- o que o Juiz deve aprender;
- como o Juiz pode aprender;
- como é o sistema de formação do Juiz;
- o que se faz na formação inicial;
- estruturação e dinâmica do 21.º CFI;
- reflexões finais.

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Membro do Conselho Consultivo e Juiz Assessor da Direção da ENAMAT



Juiz Assessor da ENAMAT, João Marcelo Balsanelli, ministra atividade de integração



Alunos-Juízes desenvolvem atividade de integração no 21.º CFI



Alunos-Juízes desenvolvem atividade de integração no 21.º CFI

## CERIMÔNIA DE ABERTURA DO 21.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL – MÓDULO NACIONAL



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, faz pronunciamento na abertura do 21.º CFI



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, abre o 21.º CFI



Alunos-Juízes participam da cerimônia de abertura do 21.º CFI

A cerimônia de abertura do 21º Curso de Formação Inicial, realizada no dia 21 de novembro, à tarde, foi presidida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT.

Na abertura, a Diretora da ENAMAT ressaltou que a premissa do Curso de Formação Inicial é desenvolver habilidades além daquelas aprendidas nas faculdades e complementou com a assertiva de que a formação inicial é o momento-chave para acrescentar conhecimentos e habilidades necessárias ao bom exercício da jurisdição.

Após a cerimônia tiveram início as aulas do 21.º CFI referentes ao conteúdo programático, nesse primeiro dia com foco na disciplina Temas Contemporâneos. Nas duas aulas ministradas, foram tratadas questões relevantes, que permitiram aos Alunos-Juizes a adoção de postura crítica sobre elas, de modo a refletir no exercício jurisdicional.

Relacionam-se, adiante, as disciplinas ministradas durante o 21.º CFI, com os respectivos professores.

## DISCIPLINAS E PROFESSORES

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)

- **O Precedente e a Atuação do Juiz: Teoria e Prática**  
Professora: Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15.ª Região



Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (1H30MIN-AULA)

- **Precedentes à Brasileira? Um Estudo Comparado**  
Professor: Jorge Amaury Maia Nunes – Doutor em Direito pela USP



Professor Doutor Jorge Nunes ministra aula sobre estudo comparado de precedentes

### DEONTOLOGIA PROFISSIONAL APLICADA (3 HORAS-AULA)

- **Código Ético do Magistrado**
- **O Juiz e a Consolidação das Experiências da Prática Profissional Ética ao longo da carreira**
- **O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional**  
Professor: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Presidente do TST e do CSJT



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho,  
Presidente do TST e do CSJT



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho profere aula  
sobre Deontologia Profissional Aplicada

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (3 HORAS-AULA)

- **A Importância da Prova no Processo do Trabalho: Teoria e Prática**

Professora: Desembargadora do Trabalho  
Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT  
da 15.<sup>a</sup> Região



Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta  
Gemignani ministra aula sobre Importância da Prova no  
Processo do Trabalho

### ORIENTAÇÃO DE JUIZ-TUTOR (1 HORA-AULA)

- **1<sup>a</sup> semana: 21 a 25 de novembro**

Orientador: Juiz Titular de Vara do  
Trabalho João Marcelo Balsanelli –  
Membro do Conselho Consultivo e Juiz  
Assessor da Direção da ENAMAT



Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli,  
membro do Conselho Consultivo e Juiz Assessor da  
Direção da ENAMAT, orienta Alunos-Juizes do 21.<sup>o</sup> CFI



Orientação de Alunos-Juizes do 21.<sup>o</sup> CFI

### ESTÁGIO SUPERVISIONADO (3 HORAS-AULA)

- **Sessão de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho – TST**



Sessão de Turma do TST



Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de Turma do TST

### TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)

- **O Princípio da Primazia da Decisão de Mérito e o Combate à Jurisprudência Defensiva dos Tribunais sob o CPC de 2015**

Professor: Ministro João Oreste Dalazen – TST



Alunos-Juizes participam de aula sobre o CPC 2015 e questões do Processo do Trabalho



Ministro João Oreste Dalazen

### PSICOLOGIA JUDICIÁRIA APLICADA (2 HORAS-AULA)

- **As expectativas individuais e sociais dos atores como determinantes de suas condutas no litígio trabalhista**
- **A judicialização dos sintomas atuais nas demandas trabalhistas**

Professora: Professora Doutora Ana Magnólia Bezerra Mendes – Universidade de Brasília (UnB)



Professora Doutora Ana Magnólia Bezerra Mendes ministra aula sobre Psicologia Judiciária Aplicada

## LABORATÓRIO JUDICIAL (7 HORAS-AULA)

- **Oficina de Instrução Processual – Parte I**

Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.<sup>a</sup> VT de Recife/PE



Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), Giovanni Olsson



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira



Alunos-Juizes participam de Laboratório sobre instrução processual

## SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 70 ANOS DO TST E 75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – (5 HORAS-AULA)

Os Alunos-Juizes participaram do Seminário Comemorativo no dia 25 de novembro, transcorrido na Sala de Sessões Plenárias Arnaldo Sússekind, do TST, nas seguintes atividades:



Alunos-Juizes participam do Seminário Comemorativo dos 70 Anos do TST e 75 Anos da Justiça do Trabalho

## CONFERÊNCIA

- **Crise Econômica e Reforma Trabalhista na Europa**

Conferencista:

Professor Doutor Pedro Romano Martinez – Universidade de Lisboa

Presidência da Mesa:

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST e Diretora da ENAMAT

## PAINEL

- **Os 73 Anos da CLT e sua Modernização**

Coordenador:

Ministro João Batista Brito Pereira – TST

Participantes:

Ministro João Batista Brito Pereira – TST

Ministro Douglas Alencar Rodrigues – TST e Presidente da ABRADT

Juiz Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho – 32.<sup>a</sup> Vara do Trabalho do TRT da 5.<sup>a</sup> Região

## PAINEL

- **Reforma Sindical e Meios de Financiamento das Entidades Sindicais**

Coordenador:

Ministro Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo – Diretor-Adjunto Jurídico da UGT

Participantes:

Ministro Almir Pazzianotto Pinto – TST (aposentado)

Juiz Antonio Umberto de Souza Júnior – TRT da 10.<sup>a</sup> Região e Professor da EDB/IDP

## PAINEL

- **O Novo CPC e seus Impactos no Processo do Trabalho**

Coordenador:

Ministro Antonio José de Barros Levenhagen – TST

Participantes:

Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15ª Região

Professor Doutor Jorge Amaury Maia Nunes



Seminário Comemorativo dos 70 Anos do TST e 75 Anos da Justiça do Trabalho

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2 HORAS-AULA)

- **Fundamentos Antropológicos do Direito I**

Professora: Ângela Vidal Gandra Martins – Doutora em Filosofia do Direito, Advogada



Professora Doutora Ângela Vidal Gandra Martins

## LABORATÓRIO JUDICIAL

- **Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Antonio Umberto de Souza Júnior – 6.ª VT de Brasília/DF

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho



Juizes Titulares de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro e Antonio Umberto de Souza Júnior



Alunos-Juizes participam de oficina de conciliação judicial trabalhista



Alunos-Juizes participam em grupos de oficina de conciliação judicial trabalhista

## TÉCNICA DE DECISÃO JUDICIAL

- **Lógica da Decisão Judicial**
- **Fundamentação e Argumentação Jurídica das Decisões Judiciais**

Professor: Desembargador do Trabalho Sérgio Torres – Tribunal Regional do Trabalho da 6.<sup>a</sup> Região



Desembargador do Trabalho Sérgio Torres



Alunos-Juizes participam de aula de Técnica de Decisão Judicial

## TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL TRABALHISTA

- **O Juiz do Trabalho e a Prática das Audiências: Postura, Poderes, Deveres e Incidentes Processuais**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho – 32.<sup>a</sup> VT de Salvador/BA



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- **O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no Processo do Trabalho**

Professor: Ministro João Oreste Dalazen – TST



Ministro João Oreste Dalazen profere aula no 21.º CFI

## EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

- **Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista**
- **Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução**

Professor: Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso – TRT da 3.<sup>a</sup> Região – Integrante da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista



Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso

## TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL TRABALHISTA

- **Técnica de Coleta da Prova Oral**

Professor: Oscar Marcelo Silveira de Silveira – Agente da Polícia Federal da Superintendência do Rio Grande Sul



Alunos-Juizes participam de aula sobre coleta da prova oral com Agente da Polícia Federal Oscar Marcelo Silveira de Silveira

### ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- **Visita ao Supremo Tribunal Federal – STF**



Alunos-Juizes do 21.º CFI são recepcionados no STF pelo Ministro Marco Aurélio

### ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

- **Gestão Processual de Vara do Trabalho**
- **Cogestão e Inovação Judiciária**
- **Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15.ª VT de Porto Alegre/RS



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze ministra aula sobre Administração Judiciária

### ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

- **Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho**
- **Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho**

Professora: Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 12.ª Região/SC



Fernanda Gomes Ferreira ministra aula sobre Gestão de Pessoas em VT

### LABORATÓRIO JUDICIAL

- **Oficina de Instrução Processual – Parte II**

Professoras:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10.ª Região

Juíza Titular de Vara do Trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto – 19.ª VT de Brasília/DF



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto e Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos



Alunos-Juizes participam de Oficina de Instrução Processual – Parte II



Alunos-Juizes participam de Oficina de Instrução Processual – Parte II



Oficina de Instrução Processual – Parte II

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- **Fundamentos Antropológicos do Direito II**  
Professor: Fábio Portela Lopes de Almeida –  
Mestre e Doutor em Direito



Professor Doutor Fábio Portela Lopes de Almeida ministra aula no 21.º CFI

## TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL TRABALHISTA

- **O Juiz do Trabalho e a Prova: da produção à apreciação**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho – 32.ª VT de Salvador/BA



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho



Alunos-Juizes do 21.º CFI assistem à aula sobre instrução processual trabalhista

## TEORIA GERAL DO JUÍZO CONCILIATÓRIO

- **Teoria Geral da Conciliação e da Mediação**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Pamplona Filho – 32.ª VT de Salvador/BA

Juíza Titular de Vara do Trabalho Dorotéia Silva de Azevedo – 5.ª VT de Salvador/BA



Juíza Titular de Vara do Trabalho Dorotéia Silva de Azevedo

## ORIENTAÇÃO DE JUIZ-TUTOR

- **3.<sup>a</sup> Semana: 5 a 9 de dezembro**  
Orientador: Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – TRT da 19.<sup>a</sup> Região



Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa



Alunos-Juizes do 21.<sup>o</sup> CFI recebem orientação do Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- **Seminários (Apresentação)**

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Juiz Assessor da Direção da ENAMAT

Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – TRT da 19.<sup>a</sup> Região



Seminário desenvolvido no 21.<sup>o</sup> CFI



Alunos-Juizes participam de seminário sobre Temas Contemporâneos

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- **Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho – SBDI-2**



Alunos-Juizes assistem à sessão de julgamento da SBDI-2



Sessão de julgamento da SBDI-2

## SISTEMA JUDICIÁRIO

- **O Juiz e a Função das Corregedorias**

Professores:

Ministro Renato de Lacerda Paiva –  
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Desembargadora Jane Granzoto –  
Corregedora Regional do TRT da 2.<sup>a</sup>  
Região/SP



Desembargadora Jane Granzoto e Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, profere aula no 21.º CFI

## TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL TRABALHISTA

- **A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Oraís**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho  
João Marcelo Balsanelli – Juiz Assessor  
da Direção da ENAMAT



Juiz João Marcelo Balsanelli, Assessor da Direção da ENAMAT

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**Tópico – Força Vinculante dos Precedentes Judiciais. Incidente de Recursos Repetitivos, Demandas Repetitivas e Assunção de Competência**

Instrutor: Ministro José Roberto Freire Pimenta – TST



Ministro José Roberto Freire Pimenta profere aula sobre as repercussões do novo CPC no Processo do Trabalho

## LABORATÓRIO JUDICIAL

- **Oficina: E-Gestão**

Instrutor: Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho – Secretário-Geral Judiciário do TRT da 10.<sup>a</sup> Região/DF



Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho



Alunos-Juizes participam de Oficina de E-Gestão

## LABORATÓRIO JUDICIAL

- **Oficina de Decisão Judicial – Parte I**

### Tópicos dos Procedimentos Especiais

Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Sousa Waki – 10.<sup>a</sup> VT de Goiânia/GO

Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – TRT da 19.<sup>a</sup> Região e Tutor do 21.<sup>o</sup> CFI



Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa e Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Sousa Waki



Alunos-Juizes participam de Oficina de Decisão Judicial – Parte I

## ORIENTAÇÃO DE JUIZ-TUTOR

- **4.<sup>a</sup> Semana: 12 a 16 de dezembro**

Orientador: Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro – 7.<sup>a</sup> VT de Florianópolis/SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro



Alunos-Juizes recebem orientação no 21.<sup>o</sup> CFI

## LABORATÓRIO JUDICIAL

- **Oficina de Decisão Judicial – Parte I**

### Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista

Professores:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10.<sup>a</sup> Região

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Sousa Waki – 10.<sup>a</sup> VT de Goiânia/GO



Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Sousa Waki e Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos



Oficina de Decisão Judicial – Parte I

## LINGUAGEM JURÍDICA

Professor: Eduardo Sabbag – Doutor em Direito Tributário e Língua Portuguesa



Professor Doutor Eduardo Sabbag

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**Tópico II – Atualidades em Processo do Trabalho: Impactos do Novo Código de Processo Civil**

### Mesa-Redonda

Professores:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST

Ministro Augusto César Leite – TST

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST



Ministro Augusto César Leite, Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão



Ministros do TST realizam palestra em mesa-redonda sobre o Novo CPC

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- **Processo Judicial Eletrônico – PJe**

Professores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Alcione Margarida de Carvalho – VT de Inhumas/GO

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano Coelho de Souza – TRT da 18.ª Região – Juiz Auxiliar da Presidência do TST



Juíza Titular de Vara do Trabalho Alcione Margarida de Carvalho e Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano Coelho de Souza



Processo Judicial Eletrônico é tema de aula no 21.º CFI

## RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA

Professora: Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento – Coordenadora de Rádio e TV do TST



Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento

## SISTEMA JUDICIÁRIO

- **A Pesquisa Judiciária, o Papel do CNJ, a Atuação do Juiz do Trabalho e o Planejamento Estratégico**

Professores:

Fernanda Paixão Araújo Pinto – Mestre pela Universidade de Brasília (UnB) e Ex-Diretora de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ)

Santiago Falluh Varella – Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Diretor de Projetos do DPJ/CNJ



Professora Fernanda Paixão Araújo Pinto e Professor Doutor Santiago Falluh Varella

## LABORATÓRIO JUDICIAL

- **Oficina de Decisão Judicial**

### Tópicos da Fase de Execução Trabalhista

Professoras:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10ª. Região  
Juíza Titular de Vara do Trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto – 19ª VT de Brasília/DF



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto e Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos

## EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- **O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público**

Professor: Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro – 7ª. VT de Florianópolis/SC e Tutor do 21º. CFI



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro

## SISTEMA JUDICIÁRIO

- **Modelo de Formação de Magistrados da ENAJUM**

Professor: Ministro José Barroso Filho – Superior Tribunal Militar (STM), Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM)



Ministro José Barroso Filho, do STM



Ministro José Barroso Filho apresenta modelo de formação de magistrados da ENAJUM

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS (3 HORAS-AULA)

- **Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho**

**Tópico III – Atualidades em Processo do Trabalho:**

**Impactos do Novo Código de Processo Civil**

### Mesa-Redonda

Professores:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST

Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST

Ministro Alexandre Agra Belmonte – TST



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga profere palestra sobre o NCPC



Ministro Walmir Oliveira da Costa profere palestra sobre o NCPC



Ministro Alexandre Agra Belmonte profere palestra sobre o NCPC

## CERIMÔNIA DE FORMATURA



Mesa de honra da solenidade de formatura do 21.º CFI

A cerimônia de formatura dos Alunos-Juizes do 21.º CFI ocorreu no dia 16 de dezembro, data de encerramento das atividades curso. Compuseram a mesa de honra da solenidade, o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Renato de Lacerda Paiva, e a Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

O discurso de abertura foi proferido pela Diretora da ENAMAT, que ressaltou ter sido o 21.º Curso de Formação Inicial concebido e preparado para desenvolver competências e habilidades importantes para a fase inicial da carreira do magistrado.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, profere discurso na solenidade de formatura do 21.º CFI



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, profere discurso aos formandos do 21.º CFI

Oradora da turma, a Juíza do Trabalho Substituta da 23.<sup>a</sup> Região Ana Maria Fernandes Accioly Lins fez um discurso em que destacou os esforços para a aprovação no concurso, a união da turma e o trabalho realizado pela equipe da ENAMAT.

Ao final da cerimônia, os Alunos-Juizes homenagearam o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e, citando uma fala do próprio Ministro, reafirmaram o compromisso de exercer a vocação como magistrados “tecnicamente competentes, eticamente justos e gerencialmente céleres”.



Juíza do Trabalho Substituta da 23.<sup>a</sup> Região Ana Maria Fernandes Accioly Lins, oradora da Turma



Formandos do 21.º CFI



Presidente do TST e do CSJT recebe homenagem dos formandos do 21.º CFI



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, agradece homenagem dos Alunos-Juizes do 21.º CFI



Diretora da ENAMAT entrega certificado a Juíza do Trabalho Substituta, formanda do 21.º CFI



Diretora da ENAMAT entrega certificado a Juiz do Trabalho Substituto, formando do 21.º CFI



Diretora da ENAMAT entrega certificado a Juizes do Trabalho Substituto formando do 21.º CFI



Formandos assistem à entrega de certificado a colegas do 21.º CFI



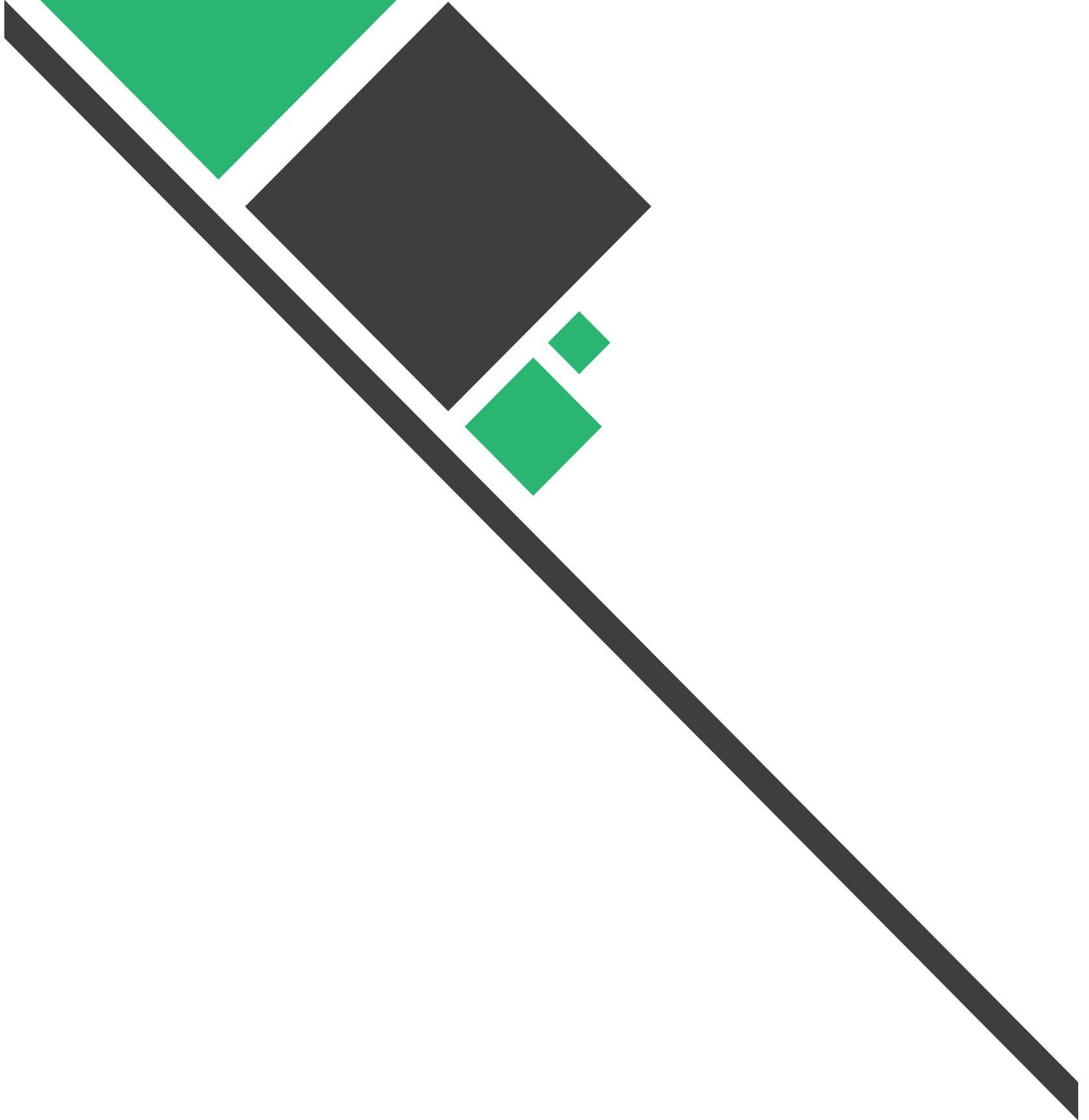
Formandos cumprimentam-se ao final da solenidade de formatura



Servidores da ENAMAT e do TST participam da solenidade de formatura do 21.º CFI



Servidores da ENAMAT e do TST participam da solenidade de formatura do 21.º CFI



## FORMAÇÃO CONTINUADA

À ENAMAT incumbe promover, em âmbito nacional, cursos de formação continuada para Magistrados do Trabalho vitalícios, com vista ao aperfeiçoamento profissional ao longo de toda a carreira e à promoção e ao acesso, nos termos da Resolução Administrativa nº 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa nº 1.363, de 16 de novembro de 2009.

A Formação Continuada tem por objetivo geral propiciar aos Magistrados do Trabalho formação profissional tecnicamente adequada e eticamente humanizada, voltada para a defesa dos princípios do Estado Democrático de Direito e comprometida com a solução justa dos conflitos, com ênfase nas **competências teórico-práticas** básicas para o exercício da função na perspectiva do caráter nacional da instituição judiciária trabalhista.

A modalidade de educação empregada, presencial, semipresencial ou à distância, busca permitir o contato com o Juiz participante e o melhor desenvolvimento da relação ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada pretende assegurar a plena interação dos integrantes do processo de ensino e aprendizagem e, ainda, oportunizar a melhor identificação e apreensão, pelos professores, das dificuldades concretas enfrentadas pelos Alunos-Juizes no exercício profissional.

No ano de 2016 foram realizados 2 (dois) cursos presenciais, 3 (três) na modalidade semipresencial para servidores que atuam com formação de juizes nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e 7 (sete) na modalidade de educação à distância, com o objetivo de formação continuada dos magistrados do trabalho, totalizando 12 cursos. Foram atendidos na Formação Continuada 826 magistrados do trabalho.

## CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

### MODALIDADE PRESENCIAL

Na modalidade presencial, os cursos são realizados pela ENAMAT em sua sede em Brasília, no auditório e salas de aula que compõem sua estrutura física. A ENAMAT enfatiza a utilização de técnicas de ensino modernas e diversificadas, que devem privilegiar a participação ativa dos Juízes, a fim de assegurar melhor aproveitamento nos cursos e vivência de situações práticas, tais como dinâmicas de grupo, debates após exposição, laboratórios, oficinas, painéis e mesas-redondas.

O processo de avaliação da aprendizagem é formativo, desenvolvendo-se durante todo o curso e é recomendada avaliação interativa conjugada com técnicas, entre as quais: relatórios (de observação crítica e de práticas); resumos (de leituras, de casos ou de

procedimentos/rotinas); trabalhos em grupo (de execução de atividades coletivizadas ou integradas em procedimentos na prática judiciária, de redação ou planejamento); estudo de casos ou solução de problemas (simulados ou reais); execução de atividades simuladas com indicadores de desempenho (utilização adequada de técnicas específicas ou obtenção de resultados).

Foi realizado pela ENAMAT, em 2016, cursos presenciais de formação continuada sobre o novo CPC e o processo do trabalho, direcionado a magistrados e servidores do TST, em parceria com o CEFAST, e sobre Administração de Tribunal Regional do Trabalho, destinado a dirigentes dessas Cortes, abrangendo o total de 78 magistrados e 383 servidores capacitados conforme apresentado a seguir.



Curso de Formação Continuada - Modalidade Presencial

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE O NOVO CPC NA PERSPECTIVA DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS NºS 39 E 40/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

5 a 29 de abril de 2016



O Curso de Formação Continuada sobre o novo CPC na Perspectiva das Instruções Normativas nºs 39 e 40/2016 do Tribunal Superior do Trabalho foi realizado em decorrência do acordo de cooperação assinado em março deste ano entre a Escola Nacional e o Centro de Formação de Assessores e Servidores do TST (Cefast), visando, entre as atividades estabelecidas, à implantação de programas e ações educacionais de ensino e pesquisa e a realização de cursos no âmbito da formação profissional de magistrados do trabalho e dos servidores do Tribunal Superior do Trabalho. Participaram do curso 33 magistrados do trabalho e 383 servidores do TST.

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho, afirmou que o Curso de Formação Continuada sobre o novo CPC congrega ministros e servidores, para estudar a nova realidade a ser vivenciada. O Curso foi realizado durante 11 dias, no total de quatro semanas, de 5 a 29 de abril, no Plenário Ministro Arnaldo Süssekind. Destacou o Presidente do TST que a Justiça está num momento de transição para os tribunais superiores, de paradigmas de julgamento de casos para julgamento de temas. Salientou, ainda, que a mudança de paradigmas é traumática e não ocorre sem dificuldades, que todos que atuam na Justiça do Trabalho estão se adaptando ao modelo.



Ministros e assessores no Plenário Arnaldo Süssekind



Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT;  
Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do TST;  
e Ministro Guilherme Caputo Bastos, Diretor do CEFAS

Ressaltou, ainda, que a importância das Instruções Normativas nºs 39 e 40, que regulamentam pontos do novo CPC relativos ao processo do Trabalho, é se mostrar, diante de um panorama de mudança e incerteza, como um norte para toda a magistratura trabalhista, advogados, procuradores e servidores.

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, ressaltou que “a produção do conhecimento tem o incrível potencial de transformar e ao mesmo tempo desestabilizar, ao instigar dúvidas e questionamentos, mais do que incutir certezas”. Segundo ela, “a condição



### ▶ PROGRAMAÇÃO

Evento destinado a ministros do Tribunal Superior do Trabalho e assessores de ministros.  
Local: Sala de Sessões Plenárias Ministro Arnaldo Sussekind, Térreo do Bloco "B"

#### PRIMEIRA SEMANA

- ▶ **05 de abril, terça-feira, das 14h às 16h**  
Ministro João Oreste Dalazen  
Temas: 1. Introdução. Repercussões do NCPC no Processo do Trabalho. Art. 15 do CPC de 2015. Premissa e finalidade da IN 39/2016. 2. A nova dimensão do princípio do contraditório. Aplicação ao Processo do Trabalho. 3. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Aplicação ao Processo do Trabalho.
- ▶ **06 de abril, quarta-feira, das 14h às 16h**  
Aloysio Corrêa da Veiga  
Tema: Fundamentação das decisões judiciais – art. 489 do NCPC.
- ▶ **08 de abril, sexta-feira, das 14h às 16h**  
Ministro José Roberto Freire Pimenta  
Tema: Força vinculante dos precedentes judiciais. Incidentes de recursos repetitivos, demandas repetitivas e assunção de competência (primeira parte).

#### SEGUNDA SEMANA

- ▶ **11 de abril, segunda-feira, das 14h às 16h**  
Ministro José Roberto Freire Pimenta  
Tema: Força vinculante dos precedentes judiciais. Incidentes de recursos repetitivos, demandas repetitivas e assunção de competência (segunda parte).
- ▶ **13 de abril, quarta-feira, das 14h às 16h**  
Ministro Alexandre Agra Belmonte  
Tema: Reclamação, Ação Rescisória e Ação Anulatória – aspectos gerais.
- ▶ **15 de abril, sexta-feira, das 14h às 16h**  
Ministro Waldir Oliveira da Costa  
Tema: Efeitos processuais do cancelamento da Súmula nº 285 do TST. IN nº 40/2016

#### TERCEIRA SEMANA

- ▶ **18 de abril, segunda-feira, das 14h às 17h**  
Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Ministro Augusto César Leite de Carvalho  
Tema: Tutelas provisórias  
Tutelas específicas
- ▶ **20 de abril, quarta-feira, das 14h às 16h**  
Ministro João Oreste Dalazen  
Tema: 1. Combate à jurisprudência defensiva dos Tribunais do Trabalho. Art. 10 da IN nº 39/2016. Direito Intertemporal. 2. A jurisprudência consolidada do TST e o NCPC. Primeiros impactos.

#### QUARTA SEMANA

- ▶ **25 de abril, segunda-feira, das 14h às 16h**  
Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão  
Tema: Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais.
- ▶ **27 de abril, quarta-feira, das 14h às 16h**  
Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão  
Tema: Recursos.
- ▶ **29 de abril, sexta-feira, das 14h às 16h**  
Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho  
Tema: Normas fundamentais.

REALIZAÇÃO:



de possibilidade para a produção segura do conhecimento é justamente a constatação do seu caráter contingente e fragmentado, precário. Por isso, o conhecimento demanda um longo processo, contínuo e permanente, e essa é a proposta do curso”.

O Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Diretor do Cefast, destacou a celeridade de resultados do acordo de cooperação com a ENAMAT e assegurou que, nas oportunidades em que houver essa comunhão de interesses, o Cefast estará solidário às iniciativas da ENAMAT.

O curso sobre o novo Código de Processo Civil teve como professores os Ministros que integraram a comissão responsável pela elaboração da minuta das Instruções Normativas nºs 39 e 40, aprovadas pelo Tribunal Pleno em março deste ano. A comissão, criada em 2015 pelo então Presidente do TST, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, foi coordenada pelo Ministro João Oreste Dalazen e composta pelos ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho, Aloysio Corrêa da Veiga, José Roberto Freire Pimenta, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Waldir Oliveira da Costa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Cláudio Mascarenhas Brandão. O curso teve duração de 24 horas-aula.

## 7.º CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

10 a 13 de maio de 2016

A ENAMAT promoveu o 7.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho, no período de 10 a 13 de maio, destinado a Desembargadores do Trabalho que ocupam cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional nos Tribunais Regionais. O curso contou com a participação de 45 Desembargadores do Trabalho.

O objetivo do curso, com 24 horas-aula, foi contribuir com a aprendizagem dos magistrados do trabalho em tópicos especiais indispensáveis ao desenvolvimento de competências necessárias à complexa atividade de administrar Tribunais, permitindo a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao exercício dos cargos.

Atuaram como professores o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT.

O programa do curso incluiu matérias como assistência médica a magistrados e servidores; gestão de pessoas: capacitação e formação profissional de servidores e magistrados; gestão orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal; uniformização da jurisprudência nos Tribunais, atividade correcional e o papel das ferramentas de estatística, entre outros temas.

## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



Iniciada em 2010, a educação à distância promovida pela ENAMAT constitui hoje uma realidade inarredável, com tendência sempre crescente, dada a importância da tecnologia na sociedade atual e a possibilidade de alcançar concomitantemente magistrados de todas as Regiões do País, em maior quantitativo e com elevada capacidade de interação entre eles, considerando-se, ainda, a redução de custos na produção de cursos propiciada por essa modalidade.

A proposta pedagógica da ENAMAT segue procedimentos didáticos próprios dessa modalidade educacional. O Juiz participante tem acesso a material especificamente produzido para cada curso e atua em regime de aprendizado colaborativo, com ênfase na interação entre os alunos, cabendo ao professor propiciar situações de aprendizagem em que todos aprendam com todos.

A avaliação da aprendizagem é formativa e ocorre durante cada aula virtual, quando são avaliadas as competências que os Juízes estão desenvolvendo e o domínio do conteúdo por meio da análise de sua participação nas atividades previstas no ambiente virtual de aprendizagem. Compreende, também, o resultado das interatividades ao longo das aulas, realizadas pela ferramenta Fórum.

Em 2016 foram realizados pela ENAMAT 7 (sete) cursos de formação continuada no formato à distância, adiante discriminados, com o total de 768 Juízes atendidos.

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PROVA PERICIAL EM ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS

7 de abril a 29 de maio de 2016

O Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, na modalidade de educação à distância, teve 170 Alunos-Juizes inscritos. Com carga horária de 30 horas, divididas em oito aulas, o curso dedicou os quatro primeiros dias à ambientação e os demais a leitura do conteúdo, discussão e avaliação.

O objetivo foi municiar o Aluno-Juiz de elementos que lhe prestem informações e desenvolvam reflexão sobre as ações perante a Justiça do Trabalho envolvendo acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, legislações aplicáveis à prova pericial e pleitos de indenizações por responsabilidade civil, além de outros temas propostos no curso.

A seguir, demonstra-se o cronograma do curso, que inclui o conteúdo programático trabalhado em cada aula.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

<b>CFC - PPADO - 07/04 a 29/05/2016</b>			
<b>Atividade</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Período de Realização</b>
<b>Ambientação</b>	<i>Ambientação e Preparação para as Atividades</i>	<b>3h</b>	07/04 a 10/04/2016
<b>Aula1</b>	<i>Questões Atuais da Prova Pericial; Legislação Aplicável à Prova Pericial</i>	<b>4 h</b>	11/04 a 17/04/2016
<b>Aula 2</b>	<i>Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário; Incapacidade para o Trabalho e Reabilitação Profissional</i>	<b>4 h</b>	18/04 a 24/04/2016
<b>Aula 3</b>	<i>LER/DORT; Acidentes de Trabalho e o Combate à Teoria do Ato Inseguro</i>	<b>4 h</b>	25/04 a 01/05/2016
<b>Aula 4</b>	<i>Nexo entre Transtornos Mentais e Trabalho; Trabalho, Sofrimento Psíquico e Patologia</i>	<b>4 h</b>	02/05 a 08/05/2016
<b>Aula 5</b>	<i>Etapas da Prova Pericial; Documentos e Procedimentos; Quesitos da Perícia</i>	<b>4 h</b>	09/05 a 15/05/2016
<b>Aula 6</b>	<i>Perícias Médicas; A Prova Pericial Judicial – Diretrizes e Enunciados</i>	<b>4 h</b>	16/05 a 22/05/2016
<b>Avaliação</b>	<i>Período de Avaliação</i>	<b>3 h</b>	23/05 a 29/05/2016

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

**20 de abril 5 de junho de 2016**

O Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista, na modalidade de educação à distância, teve carga horária de 30 horas, distribuídas em sete aulas. Os cinco primeiros dias foram destinados à ambientação e os demais a leitura do conteúdo, discussão e avaliação. Inscreveram-se no curso 160 Alunos-Juízes.

Com a consecução do objetivo do curso, o Aluno-Juiz tornou-se apto a desenvolver reflexão sobre as práticas adotadas e modificar procedimentos, se for o caso, em sua atuação frente à execução trabalhista, assim como construir conhecimento a partir da discussão dessas práticas e do compartilhamento de experiências exitosas.

Visualiza-se, a seguir, o cronograma do curso, abrangendo o conteúdo programático estudado e debatido em cada aula.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CARGA HORÁRIA DA AULA	CONTEÚDO
20/4/2016	24/4/2016	Ambientação	2 h	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades
25/4/2016	01/5/2016	Aula 1	5 h	Efetividade da Execução Trabalhista no Âmbito dos Atos Materiais, de Expropriação de Bens e Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer
02/5/2016	08/5/2016	Aula 2	5 h	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Comum – o Perfil dos Devedores e os Instrumentos de Localização e Apreensão de Bens
09/5/2016	15/5/2016	Aula 3	5 h	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Comum: Os incidentes na Construção, a Expropriação e a Tutela de Urgência
16/5/2016	22/5/2016	Aula 4	5 h	Execução de Obrigações de Pagar em Face do Devedor Solvente Fazenda Pública
23/5/2016	29/5/2016	Aula 5	5 h	Tópicos Especiais nas Execuções de Obrigações de Pagar e Questões da Definitividade e Suspensão da Execução
30/5/2016	5/6/2016	Avaliação	3 h	Período de Avaliação

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE QUESTÕES PENAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

**25 de maio a 3 de julho de 2016**

O Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho, na modalidade de educação à distância, teve carga horária de 30 horas, divididas em quatro aulas de conteúdo específico. Os cinco primeiros dias foram destinados à ambientação, a última semana à avaliação final e os demais dias a leitura do conteúdo, discussão e avaliação. Participaram do curso 121 Juízes.

O objetivo foi oferecer ao Aluno-Juiz espaço para realizar reflexões e adquirir informações acerca do tema Questões Penais na Justiça do Trabalho, de modo a tornar-se capaz de apontar técnicas adequadas de prevenção de criminalidade exógena; agir de forma apropriada frente a tentativas de indução ao erro no processo do trabalho; e conhecer e aplicar a legislação referente às funções penais periféricas do Juiz do Trabalho.

A seguir, apresenta-se o cronograma do curso, contendo o conteúdo programático de cada aula.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CARGA HORÁRIA DA AULA	CONTEÚDO
25/5/2016	29/5/2016	Ambientação	3 h	<i>Ambientação e Preparação para as Atividades</i>
30/5/2016	5/6/2016	Aula 1	6 h	<i>A Criminalidade Exógena</i>
6/6/2016	12/6/2016	Aula 2	6 h	<i>Indução a Erro no Processo do Trabalho</i>
13/6/2016	19/6/2016	Aula 3	6 h	<i>Funções Penais Periféricas do Juiz do Trabalho Parte I</i>
20/6/2016	26/6/2016	Aula 4	6 h	<i>Funções Penais Periféricas do Juiz do Trabalho Parte II</i>
27/6/2016	3/7/2016	Avaliação	3 h	<i>Período de Avaliação</i>

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE RELACIONAMENTO DA JUSTIÇA COM A MÍDIA

**18 de agosto a 25 de setembro de 2016**

O Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia, na modalidade de educação à distância, foi realizado com carga horária de 30 horas, divididas em cinco aulas. A primeira aula destinou-se à ambientação, a última à avaliação final e as demais à leitura do conteúdo, discussão e avaliação. Participaram do curso 111 Alunos-Juizes.

O objetivo consistiu em preparar os magistrados para desenvolver um bom relacionamento com a imprensa, para serem capazes de avaliar as principais características do relacionamento da Justiça com a mídia; reconhecer as condutas que o Juiz deve apresentar no relacionamento com a mídia para possibilitar a realização de entrevistas e contatos produtivos; compreender a importância do bom relacionamento com a mídia para a comunicação do Poder Judiciário com a sociedade; e demonstrar habilidades para realizar entrevistas com jornalistas.

Pode-se verificar, a seguir, o cronograma do curso, que inclui o conteúdo programático de cada aula.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema	18 a 21/8/2016	3 horas
Fórum da Aula 1	A Importância do Relacionamento com a Mídia	22 a 28/8/2016	6 horas
Fórum da Aula 2	A Imprensa em Busca de Informações-Como se preparar?	29/8 a 4/9/2016	6 horas
Fórum da Aula 3	Entrevistas para jornais, revistas, sites e utilização de redes sociais	5 a 11/9/2016	6 horas
Fórum da Aula 4	Entrevistas para rádio, televisão e coletivas de imprensa	12 a 18/9/2016	6 horas
Avaliação	Período de Avaliação	19 a 25/9/2016	3 horas

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE TEORIA GERAL DO JUÍZO CONCILIATÓRIO

8 de setembro a 30 de outubro de 2016

O Curso de Formação Continuada sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório, na modalidade de educação à distância, teve carga horária de 30 horas, distribuídas em oito aulas. A primeira aula foi destinada à ambientação e as demais à leitura do conteúdo, discussão e avaliação. Participaram do curso 106 Alunos-Juízes.

Como objetivo, buscou-se que os alunos do curso desenvolvessem conhecimentos e habilidades para o exercício da atividade de conciliação, própria das funções jurisdicionais, assim como construísem conhecimento a partir do compartilhamento de experiências.

A seguir, o cronograma do curso apresentado abrange o conteúdo programático de cada aula.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

ATIVIDADE	CONTEÚDO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Ambientação	Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema	8 a 11/9/2016	3 horas
Fórum da Aula 1	O novo papel do juiz no século XXI	12 a 18/9/2016	4 horas
	Monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação		
Fórum da Aula 2	Métodos tradicionais e alternativos de resolução de disputas	19 a 25/9/2016	4 horas
	Jurisdição como poder-dever de pacificação social		
Fórum da Aula 3	Importância e papel da conciliação no processo do trabalho	26/9 a 2/10/2016	4 horas
	Dimensão jurídica da conciliação judicial trabalhista: lide jurídica		
	Dimensão socioeconômica da conciliação judicial trabalhista: lide sociológica		
Fórum da Aula 4	Dimensão psicológica da conciliação judicial trabalhista: expectativa do sujeito	3 a 9/10/2016	4 horas
	Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista		
Fórum da Aula 5	Técnicas aplicadas à conciliação judicial trabalhista	10 a 16/10/2016	4 horas
Fórum da Aula 6	Prática da conciliação judicial trabalhista	17 a 23/10/2016	4 horas
	Estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação		
Avaliação de Aprendizagem	Período de Avaliação	24 a 30/10/2016	3 horas

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE OS IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ATUAÇÃO DOS DESEMBARGADORES E TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO**

**29 de setembro a 9 de novembro de 2016**

O Curso de Formação Continuada sobre os Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho, na modalidade de educação à distância, realizou-se com carga horária de 30 horas, divididas em sete módulos. O primeiro módulo foi destinado à ambientação e os demais à leitura do conteúdo, discussão e avaliação das aulas. Participaram do curso 27 Desembargadores do Trabalho.

O objetivo foi analisar a compatibilidade das normas do CPC/2015 e da Lei nº 13.256/2016 com o processo trabalhista estabelecido pela CLT, a Lei nº 13.015/2014, o Ato nº 491/2014 e as Instruções Normativas do TST nºs 38, 39 e 40, além das diretrizes jurisprudenciais previstas em Súmulas e OJs do TST.

A seguir, apresenta-se o cronograma do curso, contendo o conteúdo programático de cada aula.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA**

<b>Atividade</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Ambientação</b>	<b>Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema</b>	<b>29/9 a 2/10</b>	<b>2 horas</b>
<b>Módulo 1</b>	<b>Princípios Constitucionais Processuais</b>	<b>3/10 a 9/10</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 2</b>	<b>Princípios Constitucionais do CPC/2015 Compatíveis com o Processo do Trabalho</b>	<b>10/10 a 16/10</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 3</b>	<b>Tutelas Provisórias de Urgência e de Evidência</b>	<b>17/10 a 23/10</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 4</b>	<b>A Uniformização da Jurisprudência</b>	<b>24/10 a 30/10</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 5</b>	<b>Regras Processuais Decisórias Aplicáveis ao Processo do Trabalho</b>	<b>31/10 a 6/11</b>	<b>5 horas</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>7/11 a 9/11</b>	<b>3 horas</b>

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE VARA DO TRABALHO

**20 de outubro a 11 de dezembro de 2016**

O Curso de Formação Continuada sobre Administração de Vara do Trabalho, na modalidade de educação à distância, cumpriu uma carga horária de 40 horas, divididas em oito semanas. Os quatro primeiros dias foram destinados à ambientação, a última semana à avaliação final e os demais dias à leitura do conteúdo, discussão e avaliação das aulas. Participaram do curso 86 alunos.

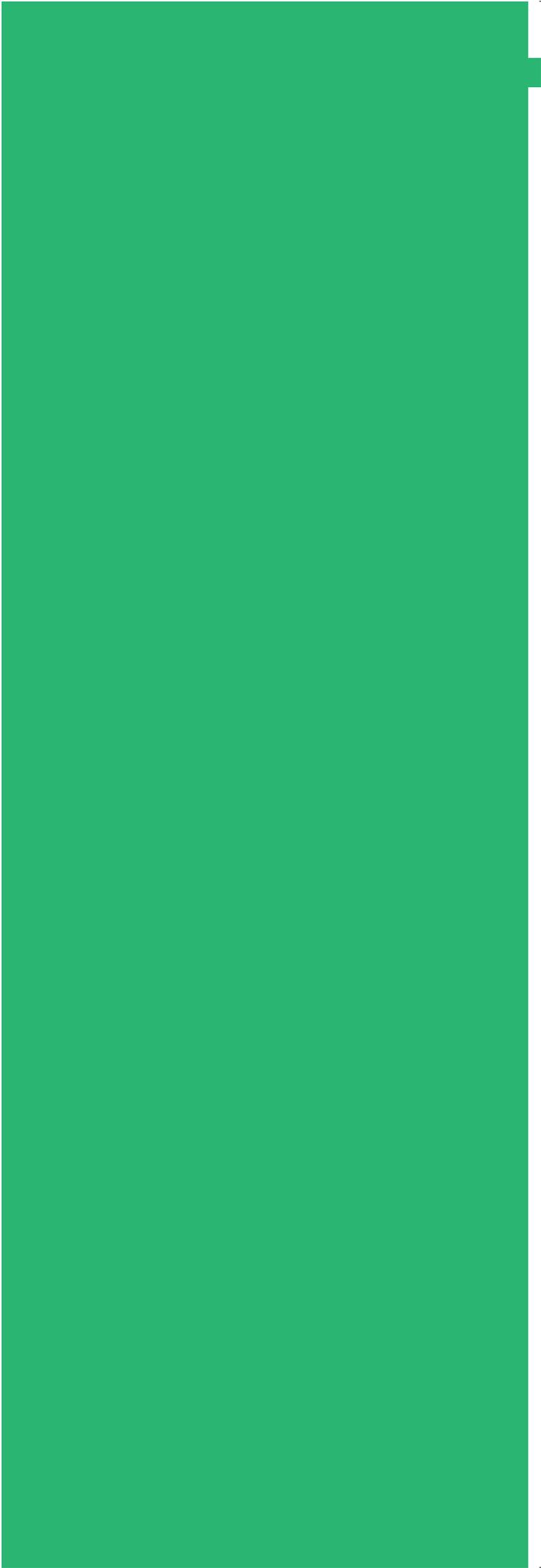
Pretendeu-se como objetivo que os Alunos-Juizes viessem a desenvolver competências para a administração de Vara do Trabalho, a partir da ampliação do conhecimento de aspectos da administração de organizações.

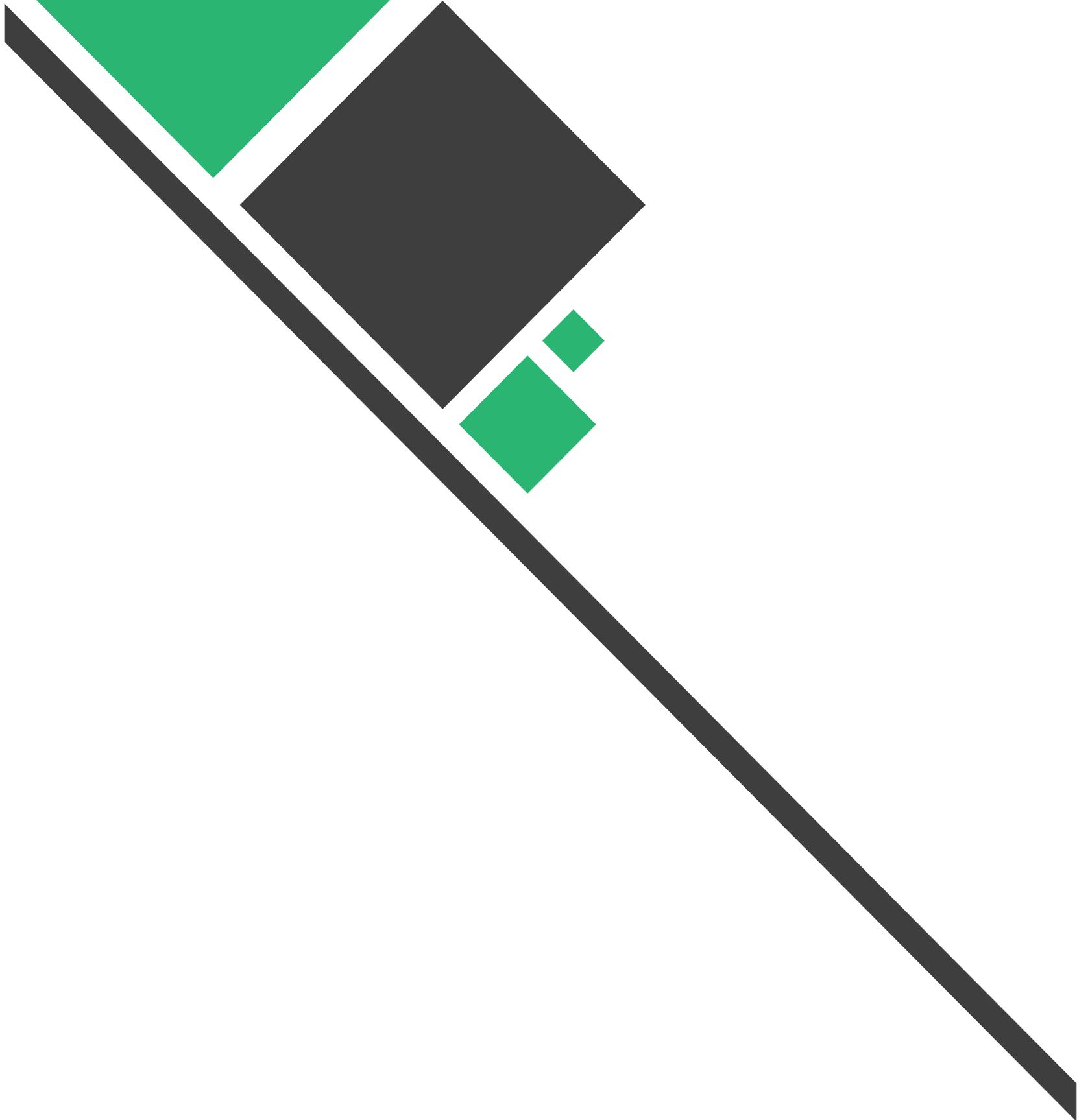
No final, o aluno tornou-se apto a caracterizar os elementos que compõem a administração das organizações; apresentar visão geral sobre a gestão do Poder Judiciário e uma abordagem de aspectos particulares relacionados à gestão da Vara do Trabalho; analisar a gestão dos principais recursos disponíveis na Vara do Trabalho; explicar os processos de trabalho como instrumentos para obtenção de resultados almejados pela administração; avaliar a gestão de processos de trabalho com foco em cada uma das grandes áreas que compõem a Vara do Trabalho; discriminar os processos de trabalho relacionados às principais tarefas executadas pelo Juiz em audiência.

O cronograma do curso, demonstrado a seguir, apresenta o conteúdo programático de cada aula.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CONTEÚDO	Carga Horária
20/10/2016	23/10/2016	Ambientação	<b>Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades</b>	2 h/a
24/10/2016	30/10/2016	Aula 1	<b>Administração das Organizações</b>	6 h/a
31/10/2016	6/11/2016	Aula 2	<b>A Gestão Judiciária</b>	6 h/a
7/11/2016	13/11/2016	Aula 3	<b>Gestão de Pessoas e Recursos Materiais em Varas do Trabalho</b>	6 h/a
14/11/2016	20/11/2016	Aula 4	<b>A Gestão de Processos de Trabalho</b>	6 h/a
21/11/2016	27/11/2016	Aula 5	<b>A Gestão de Processos de Trabalho em Gabinetes e Secretarias</b>	6 h/a
28/11/2016	4/12/2016	Aula 6	<b>Gestão de Processos de Trabalho em Audiência</b>	6 h/a
5/12/2016	11/12/2016	Trabalho de conclusão	<b>Apresentação de Trabalhos de Conclusão do Curso</b>	2 h/a





## FORMAÇÃO DE FORMADORES

É atribuição da ENAMAT, nos termos da Resolução Administrativa nº 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa nº 1.363, de 16 de novembro de 2009, promover cursos de formação de formadores para a qualificação dos profissionais de ensino.

A execução da formação dos magistrados do trabalho, em âmbito nacional ou regional, seja na formação inicial, seja na continuada, requer profissionais de ensino qualificados e especializados em técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem adequadas à realidade vivenciada na jurisdição.

A ENAMAT prepara instrutores ou professores para as modalidades presencial e à distância, assim como gestores de escolas, para que atuem nos cursos que promove, colocando-os, ainda, à disposição das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, a fim de desenvolverem ações educativas de qualidade.

A Formação de Formadores é realizada nas modalidades presencial, semipresencial e à distância.

Em 2016, a ENAMAT realizou 7 cursos de formação de formadores, nas modalidades mencionadas, com um total de 244 participantes, dos quais 128 Juízes do Trabalho e 116 servidores que trabalham na área de gestão educacional das Escolas Judiciais.

## MODALIDADE PRESENCIAL

### CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – PERSPECTIVAS E DESAFIOS

20 e 21 de outubro de 2016



O Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância – Perspectivas e Desafios, promovido pela ENAMAT, destinou-se a magistrados que atuam como professores de cursos de EaD na Escola Nacional. Com o total de 12 horas-aula, o curso teve como objetivo refletir sobre as experiências da ENAMAT no campo da educação virtual voltada para a formação profissional do magistrado do trabalho e pretendeu, ainda, examinar e avaliar questões sobre adoção e compartilhamento de boas práticas pedagógicas e necessidade de atualização profissional.

Participaram 43 magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Amapá, Paraná, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Juiz Assessor da Direção da ENAMAT, João Marcelo Balsanelli, realiza a abertura do curso

A abertura do curso foi realizada pelo Juiz Assessor da Direção da ENAMAT, João Marcelo Balsanelli, que saudou os magistrados e falou sobre a importância do aprendizado por meio da educação à distância.

### Educação à distância interativa

A aula inicial, sobre o tema Educação à Distância Interativa: um Modelo em Constante Desenvolvimento, foi ministrada por Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro, Mestre em EaD, professora da Universidade Católica de Brasília e consultora pedagógica da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, onde desenvolve programas de treinamento presenciais e à distância.



Professora Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro ministra aula sobre EaD interativa

Nessa aula, os magistrados vivenciaram uma dinâmica de grupo, ocasião em que os coordenadores das Escolas Judiciais relataram as respectivas experiências e o funcionamento dos cursos na modalidade à distância.



Magistrados do trabalho participam do CFF em Educação à Distância – Perspectivas e Desafios

### Mediação em ambientes virtuais

Anelise Sihler, Mestre em EaD, discorreu sobre o desafio do professor de manter o aluno atuante na disciplina. Segundo a professora, a prática de mediação em ambientes virtuais passa, principalmente, pelo amplo conhecimento que o educador deve possuir diante de fatores como as novas tecnologias e a desvantagem de não estar face a face com os alunos.

Nessa aula, evidenciou-se que a evasão é o grande desafio da educação à distância, pois, não obstante as facilidades e a comodidade propiciada pelas novas tecnologias, os cursos ainda enfrentam cerca de 30 a 40% de evasão no Brasil. A ENAMAT possui evasão média de apenas 15%.



Professora Anelise Sihler ministra aula sobre mediação em ambientes virtuais

Diante dos desafios da educação à distância, o curso pretendeu ambientar, aproximar e orientar os magistrados do trabalho que atuam como professores em educação à distância na ENAMAT. Por meio da exposição de experiências anteriores, buscou-se refletir sobre caminhos e formas de atuação no processo de ensino e aprendizagem à distância.

### Os desafios da avaliação em educação à distância



Professora Ana Paula Costa e Silva expõe aos participantes os desafios da avaliação em EaD

A Professora Ana Paula Costa e Silva, Mestre em EaD, explicou que a questão da avaliação é um tema desafiador em face do nível de percepção de cada pessoa. Discorreu sobre os instrumentos avaliativos, como fóruns de discussão, avaliações no ambiente virtual, autoavaliação e perfis cognitivos dos estudantes.

Citando Nicolescu, explicou que a realidade é multidimensional e sua leitura depende dos níveis de percepção e de consciência tanto do avaliador quanto do sujeito avaliado.

Explanou, ainda, sobre as especificidades da atuação docente em educação à distância, que busca uma retroalimentação entre avaliação e planejamento (tendências, previsões, decisões, ajustes, etc.). Sobre a avaliação formativa, esclareceu que, além de orientar as ações do estudante, possibilita verificar se objetivos de aprendizagem foram

alcançados e se há domínio gradativo e hierárquico de cada etapa.

Os magistrados participantes do curso realizaram também atividades em uma oficina de elaboração de mapas conceituais.



Participantes realizam atividades em oficina durante o CFF sobre Educação à Distância



Atividades em oficina no CFF sobre Educação à Distância

### Educação à distância da ENAMAT: perspectivas e desafios

O Coordenador de Educação à Distância da ENAMAT e mestrando em educação José Valmir Santos Filho debateu, com os participantes do curso, o tema Educação à Distância da ENAMAT: Perspectivas e Desafios.



José Valmir Santos Filho, Coordenador de EaD da ENAMAT

Os magistrados do trabalho puderam mostrar suas experiências, cases de sucesso e desafios que enfrentam nas Escolas Judiciais dos TRTs. Realizaram, ainda, um exercício conjunto no qual avaliaram o modelo interativo proposto pela ENAMAT para a educação à distância, apresentaram técnicas para melhorar a participação dos alunos nos cursos e propuseram possíveis ajustes na avaliação.

José Valmir afirmou que o trabalho de discussão foi importante momento para o fechamento do curso, pois é preciso “ouvir quem lida diretamente com os alunos para que os cursos da ENAMAT estejam sempre atualizados e mantenham a qualidade”. Ressaltou que a capacitação dos professores e a avaliação constante são partes essenciais para que a Justiça do Trabalho, por meio da ENAMAT e das Escolas Judiciais, continue sendo referência em educação.



José Valmir Santos Filho, Coordenador de EaD da ENAMAT, debate a educação à distância da ENAMAT



Magistrados formadores discutem perspectivas e desafios para a EaD da ENAMAT

## Encerramento

O curso foi encerrado pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, que cumprimentou os magistrados do trabalho e as respectivas regiões. A Ministra afirmou que “a modalidade de educação à distância é fantástica por permitir que o mesmo conteúdo chegue aos Juízes sem que haja deslocamento de espaço”. Complementou que essa característica só reforça a democratização do ensino e a redução de custos. Por fim, relembrou que o objetivo da ENAMAT na modalidade de educação à distância é compartilhar conhecimento.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, encerra o CFF de Educação à Distância

<b>CRONOGRAMA</b>	
<b>DIA 20.10.2016 (quinta-feira)</b>	
8h30min	Recepção, Credenciamento e Abertura
9h às 12h	Prof. <sup>a</sup> Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro (Mestre em Constante Desenvolvimento Carga Horária: 3h/a)
12h às 14h	Almoço
14h às 17h	Prof. <sup>a</sup> Anelise Shiler (Mestre em EaD da UCB) Tema: Prática de Mediação em Ambientes Virtuais Carga Horária: 3h/a
<b>DIA 21.10.2016 (sexta-feira)</b>	
9h às 12h	Prof. <sup>a</sup> Ana Paula Costa e Silva (Mestre em EaD da UCB) Tema: Os Desafios da Avaliação em Educação à Distância Carga Horária: 3h/a
12h às 13h30min	Almoço
13h30min às 15h30min	José Valmir Santos Filho (Coordenador da EaD da ENAMAT, Mestrando em Gestão Educativa) Tema: Educação à Distância da ENAMAT: Perspectivas e Desafios Carga Horária: 2 h/a
15h30min às 16h	Encerramento Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT

## 4.º CURSO INTERINSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DE FORMADORES – ENM-FRANÇA/ENAMAT

21 a 25 de novembro de 2016



A ENAMAT realizou, entre os dias 21 e 25 de novembro, o 4.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores – ENM-França/ENAMAT, decorrente de convênio firmado com a Escola Nacional de Magistratura francesa.

Transcorrido em Brasília, na sede da ENAMAT, o curso congregou magistrados do trabalho que possuem experiência em formação profissional, na condição de instrutor, coordenador acadêmico ou conselheiro, ou em outra função administrativa ou acadêmica em Escola Judicial, ou, ainda, que tiveram participação, na condição de aluno ou instrutor, de curso de formação continuada ou formação de formadores ministrado pela ENAMAT. Houve 19 magistrados participantes.

O objetivo foi transferir tecnologia sobre formação de formadores à magistratura brasileira. O curso teve duração de 29 horas-aula e trabalhou temas que tratam de formação por competências, criação de uma ação de formação, diferentes métodos de ensino, métodos ativos e avaliação.

Ministrado exclusivamente por dois instrutores da Escola Nacional da Magistratura da França (ENM/FR) – Magistrada Audrey BOITAUD-DERIEUX, Coordenadora de Formação da ENM e Magistrado Xavier MARTINEN, Vice-Presidente do Tribunal de Grandes Instâncias de Saintes –, as atividades foram desenvolvidas mediante a utilização de tradução simultânea.



Abertura do 4.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores – ENM-França/ENAMAT



Magistrada Audrey BOITAUD-DERIEUX ministra aula no 4.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores – ENM-França/ENAMAT



Magistrados franceses ministram aula em curso de formação de formadores



Participantes do Curso Interinstitucional ENM/ENAMAT assistem à aula ministrada por magistrados franceses

## PROGRAMA

**SEGUNDA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Método de formação pelas competências**

09h00-12h00 **Apresentação dos professores, do conteúdo e do desenrolar do curso**

Apresentação dos participantes, de suas expectativas e práticas em formação

Diferenciar engenharia de gestão, engenharia de formação e engenharia pedagógica

Definir a formação

12h00-14h00 Pausa para almoço

14h00-17h00 **Distinguir as qualidades e competências de um magistrado**

Os objetivos da formação de magistrados

Apresentação da organização da formação inicial na ENM

**TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Primeiros elementos para a concepção de uma ação de formação**

09h00-12h00 **Conceber objetivos de formação e objetivos pedagógicos**

Natureza, qualidades e níveis dos objetivos

Distinguir saber, saber-fazer e saber-ser

12h00-14h00 Pausa para almoço

14h00-17h00 **Identificar os componentes de uma ação de formação**

O programa de um módulo

A ficha pedagógica

**QUARTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Diferentes métodos pedagógicos. Métodos ativos**

09h00-12h00 **Diferenciar os métodos pedagógicos e sua relação com as teorias da aprendizagem**

Estudo comparativo

12h00-14h00 Pausa para almoço

14h00-17h00 **Animar um estudo de caso**

**QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Métodos ativos**

09h00-12h00 **Conceber um estudo de caso**

12h00-14h00 Pausa para almoço

14h00-17h00 **Colocar em prática e animar uma sessão de simulação**

**SEXTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Avaliação das pessoas e avaliação de uma formação**

09h00-12h00 **Diferenciar a avaliação de pessoas e a avaliação de dispositivos**

Identificar os métodos de avaliação do aluno e de um dispositivo de formação

12h00-14h00 Pausa para almoço

14h00-15h30 **Balanco do curso**



Aula do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores



Aula do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores



Magistrados participam ativamente do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores



Magistrados participantes do Curso



Professores do Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

## MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

Para os cursos organizados na modalidade semipresencial, são utilizadas as duas formas de execução: presencial, em que parte do curso é realizada na sede da ENAMAT, com todas as características anteriormente explicitadas, e outra parte, que se desenvolve por meio de educação à distância, no ambiente virtual de aprendizagem da Escola Nacional.

Em 2016, a ENAMAT deu continuidade à realização do Curso de Formação de Formadores: Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais, iniciado em 2015, na modalidade semipresencial, com o desenvolvimento de três Módulos – Gestão Acadêmica II; Gestão Orçamentária e Contratações –; e Gestão em Educação à Distância, conforme adiante apresentados, com um total de 116 alunos capacitados.

O objetivo do curso foi promover a interlocução e a integração entre profissionais envolvidos com a tarefa de formar, possibilitando a troca de experiências entre as Escolas Judiciais e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais relacionadas às diversas funções requeridas na estrutura dessas escolas.

## CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS – MÓDULO GESTÃO ACADÊMICA II

**5 e 6 de maio de 2016**

O Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais, Módulo Gestão Acadêmica II, foi destinado a servidores de Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho (SIFMT) e contou com a participação de 49 servidores das 24 Escolas Judiciais.

O curso, com o total de 15 horas-aula, teve por objetivo capacitar os servidores para compreender a avaliação da aprendizagem de eventos educacionais e para propor métodos de avaliação de cursos ofertados por uma Escola Judicial.

A abertura do curso foi realizada pelo Ministro João Batista Brito Pereira, membro do Conselho Consultivo da ENAMAT.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson e  
Ministro do TST João Batista Brito Pereira

O Ministro destacou o importante papel da Escola Nacional: “Tenho dito sempre que as Escolas Judiciais do Trabalho formam um sistema, em que a ENAMAT é o órgão central, e que todos os servidores e profissionais que o compõem são altamente qualificados. A ENAMAT promove

o aperfeiçoamento de todos os que fazem a Justiça do Trabalho”. Afirmou que a Formação de Formadores capacita multiplicadores, formando assim um sistema uniforme.



Cerimônia de Abertura do Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais – Módulo Gestão Acadêmica II

O Ministro Brito Pereira asseverou, ainda, que, em seu mandato como Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, conseguiu visitar as 24 Escolas Judiciais e testemunhou o envolvimento e comprometimento dos servidores e dos Juízes do Trabalho.

Durante o curso foram debatidos várias questões sobre gestão acadêmica. O Professor

José Vieira de Souza, da Universidade de Brasília (UnB) focalizou em sua aula os temas Teorias de Aprendizagem e Avaliação de Aprendizagem. A Professora Gardênia da Silva Abbad, também da UnB, tratou sobre Avaliação de Treinamento – Aspectos Práticos e A Importância das Avaliações de Treinamento na Escolha/Implementação de Indicadores.



Professor José Vieira de Souza (UnB) profere aula sobre teorias e avaliação da aprendizagem



Professora Gardênia da Silva Abbad ministra aula sobre avaliação de treinamento

**CRONOGRAMA**

<b>DIA 5.5.2016 (Quinta-feira)</b> (Local: Auditório da ENAMAT - 5º andar do Bloco A)	
8h	Recepção e credenciamento
8h30min	<b>Abertura</b>
9h às 10h	<b>Tema: Teorias de Aprendizagem</b> Instrutor: Professor Dr. José Vieira de Sousa (UnB)
10h	Coffee-break
10h15min às 12h	Continuação
12h às 13h45min	Almoço
13h45 às 15h30min	<b>Tema: Avaliação de Aprendizagem</b> Instrutor: Professor Dr. JOSÉ VIEIRA DE SOUSA (UnB)
15h30min	Coffee-break
15h45min às 17h45min	Continuação

<b>DIA 6.5.2016 (sexta-feira)</b> (Local: Auditório da ENAMAT - 5º andar do Bloco A)	
9h às 10h	<b>Tema: Avaliação de Treinamento – Aspectos Práticos</b> Instrutora: Professora Dra. GARDÊNIA DA SILVA ABBAD (UnB)
10h	Coffee-break
10h15min às 12h	<b>Tema: Avaliação de Treinamento – Aspectos Práticos</b> Instrutora: Professora Dra. GARDÊNIA DA SILVA ABBAD (UnB)
12h às 14h	Almoço
14h às 15h30min	<b>Tema: A Importância das Avaliações de Treinamento na Escolha/Implementação de Indicadores</b> Instrutor: JOAQUIM OTÁVIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (servidor TST)
15h30min	Encerramento das atividades

## **CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS – MÓDULO GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTRATAÇÕES**



### **30 e 31 de agosto de 2016**

O Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais – Módulo Gestão Orçamentária e Contratações foi promovido pela ENAMAT nos dias 30 e 31 de agosto, com o total de 15 horas-aula. Teve como objetivo preparar servidores para atuarem como multiplicadores nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho acerca da questão em foco.

A abertura do curso foi realizada pelo Assessor Acadêmico da Diretoria da ENAMAT, José Valmir Santos Filho, que saudou os servidores do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) das 24 Escolas Judiciais. Participaram do curso o total de 28 servidores.

Ministrada pelo Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do Conselho da Justiça Federal (CJF), Marcelo Barros Marques, a aula inicial tratou sobre a teoria do processo orçamentário. O professor abordou a questão relativa aos princípios do orçamento público; apresentou uma visão geral do processo orçamentário, focalizando os órgãos envolvidos e as responsabilidades e explicitou as leis orçamentárias, que englobam o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, explicando, ainda, o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual e os créditos adicionais.



Marcelo Barros Marques, Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF



Servidores de Escolas Judiciais participam da aula inicial do módulo

Também ministrou aula no primeiro dia de atividades o Especialista em Orçamento Público Marcos Augusto W. S. de Carvalho, que demonstrou o processo de elaboração da Lei Orçamentária no âmbito da Justiça do Trabalho, expondo uma visão geral do trâmite e apontando a regulamentação e os prazos. Esclareceu, ainda, importantes questões sobre a proposta orçamentária da Escola Judicial, o plano orçamentário alusivo à formação e aperfeiçoamento de magistrados e o impacto da Resolução n.º 159 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na prática dos TRTs e das Escolas Judiciais.



Marcos Augusto W. S. de Carvalho, especialista em Orçamento Público

O Especialista em Licitações e Contratos Fabiano de Andrade Lima contemplou em sua aula, no decorrer do segundo dia de atividades, uma abordagem teórica sobre a contratação de bens e serviços, quando discutiu, na primeira parte, os aspectos gerais das Licitações, ao tratar das modalidades de licitação e da contratação direta; os aspectos relevantes na elaboração de Projeto Básico e de Termo de Referência, explicitando, ainda, o Sistema de Registro de Preços. Na segunda parte da aula, o professor estreitou o tema para tratar sobre os aspectos relevantes da contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho e sobre a contratação e remuneração de profissionais de ensino no âmbito da ENAMAT, conforme disposto no Ato Conjunto TST.ENAMAT.Nº 03/2010.



Fabiano de Andrade Lima, especialista em Licitações e Contratos



Servidores de Escolas Judiciais participam da aula sobre Contratação de Bens e Serviços

Os participantes avaliaram positivamente o programa e os professores do módulo, relatando, ainda, que a troca de experiências entre servidores de Escolas Judiciais é fecunda e, por isso, deve ser contínua.

**PROGRAMAÇÃO****DIA 30.8.2016 (Terça-feira)**

**8h30min** - Recepção e credenciamento

**9h às 12h – Tema: Processo Orçamentário. Abordagem teórica**

Professor: Marcelo Barros Marques – Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF

**12h às 13h30min** – Almoço

**13h30min às 15h15min – (Continuação) Tema: Processo Orçamentário. Abordagem teórica**

**15h15min** – Coffee-break

**15h30min às 17h30min – Tema: Processo Orçamentário. Abordagem Prática**

Professor: Marcos Augusto W. S. de Carvalho – Especialista em Orçamento Público

**DIA 31.8.2016 (Quarta-feira)**

**9h às 12h – Tema: Contratação de Bens e Serviços. Abordagem Teórica**

Professor: Fabiano de Andrade Lima – Especialista em Licitações e Contratos

**12h às 14h** – Almoço

**14h às 15h30min – Tema: Contratação de Bens e Serviços. Abordagem Prática**

Professor: Fabiano de Andrade Lima – Especialista em Licitações e Contratos

**15h30min** – Café de encerramento

## **CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS – MÓDULO GESTÃO EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**8 e 9 de novembro de 2016**

A ENAMAT realizou, nos dias 8 e 9 de novembro, o Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de Escolas Judiciais – Módulo

Gestão em Educação à Distância, com 15 horas-aula, tendo como objetivo a preparação de servidores para multiplicarem nas respectivas Escolas os conhecimentos e habilidades adquiridos sobre a questão relacionada à gestão em EaD. Participaram do curso 39 servidores de Escolas Judiciais.

A abertura foi realizada pelo Assessor de Direção da ENAMAT José Valmir Santos Filho, que apresentou a programação do curso. Em seguida, o Juiz Assessor da Direção, João Marcelo Balsanelli, saudou os participantes, oriundos de várias Regiões do País.

Ministrado pela Professora Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro, Mestre em Educação à Distância e docente da Universidade Católica de Brasília, o curso centrou-se em três temas relevantes para aqueles que atuam com essa modalidade de educação nas Escolas Judiciais, direcionando os estudos e debates para as ações a serem conduzidas em planejamento, desenvolvimento/implementação e avaliação de cursos à distância.

Ao final do curso, o Assessor José Valmir Santos Filho, na qualidade de moderador dos debates, promoveu um momento interativo para troca de experiências entre os profissionais de formação das Escolas Judiciais.



Professora Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro



José Valmir Santos Filho, Assessor de Direção da ENAMAT



João Marcelo Balsanelli, Juiz Assessor da Direção da ENAMAT



Servidores de Escolas Judiciais em grupo de trabalho



Servidores de Escolas Judiciais em grupo de trabalho



Professora Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro ministra aula sobre Gestão em Educação à Distância



Aluno do curso realiza atividade pedagógica

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

**DIA 8.11.2016 (terça-feira)**

8h30min às 9h	<b>Recepção, Credenciamento e Abertura</b>
9h às 12	Profa. Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro (Mestre em EaD da UCB) <b>Tema:</b> Planejamento de Cursos à Distância Carga Horária: 3h
12 às 14h	Almoço
14h às 17h	Profa. Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro (Mestre em EaD da UCB) <b>Tema:</b> Desenvolvimento/ Implementação de Cursos à Distância Carga Horária: 3h

**DIA 9.11.2016 (quarta-feira)**

9h às 12	Profa. Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro (Mestre em EaD da UCB) <b>Tema:</b> Avaliação de Cursos à Distância Carga Horária: 3h
12 às 14h	Almoço
14h às 16h30	<b>Momento Interativo:</b> Troca de experiência entre os profissionais de formação das EJUDs  Moderador:  Assessor da Direção da ENAMAT JOSÉ VALMIR SANTOS FILHO
16h30min às 17h	Encerramento

## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

### CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES SOBRE QUESTÕES PENAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

**31 de março a 8 de maio de 2016**

O Curso de Formação de Formadores sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho, na modalidade de educação à distância, teve carga horária de 30 horas, divididas em 4 aulas. Os três primeiros dias foram

destinados à ambientação, a última semana à avaliação final e os demais dias a leitura do conteúdo, discussão e avaliação das aulas. Participaram do curso 36 magistrados do Trabalho.

O objetivo foi oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e informações acerca do tema Questões Penais na Justiça do Trabalho, a fim de prepará-lo para a docência sobre o mesmo assunto na ENAMAT Virtual.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CARGA HORÁRIA DA AULA	CONTEÚDO
31/3/2016	3/4/2016	Ambientação	3 h	<i>Ambientação e Preparação para as Atividades</i>
4/4/2016	10/4/2016	Aula 1	6 h	<i>A Criminalidade Exógena</i>
11/4/2016	17/4/2016	Aula 2	6 h	<i>Indução a Erro no Processo do Trabalho</i>
18/4/2016	24/4/2016	Aula 3	6 h	<i>Funções Penais Periféricas do Juiz do Trabalho Parte I</i>
25/4/2016	1º/5/2016	Aula 4	6 h	<i>Funções Penais Periféricas do Juiz do Trabalho Parte II</i>
2/5/2016	8/5/2016	Avaliação	3 h	<i>Período de Avaliação</i>

### CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

**27 de outubro a 13 de dezembro de 2016**

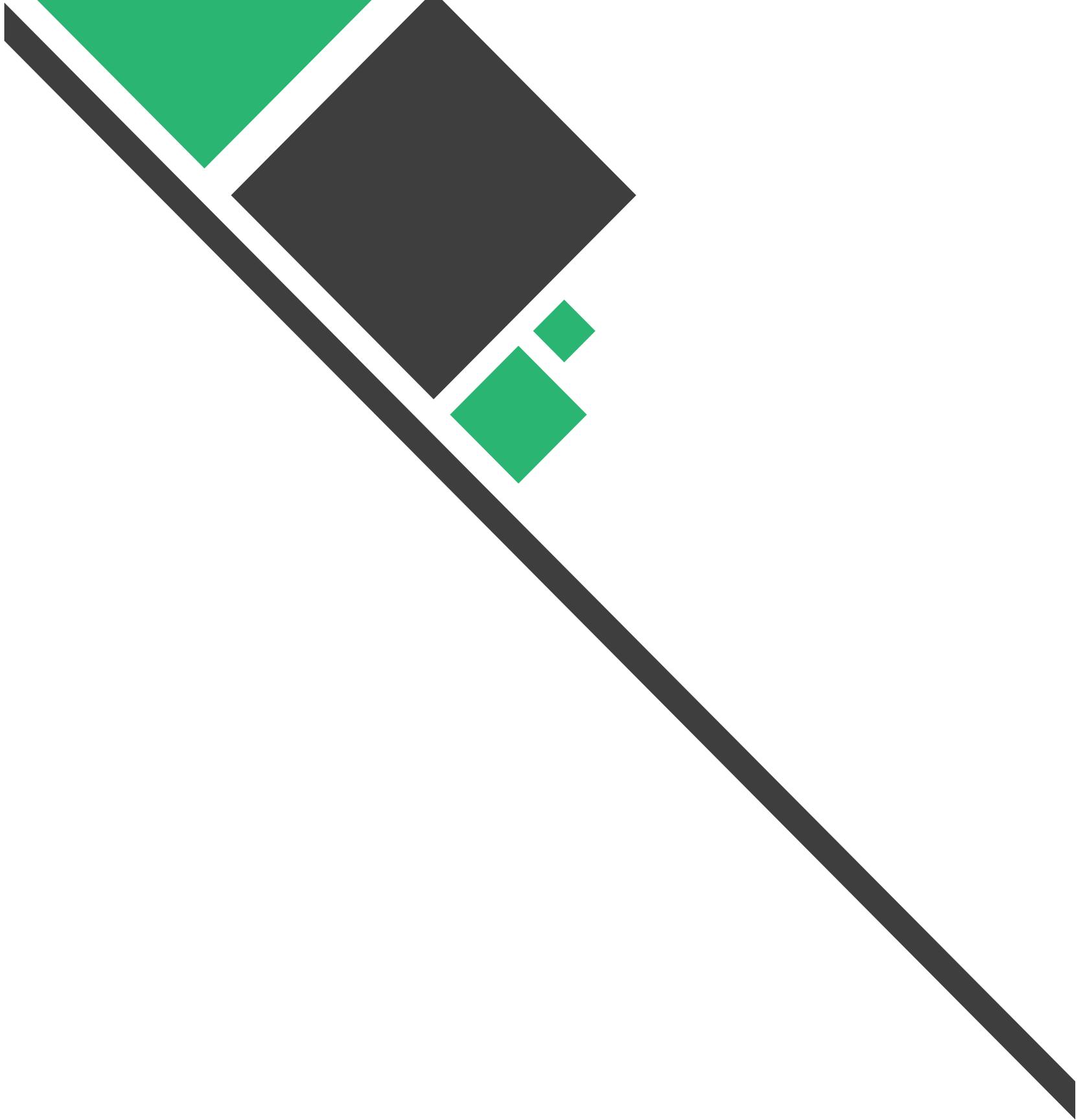
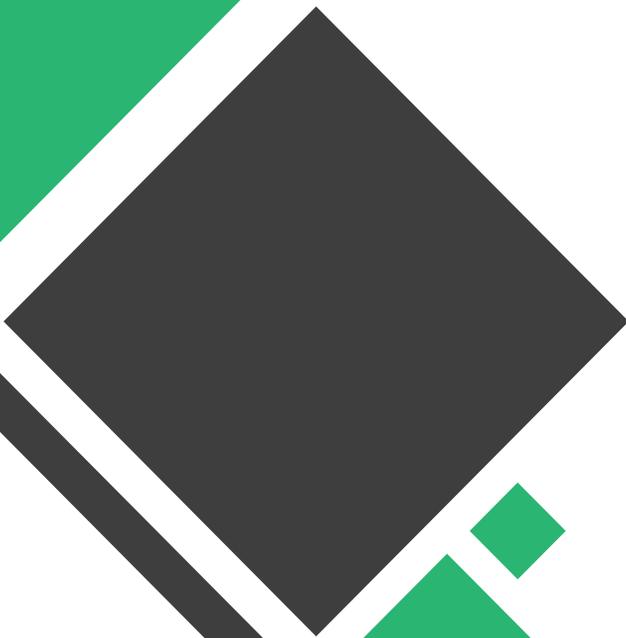
O Curso de Formação de Formadores sobre o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho, na modalidade à distância, teve carga horária de 30 horas, divididas em sete aulas. Os primeiros quatro dias foram destinados à ambientação, o último à entrega dos trabalhos finais e os

demais a leitura, discussão e avaliação das aulas. Participaram do curso 36 magistrados do Trabalho.

O objetivo foi oferecer aos Alunos-Juízes espaço para reflexões e informações acerca do tema Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho, a fim de prepará-lo para a docência sobre o mesmo assunto na ENAMAT Virtual.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA**

<b>Atividade</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Ambientação</b>	<b>Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema</b>	<b>27 a 1º/11</b>	<b>2 horas</b>
<b>Módulo 1</b>	<b>Princípios Constitucionais Processuais</b>	<b>2/11 a 8/11</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 2</b>	<b>Princípios Constitucionais do CPC/2015 Compatíveis com o Processo do Trabalho</b>	<b>9 a 15/11</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 3</b>	<b>Tutelas Provisórias de Urgência e de Evidência</b>	<b>16 a 22/11</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 4</b>	<b>A Uniformização da Jurisprudência</b>	<b>23 a 29/11</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 5</b>	<b>Regras Processuais Decisórias Aplicáveis ao Processo do Trabalho</b>	<b>30/11 a 6/12</b>	<b>5 horas</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>7 a 13/12</b>	<b>3 horas</b>



## ACORDOS DE COOPERAÇÃO

### ENAMAT/CEFAST

16 de março de 2016

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Peduzzi, e o Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Presidente do Centro de Formação de Assessores e Servidores do TST (CEFAST), firmaram, no dia 16 de março, Acordo de Cooperação, objetivando estabelecer parceria para o intercâmbio de informações, material bibliográfico, métodos e técnicas de trabalho e a cooperação acadêmica, científica e cultural, visando ao aperfeiçoamento das atividades comuns desenvolvidas.



Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Presidente do CEFAS, assinam acordo de cooperação

Entre as atividades previstas, estão a implantação de programas e ações educacionais de ensino e pesquisa e a realização de cursos no âmbito da formação profissional dos magistrados do trabalho e dos servidores do Tribunal Superior do Trabalho.

Como decorrência da aprovação da Instrução Normativa n.º 39, pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 15 de março, disciplinando a aplicação do novo CPC no âmbito da Justiça do Trabalho, foi decidido por ambas as instituições, para ocorrer subseqüentemente à assinatura do acordo, no período de 5 a 29 de abril de 2016, a realização do Curso sobre o Novo CPC na Perspectiva da Instrução Normativa n.º 39/2016 do TST, com o fim de atender a Ministros do TST e respectivos assessores.

“A preocupação da Enamat e do CEFAS foi oferecer, em tempo imediato, dentro do Programa de Formação Continuada da Escola Nacional, um curso com duração de 24 horas-aula, que não vá gerar qualquer vácuo na atualização do novo CPC”, afirmou a Diretora da Enamat.



Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Presidente do CEFAS

## CSJT/ENAMAT/EJ-TRT24.<sup>a</sup>

12 de maio de 2016



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24.<sup>a</sup> Região (MS) celebraram, no dia 12 de maio, acordo de cooperação com o objetivo de promover o desenvolvimento colaborativo de Sistema de Gestão de Escolas Judiciais, a partir de um sistema em construção da Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região, que deverá ser incorporado ao Sistema Integrado de Gestão de Pessoas do CSJT.



Desembargador do Trabalho Nicanor de Araújo Lima, Diretor da Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região, assina acordo de cooperação

Nos termos do acordo firmado, o CSJT fica responsável pelo apoio ao Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP).

A ENAMAT instituiu um grupo de trabalho destinado a levantar os requisitos administrativos e acadêmicos necessários à expansão do Sistema que está em construção na Escola Judicial da 24.<sup>a</sup>

Região, para torná-lo nacional, permitindo sua integração com um módulo do SIGEP. Ou seja, será disponibilizada, por meio desse acordo, uma ferramenta tecnológica uniforme para a gestão da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.



Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT, assina acordo de cooperação

O grupo de trabalho é composto por dois sete servidores: 2 da ENAMAT; 2 da 24.<sup>a</sup> Região; 1 da Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região; e 2 da 10.<sup>a</sup> Região e da 15.<sup>a</sup> Região.

O acordo foi assinado pelo Presidente do TST Ives Gandra da Silva Martins Filho, pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e pelo Diretor da Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região, Desembargador Nicanor de Araújo Lima.



Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e os Desembargadores do Trabalho Nicanor de Araújo Lima (TRT24) e André Luís Moraes de Oliveira

## ENAMAT/ENAJUM

**22 de setembro de 2016**

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) firmaram, no dia 22 de setembro, acordo de cooperação técnica com a finalidade de promover intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, bem como o desenvolvimento institucional, por meio da implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

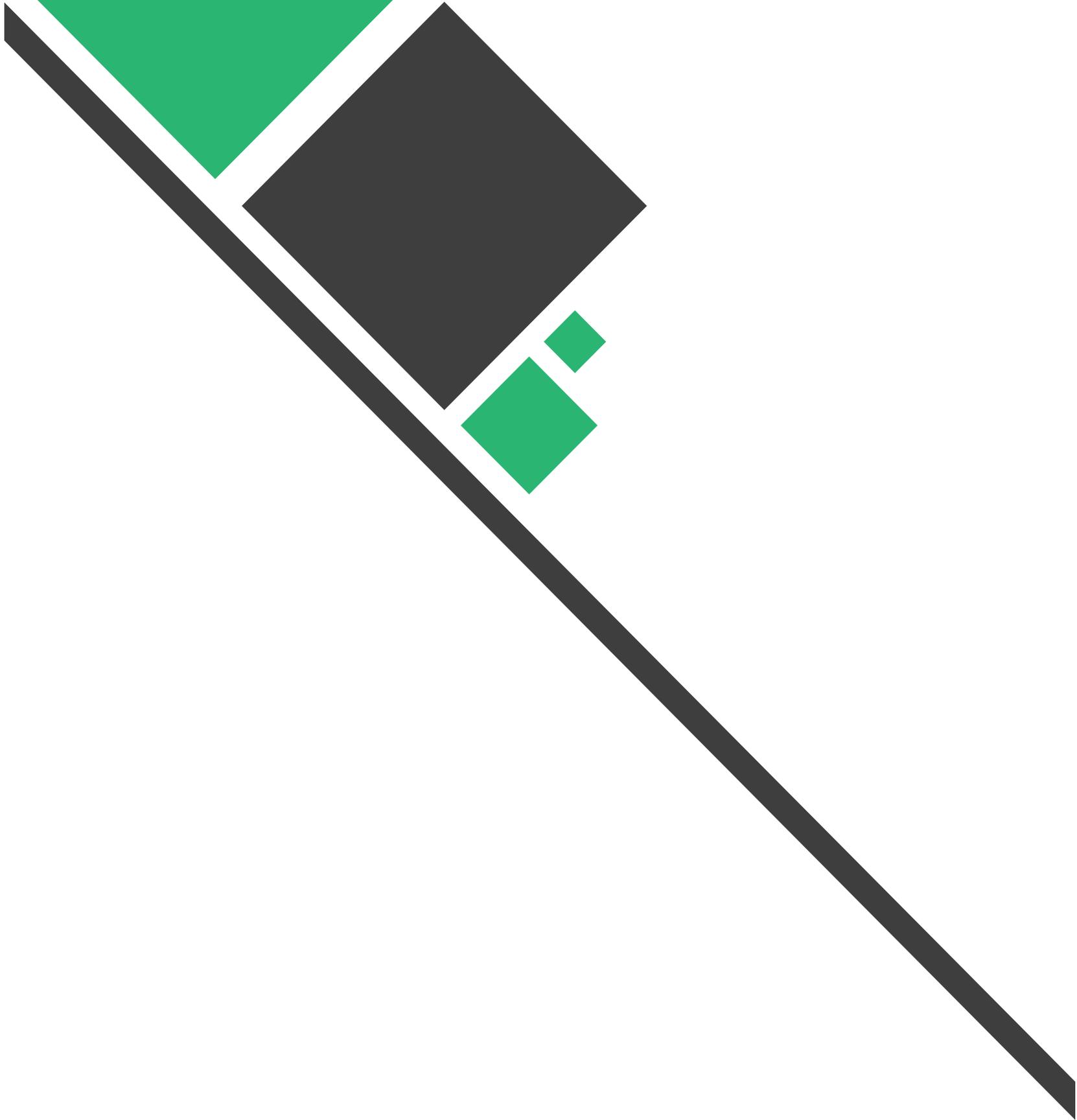


Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT, assina acordo de cooperação

A ENAMAT e a ENAJUM realizarão atividades de educação na modalidade presencial ou à distância, mediante cessão, elaboração ou adaptação de cursos, assim como ações de apoio à sua execução; troca e cessão de insumos destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão; fomento e desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de conhecimento de interesse de ambas as instituições; colaboração na realização de seminários, conferências e encontros, nacionais e internacionais, e de cursos organizados individual ou conjuntamente; intercâmbio de informações, documentos e bases de dados sobre temas de interesse da magistratura; coedição, em áreas de interesse, em publicações e materiais de divulgação; e compartilhamento recursos tecnológicos, material e pessoal.



Da direita para a esquerda: Ministro José Barroso Filho, Diretor da ENAJUM; Ministra Maria Cristina Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Ministro Humberto Martins, do STJ; Doutor Fábio Quintas, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE)



## TV ENAMAT



A TV ENAMAT, veiculada no sítio eletrônico da Escola Nacional e no canal Youtube, funciona por meio de vídeos de entrevistas realizadas com os principais convidados, professores e ministros do Poder Judiciário que participaram das atividades e eventos institucionais durante o ano.

Em 2016, foram realizadas 33 entrevistas, divulgadas na TV ENAMAT, com professores dos Cursos de Formação Inicial, 2 entrevistas com autoridades participantes de eventos, 9 entrevistas com professores e magistrados participantes de Cursos de Formação Continuada e Formação de Formadores e 2 entrevistas, utilizando tradução simultânea, com os professores da Escola Nacional de Magistratura da França que ministraram aula no 4.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM – França/ENAMAT.

**Entrevistas realizadas no ano de 2016:**

Entrevista com a professora Doutora Olívia Rocha Freiras, do IDP – 20º CFI

Entrevista com o Desembargador Sérgio Torres do TRT da 6ª Região – 20º CFI

Entrevista com a Desembargadora Elke Doris Just e a Juíza Noêmia Aparecida Garcia Porto – 20º CFI

Entrevista com o Juiz Rodolfo Pamplona Filho (TRT da 5ª Região), professor do 20º CFI

Entrevista com o Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado que ministrou aula sobre sistema judiciário no 20º CFI

Entrevista com o Prof. Dr. Daniel Vargas (FGV) que ministrou aula sobre direito, economia e trabalho no 20º CFI

Entrevista com o Juiz Cristiano Siqueira de Abreu e Lima da Comissão de Avaliação do 20º CFI

Entrevista com o Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, professor de Administração Judiciária do 20º CFI

Abertura do 20º CFI e entrevista com o prof. Doutor Antônio Carlos Marcato

Entrevistas com desembargadores que participaram do CFC de Administração de TRT (10 a 13 de maio de 2016)

16/06/2016 – 20º CFI: Desembargador Sérgio Torres fala sobre a lógica da decisão judicial

17/05/2016 – Magistrados falam sobre o CFC

21/10/2016 – Professores falam sobre o segundo dia do CFF em Educação à Distância – Perspectivas e Desafios

23/11/2016 – Presidente do TST e do CSJT fala sobre a aula que ministrou no 21º CFI

30/11/2016 – A importância dos laboratórios judiciais no 21º CFI segundo o Juiz Giovanni Olsson

30/11/2016 – Juiz Agenor Pereira fala sobre a importância das oficinas práticas no 21º CFI

30/11/2016 – 21º CFI: Entrevista com a Desembargadora Tereza Asta

29/11/2016 – Magistrados brasileiros falam sobre o 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

29/11/2016 – Ministro do TST João Oreste Dalazen falou aos alunos-juizes do 21º CFI

29/11/2016 – 21º CFI teve conferência com o Professor Doutor Jorge Amaury Maia Nunes

29/11/2016 – 21º CFI: Juiz Rodolfo Pamplona Filho ministra técnica de instrução processual

28/11/2016 – Módulo de Gestão das Escolas Judiciais dos TRTs é analisado por Grupo de Trabalho

28/11/2016 – Magistrados franceses falam sobre o 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

28/11/2016 – Ministra Diretora da Enamat fala sobre o 21º Curso de Formação Inicial (CFI)

30/11/2016 – Juiz Agenor Pereira fala sobre a importância das oficinas práticas no 21º CFI

30/11/2016 – 21º CFI: Entrevista com a Desembargadora Tereza Asta

29/11/2016 – Magistrados brasileiros falam sobre o 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

29/11/2016 – Ministro do TST João Oreste Dalazen falou aos alunos-juízes do 21º CFI

29/11/2016 – 21º CFI teve conferência com o Professor Doutor Jorge Amaury Maia Nunes

29/11/2016 – 21º CFI: Juiz Rodolfo Pamplona Filho ministra técnica de instrução processual

28/11/2016 – Módulo de Gestão das Escolas Judiciais dos TRTs é analisado por Grupo de Trabalho

28/11/2016 – Magistrados franceses falam sobre o 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

28/11/2016 – Ministra Diretora da Enamat fala sobre o 21º Curso de Formação Inicial (CFI)

21º CFI: Entrevista com o Juiz Marcos Vinícius Barroso

21º CFI: Entrevista com o Juiz Rogério Neiva Pinheiro

21º CFI: Entrevista com o Juiz Rodolfo Pamplona Filho

21º CFI: Entrevista com a Dra. Ângela Vidal Gandra Martins

21º CFI: Entrevista com o Juiz Antonio Umberto de Souza Júnior

21º CFI: Alunos-juízes acompanham Sessão da SBDI-1

21º CFI : A importância dos laboratórios judiciais no 21º CFI segundo o Juiz Giovanni Olsson

21º CFI : Juiz Agenor Pereira fala sobre a importância das oficinas práticas no CFI

21º CFI: Entrevista com a Desembargadora Tereza Asta

29/11/2016 – Magistrados brasileiros falam sobre o 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores

### **Coberturas**

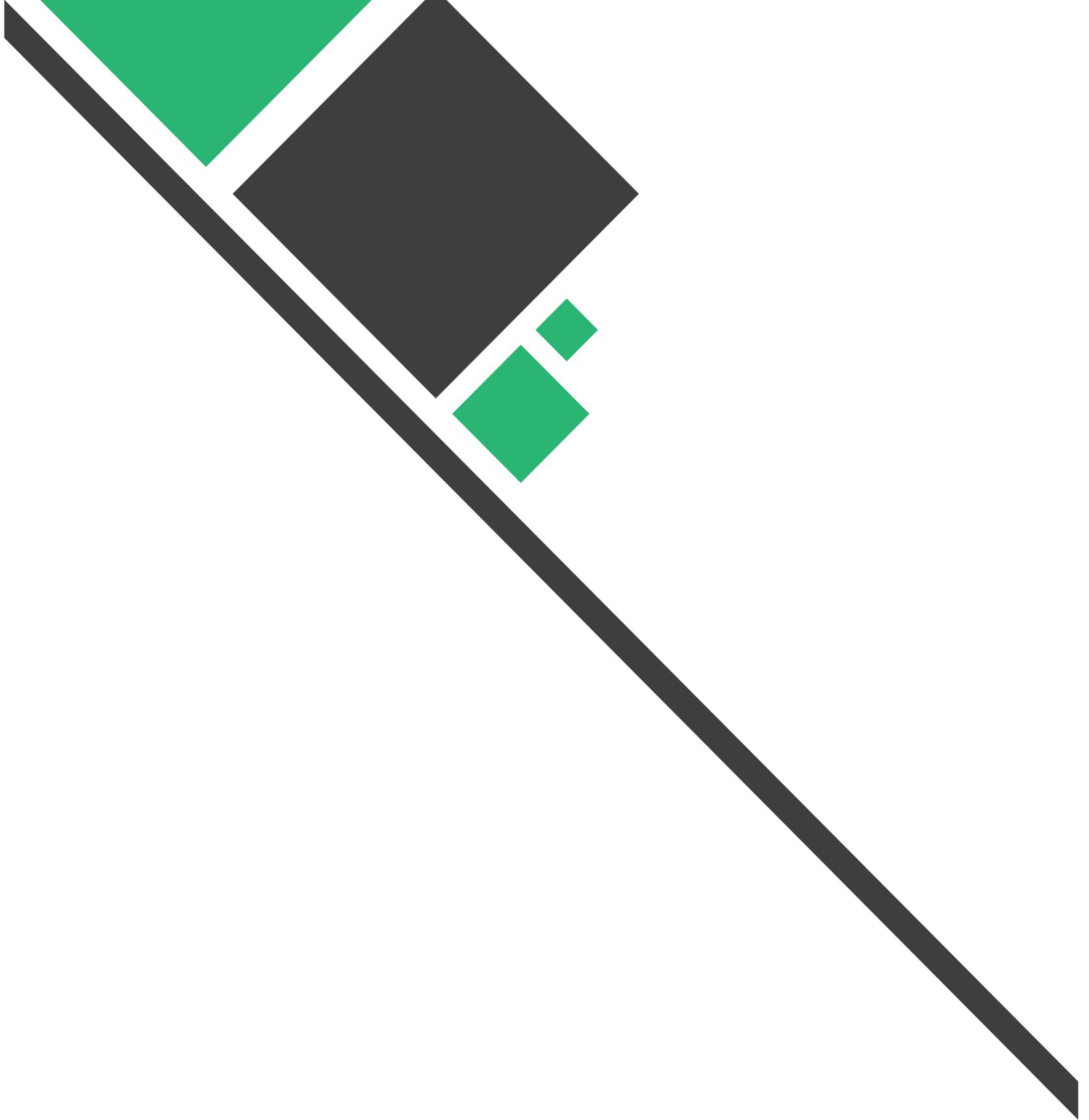
Cerimônia de descerramento da fotografia do ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, como diretor da Escola Nacional no período de 2015 a 2016.

Reunião do Grupo de Trabalho ENFAM-ENAMAT (10/05/2016)

7º Curso de Formação Continuada (CFC) em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho (10/05/2016)

### **Internacionais**

No mês de novembro realizamos entrevista, com tradução simultânea, com os magistrados franceses Audrey Boitaud-Derieux e Xavier Martinen da Escola Nacional da Magistratura Francesa – ENM/FR, instrutores do 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM – França/Enamat.



## ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT



ATO ENAMAT N.º 003/2016

A DIRETORA DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

### RESOLVE

**Art. 1.º** Fica instituída a Comissão Transitória para Apresentação de Estudo de Regulamentação das Atividades de Pesquisa no âmbito da ENAMAT, com a seguinte composição:

- I – Juiz Titular de Vara do Trabalho ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO (TRT da 1.ª Região) – Coordenador;
- II – Juíza Titular de Vara do Trabalho ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI (TRT da 3.ª Região);
- III - Juiz Titular de Vara do Trabalho PAULO HENRIQUE BLAIR DE OLIVEIRA (TRT da 10.ª Região).

**Art. 2.º** A Comissão tem por objetivo oferecer subsídios para o estabelecimento dos critérios de regulamentação das atividades de pesquisa no âmbito da ENAMAT em temas de formação profissional de Magistrados do Trabalho, devendo apresentar relatório conclusivo e propostas de programa de pesquisa e normatização no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 3.º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2016.

**Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**  
Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

**ATO ENAMAT Nº 4/2016**

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**R E S O L V E**

**Art. 1.º** Fica instituída a Comissão de Avaliação do 20.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho, integrada pelos seguintes Juízes-Tutores:

**I** – Juiz Titular de Vara do Trabalho **HERMANN DE ARAÚJO HACKRADT** (TRT da 21.ª Região) - Coordenador;

**II** – Juiz Titular de Vara do Trabalho **CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO** (TRT da 12.ª Região);

**III** – Juiz do Trabalho Substituto **CRISTIANO SIQUEIRA DE ABREU LIMA** (TRT da 10.ª Região);

**IV** – Juiz do Trabalho Substituto **FLÁVIO LUIZ DA COSTA** (TRT da 19.ª Região).

**Art. 2.º** A Comissão tem por objetivo assessorar a Direção da ENAMAT na aferição de aproveitamento para a conclusão do 20.º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional, conforme a Resolução ENAMAT n.º 2/2009, devendo finalizar suas atividades até o dia 24 de junho de 2016.

**Art. 3.º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2016.

**Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**  
Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N° 1 , DE 13 DE MAIO DE 2016.

Institui grupo de trabalho para a elaboração de requisitos de ferramenta tecnológica destinada à Gestão da ENAMAT e das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho, a ser integrado ao SIGEP.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO e a DIRETORA DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO - ENAMAT, no uso de suas atribuições regimentais,

**Considerando** a aprovação pelo Plenário do CSJT, em 27 de novembro de 2015, do cronograma de implantação e desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho - SIGEP;

**Considerando** a necessidade de disponibilização de ferramenta tecnológica uniforme para a Gestão da ENAMAT e das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho, a ser integrado ao SIGEP; e

**Considerando** o ATO CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N° 29, de de fevereiro de 2016, que instituiu o Comitê Gestor do Sistema de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (cgSIGEP), que possui caráter permanente e possui a atribuição de homologar os requisitos para integração ao Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho e as suas prioridades,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**R E S O L V E**

**Art. 1º** Fica instituído grupo de trabalho para a elaboração de requisitos de ferramenta tecnológica uniforme destinada à Gestão da ENAMAT e das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho.

**Art. 2º** O grupo de trabalho deverá apontar uma proposta de solução tecnológica com base nas necessidades identificadas pela ENAMAT e pelas Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho.

**Parágrafo único.** A proposta apresentada deverá observar a compatibilidade da ferramenta com o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (SIGEP), a ser implantado nos Tribunais Regionais do Trabalho.

**Art. 3º** Ficam designados para compor o grupo de trabalho de elaboração de requisitos de ferramenta tecnológica uniforme destinada à Gestão da ENAMAT e das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho os seguintes servidores:

**MARIZAURA AUGUSTO DA GLÓRIA**, Assistente da Secretaria da ENAMAT, Coordenadora;

**FÁBIO SOARES VIANA**, Assistente da Secretaria da ENAMAT, Coordenador Substituto;

**AILY MARIA LONGHI DANGUI**, Secretária da EJUD do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região;

**AISE MARIA LONGHI CANÉPPELE**, servidora da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região;

*Wojf*  
*JCS*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**CAMILA FRIGO**, Assessora de Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

**ROSANA OLIVEIRA DE ARAGÃO SANJAD**, Secretária da EJUD do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região;

**LARA DE PAULA JORGE**, Secretária da EJUD do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

**Art. 4º** A proposta de solução tecnológica e de requisitos de que trata este Ato deverá ser submetida ao Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (cgSIGEP), que adotará as providências necessárias quanto à sua formalização e priorização.

**Art. 5º** O grupo de trabalho deverá apresentar a proposta ao Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (cgSIGEP) no prazo de 90 dias, a contar da publicação deste Ato.

Publique-se.

Brasília, 12 de maio de 2016.

**Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO**  
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

**Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI**  
Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N.º 2/2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO e a DIRETORA DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E

Retificar o ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N.º 1, publicado no Diário Eletrônico nº 1977, de 13/5/2016, para onde se lê: "ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N.º 1, DE 13 DE MAIO DE 2016." leia-se: "ATO CONJUNTO CSJT.ENAMAT N.º 1, DE 12 DE MAIO DE 2016." e, para onde se lê: "...Considerando o ATO CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N.º 29, de de fevereiro de 2016..." leia-se: "...Considerando o ATO CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N.º 29, de 19 de fevereiro de 2016,...".

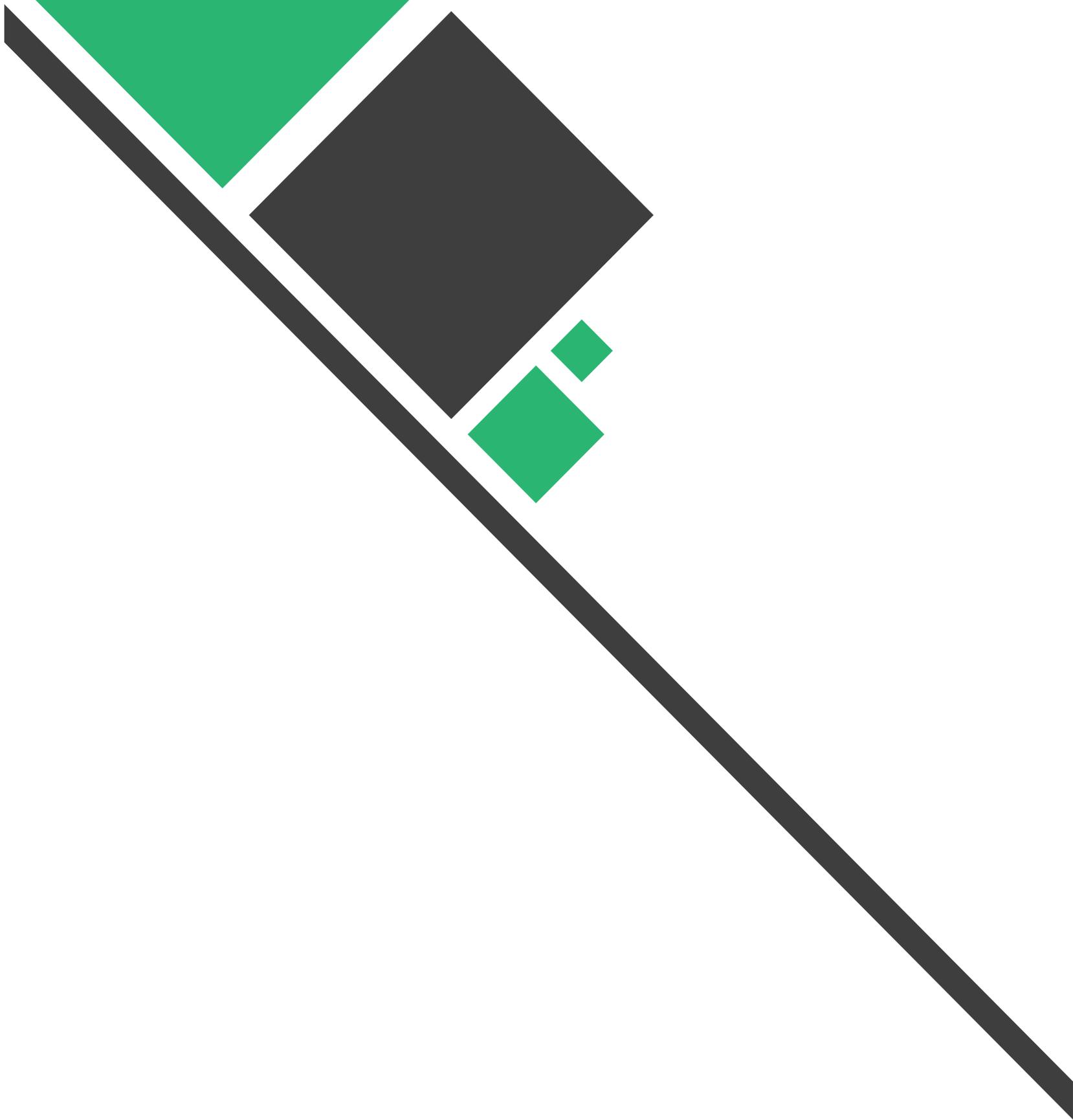
Publique-se.  
Brasília, 25 de maio de 2016.

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO  
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento  
de Magistrados do Trabalho

CERTIFICO QUE <u>o presente ato</u>
FOI DIVULGADO(A) NO DEJT N.º <u>1985/2016</u>
EM <u>25</u> / <u>5</u> / <u>16</u> SENDO CONSIDERADO(A)
PUBLICADO (A) EM: <u>27</u> / <u>5</u> / <u>16</u> NOS
TERMOS DA LEI 11.419/2008. <u>Andréia Mendes</u>





## CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da ENAMAT tem como competência assessorar a Direção da Escola Nacional em suas atividades e na fixação de diretrizes para a formação de Magistrados do Trabalho. É presidido na atual gestão pela Diretora, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e pela Vice-Diretora, Ministra Maria de Assis Calsing.

A composição do Conselho, conforme o Estatuto da ENAMAT (Resolução Administrativa nº 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa nº 1.362/2009), combina a participação de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e Magistrados de 1º e 2º Graus que sejam integrantes da Direção de Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e que possuam experiência comprovada na área de formação de magistrados do trabalho.

O Conselho reúne-se periodicamente para tratar de diversos assuntos definidos no Estatuto, entre os quais análise do plano anual de atividades, proposta orçamentária, celebração de acordos de cooperação e questões pedagógicas, jurídicas e administrativas em geral da Escola Nacional.

## 1.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016/2018

1.º de março de 2016



1.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT–  
Biênio 2016/2018

No dia 1º de março, o Conselho Consultivo reuniu-se, na Sala da Direção da ENAMAT, para debater as principais ações da gestão correspondente ao Biênio 2016/2018, que começou nessa mesma data.

Houve, inicialmente, a apresentação dos membros do Conselho Consultivo da ENAMAT, que estavam iniciando suas atividades na atual gestão.

Durante a reunião, ocorreu a entrega de material institucional aos membros do Conselho, como o Catálogo de Atos Normativos vigentes, que regulam as atividades da Escola, e foram apresentados o planejamento estratégico da ENAMAT e os dados dos Programas Nacionais de Formação Inicial e de Formação Continuada, assim como informações sobre as Escolas Judiciais e o Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho (SIFMT).

Foi apresentado o modelo de educação à distancia, que permite o desenvolvimento de cursos específicos para os magistrados do trabalho. A ENAMAT utiliza ferramenta especial da internet (Moodle), que é gratuita,

mas adaptada pela equipe técnica, também usada pelas 24 Escolas Judiciais.



Aplicativo da  
ENAMAT para  
smartphone

Em seguida, demonstrou-se o aplicativo da ENAMAT para smartphone, cujo objetivo é permitir o contato direto de cada magistrado com as atividades da Escola, oferecendo notícias, calendário atualizado de cursos, vídeos e informações das EJUDs.



Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT– Biênio  
2016/2018

## 2.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016/2018

5 de abril de 2016

Na Sala da Direção da ENAMAT, ocorreu, no dia 5 de abril, a 2.ª Reunião do Conselho Consultivo, com a finalidade de tratar de diversas questões relacionadas à formação de magistrados do trabalho.

Os membros do Conselho discutiram os eixos da gestão do Biênio 2016/2018, para norteamento das ações a serem empreendidas. Foi analisada, ainda, a proposta elaborada pela ENAMAT, em conjunto com a ENFAM, para o anteprojeto

da LOMAN, no tocante à formação de magistrados.

Outras questões examinadas foram comitê de pesquisa da ENAMAT, a realização de acordo de cooperação com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do Tribunal Superior do Trabalho (CEFAST), a participação em evento do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e a transformação do curso do Novo CPC em videoaula, para disponibilização no aplicativo para smartphone e no canal da ENAMAT no YouTube.



2.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT– Biênio 2016/2018



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, preside a reunião do Conselho Consultivo

### 3.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016/2018

#### 9 de agosto de 2016

No dia 9 de agosto, o Conselho Consultivo reuniu-se, na sala da Direção da ENAMAT, para analisar e debater a Resolução Administrativa TST n.º 1.825, de 23 de maio de 2016, que então regulamentava o Concurso Nacional Unificado para ingresso na carreira da magistratura do trabalho e atribuía competência à ENAMAT para realizá-lo, atualmente regulado pela Resolução Administrativa TST n.º 1.861, de 28 de novembro de 2016,.

A nova atribuição de promover o concurso nacional implicou alterações normativas e de estrutura na Escola Nacional, até então dedicada a atividades de formação dos Magistrados, e não de recrutamento.

Os membros do Conselho analisaram, ainda, propostas para o aperfeiçoamento das Resoluções Administrativas TST n.º 1.140/2006, atualizada e consolidada pela Resolução Administrativa n.º 1.362/2009 (Estatuto), e n.º 1.158/2006, atualizada e consolidada pela Resolução Administrativa n.º 1.363/2009 (Regulamento).



3.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT– Biênio 2016/2018

## 4.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016/2018

30 de agosto de 2016

Com a presença da Diretora, da Vice-Diretora, dos Conselheiros e da Juíza-Auxiliar da Direção da ENAMAT, foi realizada, na Sala da Direção da ENAMAT, a 4ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT, no dia 30 de agosto.

Os Conselheiros dedicaram a reunião ao exame final e à conclusão da análise das propostas de alterações normativas sobre o Concurso Nacional Unificado da magistratura do trabalho.



4.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT– Biênio 2016/2018 | Conselho Consultivo conclui análise de propostas de alteração à Resolução sobre concurso para a magistratura

## 5.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016 / 2018

24 de outubro de 2016

O Conselho Consultivo reuniu-se, no dia 24 de outubro, para discutir as próximas etapas de trabalho relacionadas ao Concurso Nacional Unificado para ingresso na magistratura do trabalho.

A Resolução Administrativa nº 1.849, de 27 de setembro de 2016, estabelece que a realização do Concurso Nacional Unificado para ingresso na magistratura trabalhista constitui competência da ENAMAT. Além de atuar na formação e aperfeiçoamento dos magistrados do trabalho, a Escola Nacional passa a ser responsável pelo recrutamento desses magistrados, em âmbito nacional.

A reunião, presidida pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen, Peduzzi, ocorreu na Sala da Direção da ENAMAT, com a participação por videoconferência dos Desembargadores do

Trabalho Luiz Ronan Neves Koury (TRT da 3ª Região/MG) e Alexandre Corrêa da Cruz (TRT da 4ª Região/RS).



5.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT– Biênio 2016/2018



Da direita para a esquerda: Ministra Maria Cristina Irigoyen, Diretora da ENAMAT, e Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora

## 6.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016 / 2018

9 de novembro de 2016

A Diretoria da ENAMAT e o Conselho Consultivo reuniram-se, no dia 9 de novembro, na sala da Diretora da Escola, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, com a participação por videoconferência dos Desembargadores do Trabalho Luiz Ronan Neves Koury (TRT da 3ª Região/MG) e Alexandre Corrêa da Cruz (TRT da 4ª Região/RS).

O Conselho se reuniu para dar continuidade à análise da Resolução nº 1.849, de 27 de setembro de 2016 que trata do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da magistratura do trabalho.



6.ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT –  
Biênio 2016/2018



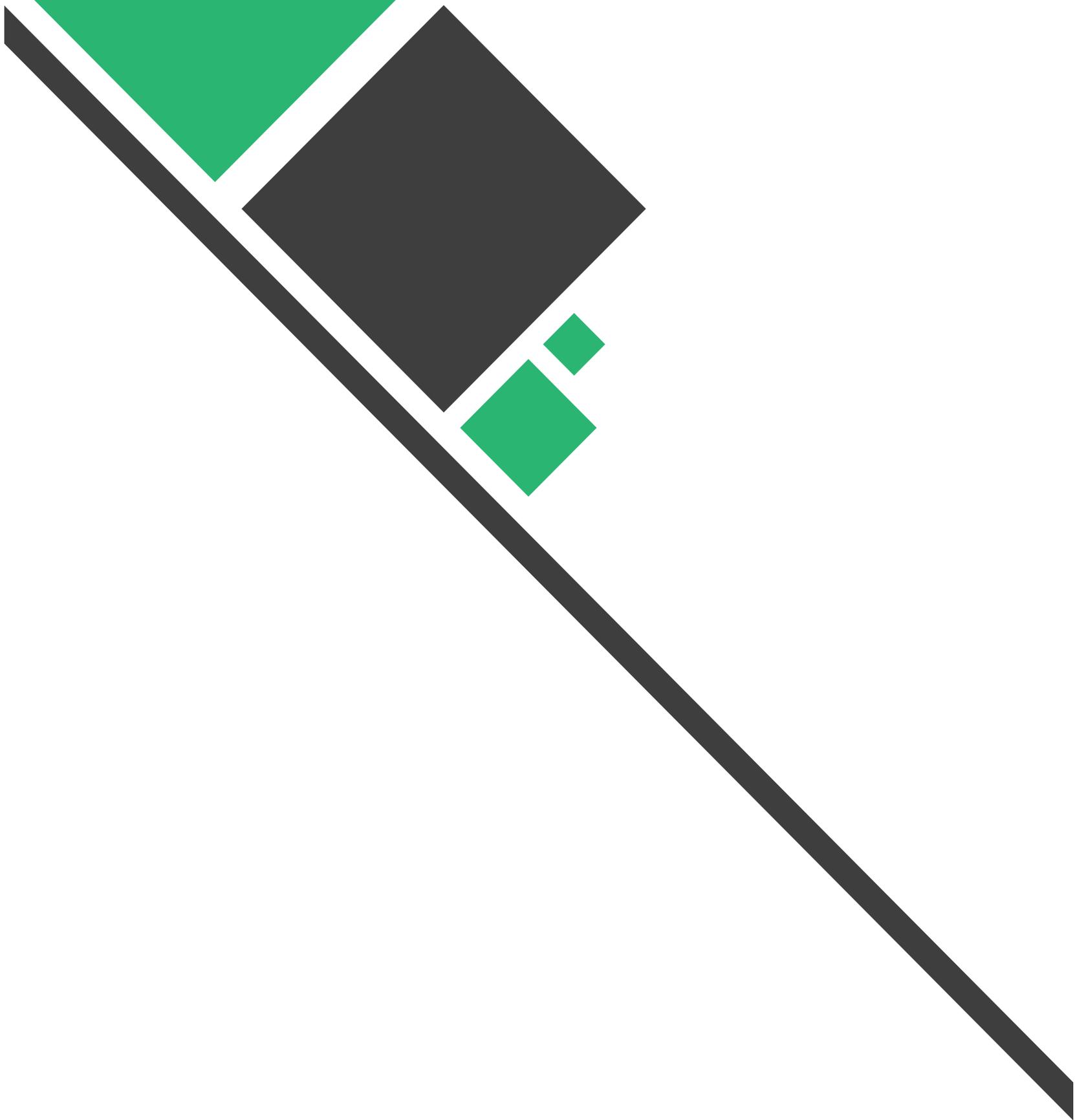
Membros do Conselho Consultivo participam por meio de  
videoconferência



Reunião do Conselho Consultivo



Reunião do Conselho Consultivo



## SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO



O Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) é composto pela ENAMAT, órgão central do sistema, e pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. As atividades de formação dos magistrados do trabalho são nacionalmente coordenadas pela ENAMAT e desenvolvidas por ela e pelas Escolas Judiciais. São realizadas na sede da ENAMAT reuniões para tratar de questões pertinentes ao desenvolvimento das ações de formação dos magistrados.

### 1.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016/2018

**5 de abril de 2016**

A 1.ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) da atual gestão (Biênio 2016/2018) foi realizada na sede da ENAMAT, em Brasília, no dia 5 de abril, e contou com a participação dos dirigentes das 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Presidida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, empossada como Diretora da ENAMAT, a reunião tratou dos seguintes assuntos: eixos da nova gestão da ENAMAT; Curso de Formação Continuada em Administração de TRT, modalidade presencial, destinado aos novos Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores; evento em comemoração aos 10 anos da ENAMAT, com lançamento de selo comemorativo; sugestões encaminhadas pelas Escolas Judiciais para

discussão em reuniões do SIMFT; informação sobre convênios encaminhados à ENAMAT – Resolução da ENAMAT n.º 17/2014; visita a Escolas Judiciais e definição de datas; instalação do aplicativo para smartphone da ENAMAT; Comitê de Pesquisa da ENAMAT; apoio orçamentário da ENAMAT às Escolas Judiciais em 2016; disponibilização do livreto de contatos do SIFMT e do Catálogo de Atos Normativos da ENAMAT.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, coordena a 1.ª Reunião do SIFMT no Biênio 2016/2018

## 2.ª REUNIÃO – BIÊNIO 2016/2018

21 de setembro de 2016

A 2.ª Reunião do SIFMT realizou-se no dia 20 de setembro, também na sede da ENAMAT, quando foram examinados diversos temas. Primeiro, houve a entrega de cartela com selo comemorativo da ENAMAT aos Diretores das Escolas Judiciais, acompanhada da explicação do conceito utilizado para criação do selo, a partir da frase ENAMAT É 10!, que se refere à primeira década da Escola e ao seu reconhecido padrão de excelência.

Foram debatidas as questões concernentes à Formação Inicial – Módulo Regional –, visando intensificar a realização de laboratórios nas Escolas Judiciais; às últimas

providências para implantação do sistema destinado às Secretaria de Escolas Judiciais; e ao Concurso Nacional Unificado para ingresso de magistrados do trabalho.

Os integrantes do SIMFT participaram, ainda, de Foto Oficial comemorativa do Aniversário da ENAMAT.



2.ª Reunião do SIFMT com os Diretores das Escolas Judiciais – Biênio 2016/2018



Entrega de cartela com selo comemorativo da ENAMAT aos Diretores das Escolas Judiciais

## CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO

A Resolução Administrativa nº 1.861, de 28 de novembro de 2016, aprovou a nova regulamentação do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, revogando a Resolução Administrativa nº 1.849/2016.

Nos termos da Resolução, a ENAMAT passa a ter competência para realizar o Concurso Nacional Unificado.

O ingresso na magistratura do trabalho, conforme estabelecido na Resolução nº 1.861/2016, ocorrerá mediante aprovação em Concurso Público Nacional Unificado, de provas e títulos, e nomeação por ato do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho respectivo, exigindo-se do bacharel em Direito três anos, no mínimo, de atividade jurídica. O concurso será válido pelo prazo de dois anos, contado da publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, por decisão do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho.

A Resolução prevê, também, a reserva de vagas para pessoas negras que declararem tal condição, no momento da inscrição preliminar, no total de 20% do quantitativo de vagas oferecidas.

Para a concretização do concurso nacional unificado, a ENAMAT contará com as ações de uma Comissão Executiva Nacional de Concurso, Comissões Examinadoras e Comissões Executivas locais, com o apoio dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os Tribunais Regionais são responsáveis, ainda, por disponibilizar as vagas a serem ofertadas.

A Comissão Executiva Nacional de Concurso será presidida pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e composta por um Ministro do TST, um Desembargador do Trabalho, um Juiz Titular de Vara do Trabalho e um membro designado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os Tribunais Regionais constituirão Comissões Executivas locais, compostas por magistrados escolhidos pelo Pleno ou pelo Órgão Especial e por um membro designado pela Seccional Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, com a competência exclusiva de organizar e fiscalizar a aplicação local das provas.

Com o novo caráter nacional e unificado, o concurso ocorrerá em cinco etapas: na primeira etapa, prova objetiva seletiva; na segunda, prova escrita discursiva e prova prática – de elaboração de sentença trabalhista –; na terceira, sindicância da vida pregressa e investigação social, além de exame de sanidade física e mental; na quarta, prova oral; na quinta e última, avaliação de títulos. Essas etapas são importantes para o provimento de vagas, de forma adequada, em todos os TRTs do País.

Conforme disposto na Resolução, a prova objetiva será aplicada nas cidades-sede dos Tribunais Regionais do Trabalho, em conformidade com as inscrições dos candidatos; as provas escritas e a prova oral, exclusivamente no Distrito Federal; e os exames de sanidade física e mental, onde for determinado no edital.

## SISTEMA DE GESTÃO DE ESCOLAS JUDICIAIS

Em 2016, houve a delimitação de proposta para a disponibilização de um sistema de gestão administrativa para as Escolas Judiciais. O sistema desenvolvido no Tribunal Regional do Trabalho da 24.<sup>a</sup> Região foi analisado pela ENAMAT e criou-se um grupo de trabalho para avaliar a adequação desse sistema às necessidades das Escolas. O grupo de trabalho realizou reunião com representantes das Escolas Judiciais.

### REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

**14 e 15 de junho de 2016**

Transcorreu, nos dias 14 e 15 de junho, a reunião do grupo de trabalho instituído pela ENAMAT para levantar os requisitos administrativos e acadêmicos necessários à expansão do Sistema de Gestão que está em construção na Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região (MS), para torná-lo nacional, permitindo sua integração com um módulo do SIGEP.

O grupo foi criado a partir do acordo de cooperação entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24.<sup>a</sup> Região (MS). Tem como objetivo promover o desenvolvimento colaborativo de Sistema de Gestão de Escolas Judiciais, a partir de um sistema em construção da Escola da 24.<sup>a</sup> Região. Ou seja, será disponibilizada, por meio desse acordo, uma ferramenta tecnológica uniforme para a gestão da ENAMAT e das Escolas Judiciais.

O grupo de trabalho é composto por dois servidores da ENAMAT, dois servidores da 24.<sup>a</sup> Região, um servidor da Escola Judicial da 4.<sup>a</sup> Região e dois servidores da 10.<sup>a</sup> Região e da 15.<sup>a</sup> Região, totalizando sete integrantes.

O Acordo foi assinado em maio deste ano pelo Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho; pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e pelo Diretor da Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região, Desembargador Nicanor de Araújo Lima.

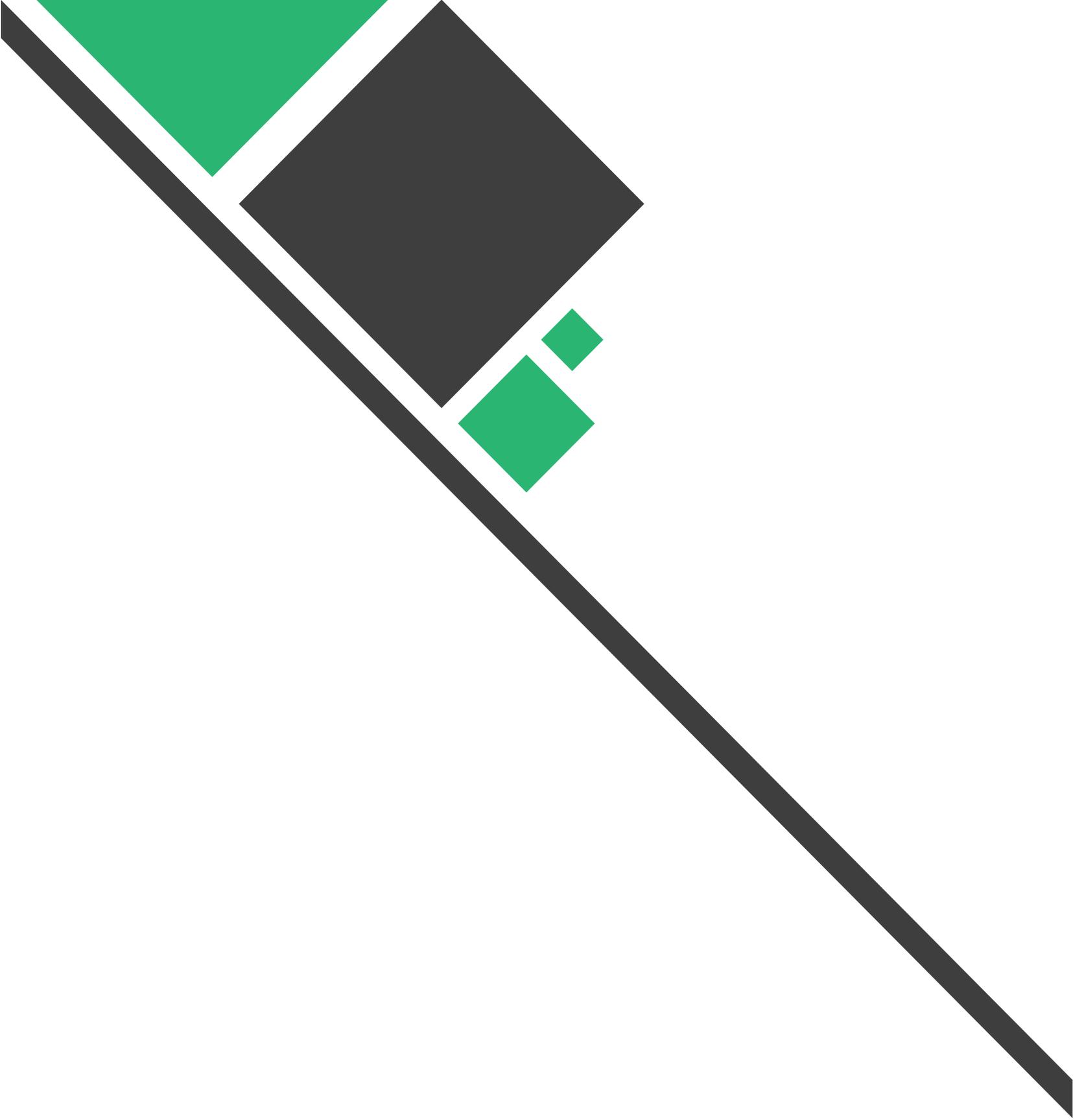


Reunião do Grupo de Trabalho para viabilizar expansão em nível nacional do Sistema de Gestão desenvolvido Escola Judicial da 24.<sup>a</sup> Região



Reunião do Grupo de Trabalho para viabilizar expansão, nas Escolas Judiciais, em nível nacional, de Sistema de Gestão





## PALESTRAS E VISITAS

### PALESTRAS REALIZADAS

#### FORMAÇÃO CONTINUADA – TRT DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO

**19 de maio de 2016**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, ao visitar a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5.<sup>a</sup> Região (BA), no dia 19 de maio, proferiu palestra versando sobre a formação continuada de magistrados do trabalho. Segundo afirmou, o juiz deve estar atento e preparado para os desafios sociais da função judicante e, por meio da formação continuada, deve desenvolver habilidades que vão além de sua formação acadêmica, somando ao seu conhecimento jurídico, saberes transdisciplinares e multidimensionais (psicologia, gestão e comunicação, entre outros) que propiciem a adequada abordagem, compreensão e resolução dos conflitos.

Destacou, ainda, a importância da ENAMAT e das Escolas Judiciais na contínua qualificação profissional de magistrados de todas as instâncias e também de servidores. Salientou que, de forma harmônica e coordenada, os cursos são idealizados a partir de necessidades e fragilidades detectadas, a fim de garantir cada vez mais satisfatoriedade ao mister de julgar, que vai além da simples aplicação da lei, bem como à ocupação de cargos de direção e gestão.

Enfatizou que os conflitos sociais são complexos e que o magistrado deve ter consciência da importância de seu papel na busca cuidadosa de soluções efetivas, que vão refletir diretamente na imagem da Justiça do Trabalho em sua Região. Por isso, afirmou, o julgador deve ser comprometido, ter formação ética e humanizada, postura neutra e imparcial, dominar técnicas de conciliação e ferramentas tecnológicas, saber lidar e ouvir pessoas, entre outras habilidades. Segundo a Ministra, não constitui tarefa fácil romper com visões tradicionais, e é preciso humildade para entender que o aperfeiçoamento constante é necessário.

Estiveram presentes ao evento a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5.<sup>a</sup> Região, Desembargadora Maria Adna Aguiar, o Diretor da Escola Judicial, Desembargador Norberto Frerichs, a Vice-Presidente e o Corregedor Regional do TRT, assim como desembargadores, juízes e servidores.

## SEMINÁRIO: CAMINHOS PARA A SAÍDA DA CRISE – COPEDEM

19 a 22 de maio de 2016



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora; Ministra Dora Maria da Costa e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, membros do Conselho Consultivo; e Desembargadora do Trabalho Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira, do TRT da 2.ª Região (SP)

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participou da abertura do Seminário Caminhos para a Saída da Crise, na Bahia, promovido pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), e, também, de painel destinado ao TST e à ENAMAT, sobre o tema Justiça do Trabalho.

O seminário, aberto pelo presidente da entidade, Desembargador Antonio Rulli Júnior, abordou diversos temas, como desenvolvimento econômico, sistema financeiro, inflação, Justiça do Trabalho, entre outros

Compuseram o painel sobre a Justiça do Trabalho o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, na qualidade de presidente da mesa, a Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, e a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT.

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, em sua exposição, abordou as principais questões relativas aos efeitos dinâmicos da jurisprudência trabalhista na prevenção do desemprego.

A Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora, tratou sobre a Lei de Aprendizagem, com ênfase na forma legal de contratação do adolescente.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, do TST (terceiro, da esquerda para a direita), e autoridades participantes do evento



Autoridades da Justiça do Trabalho participantes do Seminário

*Fotografias:  
Acervo da Memory*

## XXXVIII CONGRESSO NACIONAL DE ADVOGADOS TRABALHISTAS (CONAT)

9 de setembro de 2016



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, participa do 6.º Painel do XXXVIII CONAT

Como palestrante convidada, a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, participou no dia 9 de setembro, do 6.º Painel do XXXVIII Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CONAT), no qual foi debatido o tema *Os Desafios da Advocacia frente às Alterações Legislativas, Uniformização Jurisprudencial*. O Painel contou, ainda, com a participação do advogado do Distrito Federal Cezar Britto e do Desembargador do Trabalho da 4.ª Região (RS) Luiz Alberto de Vargas.

O XXXVIII CONAT, realizado no período de 7 a 10 de setembro, abordou o tema *Transformações do Direito do Trabalho* □ *A Dignidade e a Democracia como Reserva de Justiça*, em Gramado (RS) e teve participação de profissionais de todo o Brasil vinculados à área e outros interessados, totalizando cerca de mil participantes.

No congresso foram focalizadas questões de grande repercussão no âmbito trabalhista, tais como discriminação nas relações de trabalho – gênero, raça e foras da lei; controle do poder punitivo e compliance nas relações de trabalho; sindicalismo: negociação coletiva, custeio, intervenção estatal e intervenção MPT; o Processo do Trabalho – novo CPC – Instrução Normativa nº 39 do TST; aplicabilidade prática das normas internacionais na justiça do trabalho; avanços e retrocessos do direito do trabalho na América Latina e Caribe, além de desafios da advocacia frente às alterações legislativas, uniformização jurisprudencial, de que participou a Ministra Diretora da ENAMAT.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, profere palestra durante o 6.º Painel do XXXVIII CONAT

## 6.<sup>a</sup> SEMANA INSTITUCIONAL DA MAGISTRATURA – TRT DA 9.<sup>a</sup> REGIÃO

26 de setembro de 2016



A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, proferiu no dia 26 de setembro, a Palestra Magna da 6.<sup>a</sup> Semana Institucional da Magistratura, realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9.<sup>a</sup> Região (PR), versando sobre o tema *Dignidade da Pessoa Humana: Considerações Históricas, Hermenêutica e o Debate Jurisprudencial*. Foi realizada a abertura da Semana Institucional pelo Presidente do TRT da 9.<sup>a</sup> Região, Desembargador do Trabalho Arnor Lima Neto. Compuseram a Mesa de Honra, ainda, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Fernando Eizo Ono; o Diretor da Escola Judicial do TRT da 9.<sup>a</sup> Região, Desembargador do Trabalho Arion Mazurkevic; e o Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9.<sup>a</sup> Região, Juiz Paulo Boal.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, profere Aula Magna na 6.<sup>a</sup> Semana Institucional da Magistratura/TRT da 9.<sup>a</sup> Região

## EVENTO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4.<sup>a</sup> REGIÃO

11 de novembro de 2016



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, em evento comemorativo dos 10 anos da Escola Judicial do TRT da 4.<sup>a</sup> Região

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, proferiu, no dia 10 de novembro, palestra sobre o tema *Ativismo Judicial no Século XXI*, em evento promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4.<sup>a</sup> Região (RS). A palestra integrou a programação das atividades comemorativas dos 10 anos da Escola Judicial.

O encontro, aberto ao público, ocorreu no auditório Ruy Cirne Lima, localizado no Foro Trabalhista de Porto Alegre.

Durante o evento comemorativo foi realizado, também, um painel com a participação dos Desembargadores do Trabalho do TRT da 4.<sup>a</sup> Região José Felipe Ledur e Paulo Orval Particheli Rodrigues (aposentado).



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, profere palestra em evento comemorativo dos 10 anos da Escola Judicial do TRT da 4.<sup>a</sup> Região

## VISITAS INSTITUCIONAIS

### VISITAS RECEBIDAS

#### PROGRAMA JOAQUIM NABUCO

7 de junho de 2016

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, recebeu, no dia 7 de junho, a visita de participantes estrangeiros do Programa Joaquim Nabuco.

O Programa Joaquim Nabuco de Cooperação e Intercâmbio de Magistrados e Servidores dos Tribunais Constitucionais e das Cortes Supremas dos Países Membros do MERCOSUL e Associados (PJM) é um estímulo à cooperação no âmbito do Mercosul, que preza pela criação de um espaço regional de diálogo, na área jurídica, entre os países Membros e Associados do bloco. Foi criado em novembro de 2008, durante o 6.º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, realizado em Brasília.

Dos doze visitantes inscritos, oito são Juízes plenos de Cortes Constitucionais e/ou Superiores (status equivalente aos Ministros do STF e/ou do STJ), entre eles o Presidente do Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia, Juan Oswaldo Valencia Alvarado, e a Vice-Presidente do Tribunal Constitucional do Peru, Marianella Ledesma.

Além desses, integraram a comitiva Juízes e Assessores do Chile, Peru, Uruguai e Venezuela.

O objetivo do Programa é tornar conhecido o Poder Judiciário do Brasil aos Juízes e Servidores visitantes, contribuindo para

a expansão das bases de cooperação judiciária, para o fortalecimento do Mercosul e para a promoção da segurança jurídica na Região, como fator de estabilidade política, econômica e social.

A comitiva conheceu as dependências da ENAMAT e visitaram o auditório, onde estava sendo ministrado o Curso de Formação Inicial para Juízes do Trabalho.

A Ministra falou aos visitantes sobre o papel da ENAMAT e apresentou os cursos oferecidos pela Escola.

#### Participantes – 2016

##### **BOLÍVIA**

*Dr. Juan Oswaldo Valencia Alvarado*  
Tribunal Constitucional Plurinacional  
Presidente do Tribunal Constitucional

##### **CHILE**

*Dr. Luis Moisés Aedo Mora*  
Corte Suprema de Justiça  
Juiz Penal do Tribunal de Garantia de Chillán  
*Dr. Benjamín Gonzalo Ahumada Ruz*  
Juiz Substituto da 2.ª Vara Cível de Valparaíso  
*Dra. Catalina Salem Gesell*  
Tribunal Constitucional  
Advogada Assessora da Ministra Marisol Peña

##### **PERU**

*Dr. Javier Villa Stein*  
Corte Suprema de Justiça  
Presidente da Sala Penal Permanente da Corte Suprema de Justiça do Peru  
*Dr. Cesar José Hinostroza Pariachi*  
Juiz da Sala Penal Permanente  
*Dr. Angel Romero Díaz*  
Juiz integrante da Sala Civil Transitória da Corte Suprema de Justiça do Peru  
*Dra. Marianella Ledesma Narváez*  
Tribunal Constitucional  
Vice-Presidente do Tribunal Constitucional do Peru  
*Dr. Carlos Ramos Nuñez*  
Magistrado do Tribunal Constitucional do Peru  
*Dr. Ernesto Blume Fortini*  
Magistrado do Tribunal Constitucional do Peru

##### **URUGUAI**

*Dr. José Ignacio Rivero Wyszyns*  
Corte Suprema de Justiça  
Assessor Jurídico

##### **VENEZUELA**

*Dr. Juan Luis Ibarra Verenzuela*  
Tribunal Supremo de Justiça  
Magistrado da Sala de Cassação Penal



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT (ao centro), recepciona participantes de países da América do Sul do Programa Joaquim Nabuco



Participantes do Programa Joaquim Nabuco visitam auditório da ENAMAT durante aula do CFI



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, apresenta participantes do Programa Joaquim Nabuco aos Alunos-Juizes do CFI



Aula do CFI com participação da comitiva do Programa Joaquim Nabuco

## JURISTA ROBERT ALEXY

29 de junho de 2016

O Professor Doutor Robert Alexy, jurista da Alemanha e filósofo do Direito alemão contemporâneo, visitou a ENAMAT, onde conheceu as instalações da Escola e tratou sobre a conferência a ser ministrada por ele na tarde do mesmo dia, no TST.

O professor foi recebido pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. A Desembargadora do TRT da 15.<sup>a</sup> Região (Campinas/SP) Tereza Asta Gemignani participou do encontro.

O jurista foi indicado, em 2002, para a Academy of Sciences and Humanities at the University of Göttingen. Em 2010 recebeu a Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha.



Professor Doutor Robert Alexy, jurista da Alemanha, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



Desembargadora do Trabalho Tereza Asta Gemignani, Professor Doutor Robert Alexy e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT

## DIRIGENTES DA ANAMATRA

**8 de novembro de 2016**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e o Juiz Assessor da Direção da ENAMAT, João Marcelo Balsanelli, receberam, no dia 11 de novembro, a visita do Presidente da ANAMATRA, Juiz Germano Silveira de Siqueira, da Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos, Juíza Maria Rita Manzarra de Moura Garcia, e do Conselheiro Fiscal Titular, Juiz Boris Luiz Cardoso de Souza.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) apresentou memorial para a realização do Concurso Público Nacional Unificado destinado ao ingresso na carreira da magistratura, que passou a ser atribuição da ENAMAT.

A Diretora da ENAMAT assegurou, durante a visita, a análise das questões e reivindicações da ANAMATRA, com o objetivo de garantir excelência na realização do Concurso Público Nacional Unificado.



Dirigentes da ANAMATRA visitam a ENAMAT

## VISITAS REALIZADAS

### DIRETORA DA ENAMAT/SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – LOMAN

**17 de maio de 2016**

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM/STJ), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT/TST), a Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE) e a Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM/STM), por intermédio de seus diretores, respectivamente, Ministros Humberto Martins, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, João Otávio Noronha e José Barroso Filho, elaboraram proposta conjunta das Escolas Nacionais para o Anteprojeto da nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), no Capítulo que trata “Da Formação e do Aperfeiçoamento”, como contribuição para análise e debate no Supremo Tribunal Federal.

O documento foi entregue, no dia 17 de maio, na sede da Corte Suprema, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e pelo Ministro Humberto Martins, Diretor da ENFAM, acompanhado do Desembargador Fernando Cerqueira, Secretário-Geral dessa Escola.

A proposta constitui resultado de debates e trabalho conjunto das Escolas Nacionais que atuam na qualificação dos magistrados, incorporando a experiência consolidada na prática formativa dessas Escolas a partir da edição da Emenda Constitucional n.º 45/2004,

que instituiu modelo de formação integral, no ingresso e durante toda a carreira, assim como de desenvolvimento de competências da prática profissional, sob a coordenação de Escolas Nacionais com assento constitucional.



Ministro Humberto Martins, Diretor da ENFAM, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, em visita ao STF

## DIRETORA DA ENAMAT/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

**19 de maio de 2016**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, visitou no dia 19 de maio, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região (BA).

A Ministra Diretora da ENAMAT foi recepcionada pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região, Desembargadora Maria Adna Aguiar, pelo Diretor da Escola Judicial do TRT, Desembargador Norberto Frerichs, e pela Desembargadora Ana Lúcia Bezerra da Silva. A Presidente do TRT agradeceu a disponibilidade da Ministra Cristina Peduzzi em visitar a Escola Judicial e ressaltou a honra de ter sido a primeira a receber sua visita

desde que assumiu a Direção da ENAMAT, palavras ratificadas pelo Desembargador Norberto Frerichs.

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi conheceu as dependências da Escola Judicial e as ações desenvolvidas na formação dos magistrados do trabalho. Após a visita, proferiu palestra para magistrados e servidores (ver Palestras Realizadas).



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Desembargadora Maria Adna Aguiar, Presidente do TRT-5.ª Região; e Desembargador Norberto Frerichs, Diretor da Escola Judicial do TRT-5.ª Região

## DIRETORA DA ENAMAT/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7.ª REGIÃO

**24 de junho de 2016**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, visitou o Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região (CE), no dia 23 de junho, acompanhada do Presidente em exercício do TRT, Desembargador Jefferson Quesado Júnior. A Ministra Cristina Peduzzi conheceu a sede do Tribunal Regional e a estrutura da Escola Judicial.

Na visita técnica à Escola Judicial da 7.ª Região, a Diretora da ENAMAT foi recepcionada pela Diretora da Escola, Desembargadora Roseli

Alencar, pelo Conselheiro Desembargador Emmanuel Furtado e pela Desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno. A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi ressaltou que a Escola está muito bem estruturada e elogiou as instalações físicas.

A Diretora Executiva, Flávia Mendes de Moraes, mostrou dados sobre as ações formativas da Escola. Afirmou que, apesar da redução orçamentária em 2016, a Escola Judicial conseguiu realizar, no primeiro semestre deste ano, 15 cursos, com 233 horas-aulas. Também apresentou informações sobre alguns eventos realizados, como a Jornada de Execução Trabalhista, o Seminário Nordestino do Trabalho Seguro, o Seminário sobre Trabalho Decente, a 1.ª Semana Institucional e a última reunião do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho.

Segundo a Direção, são projetos para a Escola Judicial da 7.ª Região instalar uma sede na primeira instância do Tribunal Regional; interiorizar a Escola, com a inauguração de uma sede no fórum regional do Cariri; e proceder à revisão de seu mapa estratégico, para alinhá-lo ao novo Planejamento Estratégico do Tribunal.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT é recepcionada na Escola Judicial do TRT da 7.ª Região

## MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT/ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16.ª REGIÃO

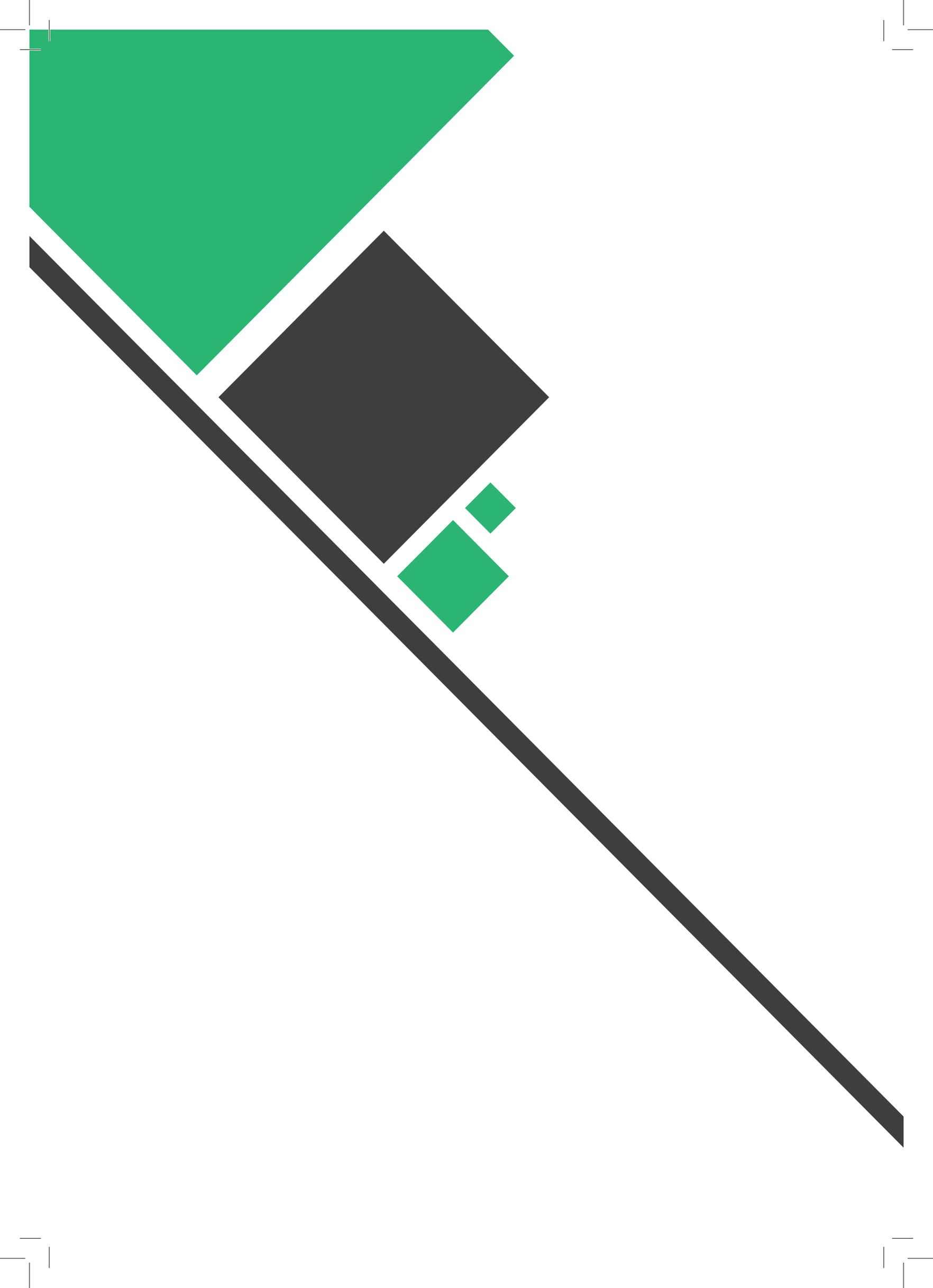
29 de setembro de 2016

O Ministro João Batista Brito Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT realizou, no dia 29 de setembro, visita à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e participou da 6ª Semana de Formação de Magistrados, promovida por essa Escola, ocasião em que ministrou a palestra Suspensão dos Prazos e Seus Efeitos à Luz do Novo CPC.

Ao iniciar sua exposição, o Ministro Brito Pereira ressaltou sua satisfação em voltar ao TRT da 16ª Região e salientou que estava presente ao evento como representante da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) para acompanhar as atividades da 6.ª Semana de Formação de Magistrados. Elogiou a escolha dos temas abordados na programação do evento, afirmando que veio ao encontro das questões relacionadas às propostas da ENAMAT, em especial o estudo concernente ao Código de Processo Civil (CPC) e às inovações



que traz em relação ao Processo do Trabalho. Destacou tratar-se de um importante momento para pensar no jurisdicionado.



## ENAMAT 10 ANOS – EVENTOS COMEMORATIVOS



Instalada em 18 de setembro de 2006, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) comemorou dez anos de existência. Criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, para funcionar junto ao Tribunal Superior do Trabalho, a ENAMAT foi instituída por meio da Resolução Administrativa/TST nº 1.140, de 1º de junho de 2006, e tem como objetivo promover a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados do trabalho, que necessitam de qualificação profissional específica e atualização contínua, dada a relevância da função estatal que exercem. A sede da ENAMAT está localizada no 5º andar do Edifício do TST, em Brasília.

A ENAMAT foi a primeira escola institucional a se dedicar à formação profissional de Magistrados em nível nacional, acompanhando os Juízes do Trabalho em seu ingresso na profissão e ao longo de toda a vida profissional. Desde 2006, os juízes da Justiça do Trabalho participam das atividades de formação promovidas pela Escola Nacional.

A formação dos magistrados do trabalho desenvolve-se em vários níveis. Uma vez nomeados, os juízes recém-empossados participam, em Brasília, durante aproximadamente um mês, como alunos do Curso de Formação Inicial, que lhes proporciona o desenvolvimento de competências específicas para atuação na magistratura do trabalho. Para os juízes vitalícios, a ENAMAT promove Cursos de Formação Continuada (presenciais e à distância), além de Cursos de Formação de Formadores, para preparar seus profissionais de ensino e os das 24 Escolas Judiciais de todos os Tribunais do Trabalho do país.

A ENAMAT coordena ainda o Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho (SIFMT), constituído pelas 24 Escolas Judiciais e organizado em uma rede de ensino sintonizada e eficiente.

A ENAMAT teve como seu primeiro Diretor o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (2006-2007), atual Presidente do TST e do CSJT. Em 2007, assumiu o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que dirigiu a Escola até março de 2009. Em seguida, ocuparam o cargo os Ministros do TST Antonio José de Barros Levenhagen (2009-2011), Aloysio Corrêa da Veiga (2011-2013), João Oreste Dalazen (2013-2015) e Renato de Lacerda Paiva (9/4/2015 a 8/4/2016).

Em março deste ano, a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi foi empossada como diretora para o biênio 2016/2018 e se encontra em pleno exercício de suas funções à frente da Escola Nacional.

Para marcar a data, foram preparadas várias ações e realizados diversos eventos com a participação de magistrados e servidores.

## LOGOMARCA COMEMORATIVA DOS 10 ANOS DA ENAMAT

A ENAMAT lançou, em 2016, a logomarca comemorativa dos dez anos de sua existência.



Logomarca comemorativa

O projeto de criação da logomarca comemorativa detalha que a arte busca, nas interseções utilizadas na teoria dos conjuntos da matemática, ressaltar a importância da troca de conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo o projeto, a fusão de ideias também destaca o sentido de que os ensinamentos, quando aplicados, devem adaptar-se a cada realidade.

Ainda nesse contexto, a nova tipografia da logomarca é mais arredondada, remetendo tanto aos conjuntos que se encontram quanto a uma maior fluidez do conhecimento, que não se limita a paradigmas preestabelecidos, mas que rompe barreiras.

Em relação às cores trabalhadas na logomarca comemorativa, o símbolo da ENAMAT manteve o patriotismo com o verde e amarelo. Na tipografia, foi refletida a projeção internacional que a marca busca, trazendo, assim, as cores utilizadas no *mapa mundi* para representar as demarcações continentais

Na definição do projeto, ficou evidente que a escolha por uma marca mais colorida se deveu, ainda, à intenção de apresentar o conhecimento como algo que ilumina e que vai além do preto e do branco, do certo e do errado, trazendo à luz uma gama de aspectos da realidade. O projeto é de autoria da servidora da ENAMAT Luísa Torres, com formação em Comunicação – Publicidade e Propaganda.



Ministro Carlos Alberto, Diretor da ENAMAT no período 2007-2009, é entrevistado durante comemoração dos 10 anos da Escola

## CONFERÊNCIA SOBRE TEORIA DOS PRINCÍPIOS, PROPORCIONALIDADE E RACIONALIDADE

1.º de julho de 2016



Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT; Professor Doutor Robert Alexy; e Professor Doutor Rogério Luiz Nery da Silva

A Conferência sobre Teoria dos Princípios, Proporcionalidade e Racionalidade, proferida pelo Jurista alemão e Professor Doutor Robert Alexy, no dia 1.º de julho, integrou as comemorações dos 10 anos de instalação da ENAMAT, assim como dos 75 anos da Justiça do Trabalho e dos 70 anos do TST.

O evento foi promovido pela ENAMAT, em parceria com a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), e contou com o apoio do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Realizada no Plenário Ministro Arnaldo Süssekind, localizado no edifício-sede do TST, a Conferência reuniu, entre outras autoridades, Ministros do TST e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Desembargadores do Trabalho, Juízes e membros do Ministério Público do Trabalho, assim como professores, advogados, servidores do Tribunal Superior do Trabalho e estudantes de Direito, congregando aproximadamente mil pessoas. Da Justiça do Trabalho participaram 51 magistrados e 184 servidores.

No discurso de abertura, o Presidente do TST, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, afirmou ter sido a realização de um sonho trazer o renomado jurista alemão a Brasília e ao Tribunal. A apresentação do professor ficou a cargo da Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que o descreveu como um dos mais influentes filósofos do Direito contemporâneo.

Junto ao Presidente do TST e à Diretora da ENAMAT, compuseram a mesa de honra o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, o conferencista Professor Doutor Robert Alexy e o Professor Doutor Rogério Luiz Nery da Silva, que colaborou como debatedor e intérprete.



Professor Doutor Robert Alexy e Professor Doutor Rogério Luiz Nery da Silva



Participantes da Conferência proferida pelo Professor Doutor Robert Alexy, jurista alemão

A conferência, proferida em inglês, com tradução sucessiva para o português, teve

duas horas e meia de duração, e, ao final, o Jurista Robert Alexy abriu espaço para questionamentos.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Professor Doutor Robert Alexy; e Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT

Com a finalidade de realizar o compartilhamento da conferência com todos os magistrados do Poder Judiciário Trabalhista, a ENAMAT encaminhou o respectivo DVD às 24 Escolas Judiciais Regionais.

## TRIBUNAL PLENO DO TST – 10 ANOS DA ENAMAT

### 19 de setembro de 2016

Na sessão do Tribunal Pleno do dia 19 de setembro, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho, consignou os dez anos da instalação da ENAMAT.

O Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho foi o primeiro Diretor da Escola. Ao registrar a data comemorativa, afirmou que, nesses dez anos, a Justiça do Trabalho efetivamente investiu na formação inicial e continuada dos magistrados do trabalho. Ressaltou que, na época da instalação, almejava-se que o magistrado pudesse obter essa formação

antes de começar a prestar a jurisdição, recebesse “a transmissão da arte de conciliar e julgar”. Destacou, ainda, que a Escola estimula a formação continuada, oferecendo vários cursos, e atua como coordenadora do sistema integrado de formação, composto pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Na ocasião, o Ministro Ives Gandra Filho apresentou seus cumprimentos à Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e aos respectivos antecessores no cargo, Ministros Carlos Alberto Reis de Paula (aposentado), Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Aloysio Corrêa da Veiga, João Oreste Dalazen e Renato de Lacerda Paiva.

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi manifestou-se sobre os dez anos de existência da Escola Nacional, salientando que “a ENAMAT cresceu, se consolidou, e sua maturidade é reconhecida no plano nacional e internacional como uma escola de excelência”. Saudou, ainda, os servidores, indicando que vários deles atuam desde a criação, e os considerou como “fator permanente da Escola”.

## GALERIA COMEMORATIVA DOS 10 ANOS DA ENAMAT

### 20 de setembro de 2016

Entre os diversos eventos que marcaram a comemoração dos 10 anos da ENAMAT está a instalação da galeria comemorativa da Escola Nacional, ocorrida no dia 20 de setembro. A galeria foi instalada no 5º andar do bloco A, no TST, na área externa ao Auditório da ENAMAT.



Galeria comemorativa da ENAMAT

A ENAMAT teve como seu primeiro Diretor o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (2006-2007), atual Presidente do TST e do CSJT. Em 2007, assumiu o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que dirigiu a Escola até março de 2009. Em seguida, ocuparam o cargo os Ministros do TST Antonio José de Barros Levenhagen (2009-2011), Aloysio Corrêa da Veiga (2011-2013), João Oreste Dalazen (2013-2015) e Renato de Lacerda Paiva (9/4/2015 a 8/4/2016).

Em março deste ano, a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi foi empossada como Diretora para o biênio 2016-2018.

## SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DA ENAMAT

22 de setembro de 2016



O Seminário Comemorativo dos 10 anos da ENAMAT abordou o tema A Formação Profissional do Magistrado e ocorreu, em Brasília, no dia 22 de setembro. Compuseram a mesa de honra o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e a Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que abriu o evento. O Seminário desenvolveu-se com dois painéis sobre subtemas específicos e duas palestras.

O encontro comemorativo reuniu Ministros de Tribunais Superiores, magistrados, Diretores das 24 Escolas Judiciais do Trabalho, servidores e demais autoridades convidadas. Participaram do evento, no total, 27 magistrados do trabalho. Foram debatidas questões como os modelos de formação das Escolas Nacionais; a evolução da formação profissional de magistrados no Brasil; e a pesquisa na formação profissional.

## Palestra de abertura

O Ministro Dias Toffoli, Vice-Presidente do STF, proferiu a palestra de abertura do evento, sobre o tema *O Magistrado do Século XXI*.



Mesa de Honra do Seminário Comemorativo dos 10 anos da ENAMAT

O Ministro Dias Toffoli, Vice-Presidente do STF, proferiu a palestra de abertura do evento, sobre o tema *O Magistrado do Século XXI*.

Em sua exposição, afirmou que o perfil do juiz do século XXI ultrapassa a capacitação técnica e contextualizou historicamente a questão, a partir da emancipação de D. Pedro II. Ressaltou que essa contextualização se faz necessária para o entendimento do papel do magistrado do século XXI e apotou que na década de 1970 já se tratava da necessidade de permanente capacitação do magistrado.



Ministro Dias Toffoli, Vice-Presidente do STF, proferia a palestra de abertura do Seminário Comemorativo

Salientou que o juiz do século XXI deve estar aberto a dialogar com toda a

sociedade e a ouvir, tornando o Poder Judiciário mais transparente.

Afirmou, ainda, que a magistratura do Brasil é uma das melhores do mundo. Destacou que o juiz brasileiro é independente, com garantias constitucionais, considerando ser importante os magistrados buscarem constantemente o aperfeiçoamento. O Ministro registrou que investir em formação é transformar o Poder Judiciário para atender às novas demandas da sociedade.



Ministros do TST(primeira fileira) presentes à cerimônia de abertura do Seminário Comemorativo



Vice-Presidente do STF profere palestra sobre o tema *O Magistrado do Século XXI*



Ministro Dias Toffoli, Vice-Presidente do STF, recebe certificado como palestrante da cerimônia de abertura do Seminário Comemorativo dos 10 anos da ENAMAT

## Escolas Nacionais e modelos de formação de magistrados



Ministro Humberto Martins (STJ) profere palestra em painel do Seminário Comemorativo dos 10 anos da ENAMAT



Ministro José Barroso Filho, Diretor da ENAJUM; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Ministro Humberto Martins (STJ); e Doutor Fábio Lima Quintas, Diretor da EJE

O primeiro painel do Seminário Comemorativo trouxe ao debate a questão relativa aos modelos de formação de magistrados das quatro Escolas Nacionais. Coordenado pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, o painel contou com a participação do Vice-Presidente do STJ, Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins (ex-Diretor da ENFAM), do Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar (ENAJUM), Ministro José Barroso Filho, e do Diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), Doutor Fábio Lima Quintas.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado de participação ao Ministro Humberto Martins (STJ)

O Ministro Humberto Martins (STJ) discorreu sobre a missão constitucional da ENFAM, sua estrutura e organização do processo de ensino e aprendizagem. Ressaltou a importância das Escolas da Magistratura no Brasil e expôs os objetivos da formação profissional dos juízes.



Doutor Fábio Lima Quintas, Diretor da EJE, ministra palestra em painel do Seminário Comemorativo

O fortalecimento da cidadania foi tratado pelo Doutor Fábio Quintas, Diretor da EJE, que destacou a parceria das Escolas com instituições importantes, como a UNICEF, e apresentou as principais diretrizes da Escola para a formação de magistrados e de servidores.

O Ministro José Barroso expôs questões fundamentais sobre educação, destacando contribuições importantes de educadores, filósofos

e pacifistas. O Ministro focalizou ainda temas como ética da razão solidária, zona de desenvolvimento proximal, saberes e competências.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado de participação ao Ministro José Barroso Filho, Diretor da ENAJUM



Ministro José Barroso Filho, Diretor da ENAJUM, proferindo palestra em painel do Seminário Comemorativo

No painel sobre o tema Um Resgate do Passado: a Evolução da Formação Profissional dos Magistrados no Brasil e a Emenda Constitucional n.º 45/2004, participaram, como palestrantes, os Ministros João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça (CNJ); Luiz Philippe Vieira de Mello, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao apresentarem os temas, os Ministros focalizaram, com base nas respectivas experiências profissionais, a importância da formação dos magistrados.



Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça (CNJ), proferindo palestra em painel do Seminário Comemorativo

## Evolução da formação profissional de magistrados



Da esquerda para a direita: Ministros João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça (CNJ); Luiz Philippe Vieira de Mello (TST); e Luís Felipe Salomão (STJ)

O Ministro João Noronha demonstrou a necessidade e relevância das ações formativas para o aperfeiçoamento profissional da magistratura, afirmando ser essa formação de suma importância para que o juiz possa julgar com atenção e realizar uma boa prestação jurisdicional. O Corregedor Nacional de Justiça compartilhou conhecimentos alcançados no período de sua gestão na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Salientou, ainda, o grande valor das propostas de que teve

ciência em visitas institucionais realizadas em Escolas Judiciais de diversos países e sua aplicação e adequação na estruturação da ENFAM. Explicitou, ainda, que, como Corregedor Nacional de Justiça, pretende encaminhar ações para a atuação do CNJ no tocante à formação da magistratura.



Ministro Luís Felipe Salomão (STJ) profere palestra em painel do Seminário Comemorativo

O Ministro Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, ressaltou que a discussão sobre a formação de magistrados ocorreu de forma mais intensa logo após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004 e afirmou que no momento é preciso retomar os debates.

Apresentou um breve histórico a respeito das estatísticas e da situação do Poder Judiciário atualmente e abordou a questão do número de advogados para cada 100 mil habitantes, considerando que o Brasil dispõe de um quantitativo bem expressivo desses operadores do Direito.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello (TST) profere palestra em painel do Seminário Comemorativo

O Ministro Luiz Philippe falou sobre estrutura e currículo de Escola Judicial, exemplificando por meio da experiência que acumulou com a reformulação da Escola Judicial da 3.<sup>a</sup> Região, na qualidade de Diretor na época. Tratou sobre a subjetividade do exercício da magistratura e a necessidade de um corpo funcional capacitado nas Escolas Nacionais da Magistratura.

### Pesquisa na formação profissional

O Juiz Titular de Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4.<sup>a</sup> Região, Paulo Henrique Blair de Oliveira, proferiu palestra no Seminário Comemorativo, na qual tratou detalhadamente do tema Um Olhar para o Futuro: a Pesquisa na Formação Profissional.

O Juiz Paulo Henrique Blair de Oliveira é Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília e atua especialmente nos campos da teoria discursiva do direito, desenvolvida por Jürgen Habermas, e da perspectiva do direito como integridade, desenvolvida por Ronald Dworkin.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira ministra palestra sobre pesquisa na formação profissional

Ao final da palestra, o Juiz do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira recebeu o certificado de participação das mãos da Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado de participação ao Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira

A palestra de encerramento do Seminário de 10 Anos da ENAMAT foi proferida pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, que abordou o tema *O Perfil Técnico e Ético do Magistrado*.



Ex-Diretores da ENAMAT e atual Diretora da ENAMAT



Eventos comemorativos dos 10 anos da ENAMAT

## TROFÉU COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DA ENAMAT



Entrega de Troféu Comemorativo Ministro Vantuil Abdala, Presidente do TST no Biênio 2004/2006

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entregou troféu comemorativo dos 10 anos da Escola Nacional ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho na época da instalação da Instituição, em 2006, e aos Ministros que atuaram como gestores nos períodos e biênios que seguiram, assim como aos servidores que contam com 10 anos de serviços prestados. A cerimônia de entrega das medalhas ocorreu, no dia 22 de setembro, no final do Seminário Comemorativo da ENAMAT.

Foram homenageados com o Troféu comemorativo os Ministros Vantuil Abdala (Presidente do TST quando da instalação da ENAMAT) e Ives Gandra da Silva Martins Filho, Carlos Alberto Reis de Paula, Antonio José de Barros Levenhagen, Aloysio Corrêa da Veiga, João Oreste Dalazen e Renato de Lacerda Paiva (ex-Diretores da ENAMAT). A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, atual Diretora da Escola Nacional, recebeu o troféu, entregue pelo Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT e primeiro diretor da Escola.

O Ministro Vantuil Abdala destinou o espaço físico no prédio sede do TST, tendo em vista o futuro da Escola Judicial, hoje uma realidade.



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, primeiro Diretor da ENAMAT entre 2006/2007

O Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho conduziu a fundação e a instalação da ENAMAT como primeira Escola Judicial Nacional. Realizou o primeiro Curso de Formação Inicial de magistrados do trabalho, vivenciando com os primeiros Alunos-Juizes a experiência da formação profissional para o exercício da magistratura.



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Diretor da ENAMAT no Biênio 2009/2011

Trabalho, com a instalação de todas as 24 Escolas Judiciais nos Tribunais Regionais do Trabalho. Implantou a educação à distância na formação dos juizes, o planejamento estratégico e os programas nacionais de formação inicial e continuada.



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Diretor da ENAMAT no Biênio 2007/2009

Realizou o primeiro Curso de Formação Continuada, com participação presencial e à distância. Promoveu o primeiro Curso de Formação de Formadores em Técnica de Juízo Conciliatório e celebrou os primeiros convênios de cooperação internacional.

Consolidou o papel da ENAMAT como instituição coordenadora do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Diretor da ENAMAT no Biênio 2011/2013

Ampliou e consolidou os cursos de formação à distância. Estruturou o estúdio da ENAMAT, com equipamentos profissionais de última geração e servidores especializados. Iniciou a gestão de recursos orçamentários na ENAMAT.

Atualizou e inovou nos aspectos normativos da formação dos Magistrados do Trabalho, com o credenciamento de cursos e os convênios interinstitucionais. Apresentou



Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT no Biênio 2013/2015

a proposta de nacionalização do concurso para a magistratura do trabalho. Consolidou a formação de magistrados para atuação com o Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE) em todo o Brasil.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT no período 2015/2016

Implantou programas de formação de servidores das Escolas Judiciais. Fortaleceu o apoio financeiro às escolas e a aproximação interinstitucional entre elas e projetou a escola internacionalmente apresentando o trabalho institucional na 7.<sup>a</sup> Conferência da Organização Internacional de Treinamento Judicial (IOJT, sigla em inglês).



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, diretora da ENAMAT, foi homenageada pelo atual trabalho à frente da Escola Nacional



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, atuou como Conselheiro e, por quase 10 anos, ocupou o cargo de Assessor da Direção da ENAMAT

Os servidores com 10 anos de ENAMAT que receberam o troféu como homenagem foram: Denimar Ferreira de Menezes Noronha, Subsecretária Administrativo-Acadêmica, Marizaura Augusto da Glória, Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins, Edson Ribeiro de Sousa e Jonas de Jesus Cordeiro da Silva.

A Diretora da ENAMAT ressaltou as contribuições de cada um dos ministros homenageados na condução das ações de gestão, demonstrando as decisões e realizações que possibilitaram o alcance pela Escola Nacional do reconhecimento como escola de referência na formação de magistrados do trabalho. Destacou, também,

a importância do trabalho prestado pelos servidores, considerando-os como membros permanentes, que têm o conhecimento da história da Instituição e propiciam a continuidade no desenvolvimento das atividades de formação.



Denimar Ferreira de Menezes Noronha, Subsecretária Administrativo-Acadêmica



Marizaura Augusto da Glória, servidora da ENAMAT



Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins, servidor da ENAMAT



Edson Ribeiro de Souza, servidor da ENAMAT



Jonas de Jesus Cordeiro da Silva, servidor da ENAMAT



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, profere palestra sobre O Perfil Técnico e Ético do Magistrado.

## LANÇAMENTO DO SELO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DA ENAMAT

Em seguida à entrega dos troféus, ocorreu o lançamento, pelos Correios, do selo comemorativo dos 10 anos da ENAMAT, que faz referência tanto à conclusão da primeira década da ENAMAT quanto ao seu padrão de excelência.



Selo comemorativo dos 10 anos da Escola

Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, participou, também, juntamente com a Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, do lançamento filatélico, pelos Correios do Brasil, do selo e carimbo comemorativo dos 10 anos ENAMAT.

O arte do Selo Comemorativo dos 10 Anos da ENAMAT, conforme definido no projeto específico, segue a identidade visual proposta para a logomarca comemorativa, ou seja, as formas arredondadas e a caligrafia manuscrita remetem à fluidez do conhecimento, enquanto as cores transmitem o fator iluminador do saber, que traz à luz uma gama de aspectos da realidade, que vai além do preto e do branco, do certo e do errado.



Lançamento do Selo Comemorativo dos 10 Anos da ENAMAT



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, apõem carimbo dos Correios do Brasil no Selo Comemorativo

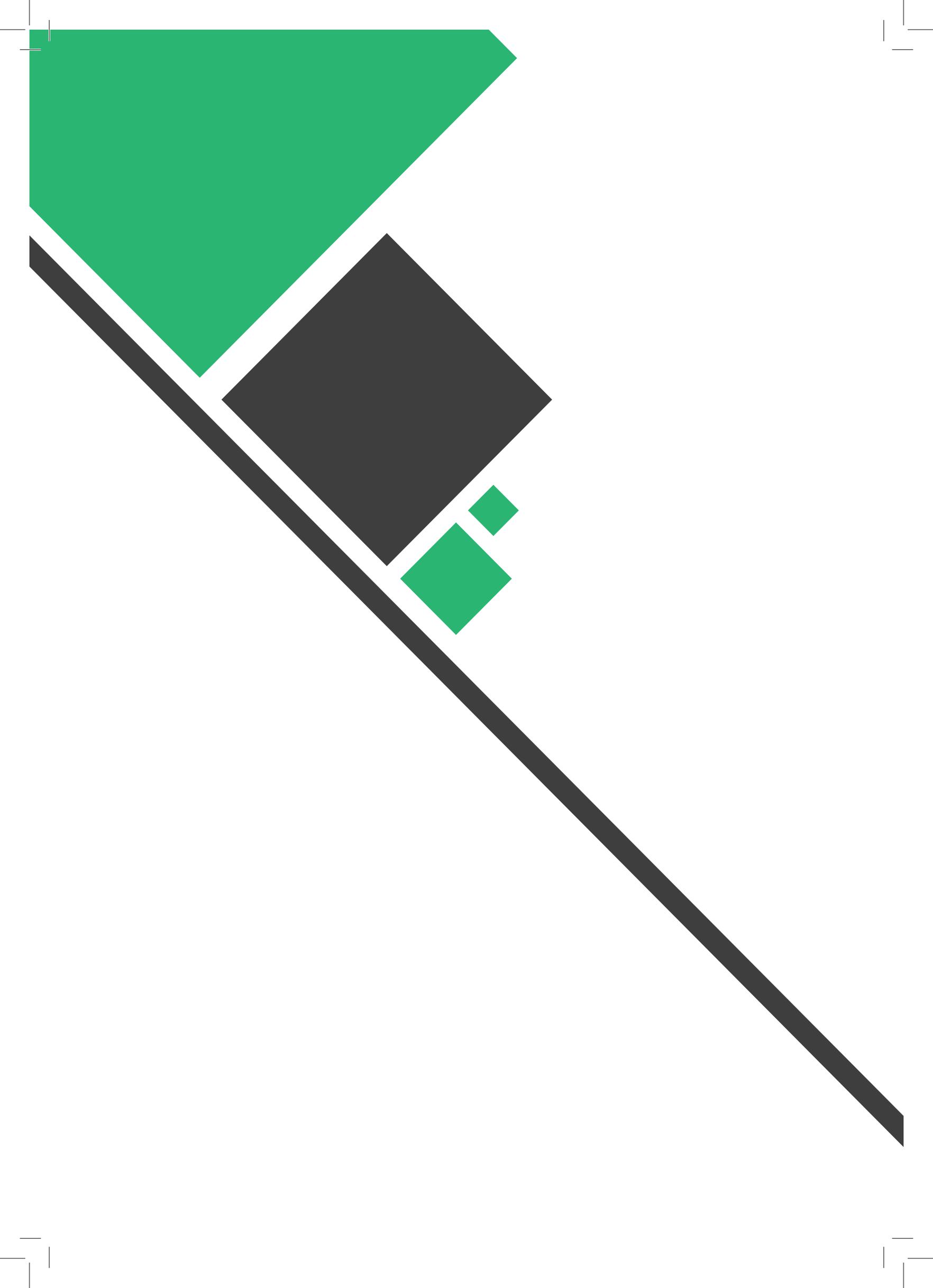


Lançamento do Selo Comemorativo dos 10 Anos da ENAMAT

## SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DA ENAMAT: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTRADO

### PROGRAMAÇÃO

<i>DIA 22.9.2016 (quinta-feira)</i>	
<b>8h30min</b>	Recepção e Credenciamento
<b>9h/ 10h30min</b>	<p><b>Cerimônia de Abertura:</b> Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Presidente do TST e do CSJT Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST e Diretora da ENAMAT</p> <p><b>Palestra de Abertura:</b> Ministro José Antonio Dias Toffoli – Vice-Presidente do STF “O Magistrado do Século XXI”</p>
<b>10h30min/ 10h45min</b>	<b>Coffee-break</b>
<b>10h45min/12h</b>	<p><b>1.º Painei</b> A formação no presente: As 4 Escolas Nacionais e seus modelos de formação de Magistrados Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – Diretora da ENAMAT - Coordenadora Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins – Vice-Presidente do STJ e ex-Diretor da ENFAM Ministro José Barroso Filho – Diretor da ENAJUM Doutor Fábio Lima Quintas – Diretor da EJE</p>
<b>12h/14h30min</b>	<b>Almoço</b>
<b>14h30min / 15h30min</b>	<p><b>2.º Painei</b> Um resgate do passado: a evolução da formação profissional dos Magistrados no Brasil e a EC 45/2004 Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST (Coordenador) Ministro João Otávio de Noronha – Corregedor Nacional de Justiça Ministro Luis Felipe Salomão – STJ</p>
<b>15h30min / 16h</b>	<p><b>Palestra:</b> Um olhar para o futuro: a pesquisa na formação profissional Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira – TRT 10.ª Região</p>
<b>16h / 16h40min</b>	<p><b>Palestra de encerramento:</b> Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Presidente do TST e do CSJT</p>
<b>16h40min/ 17h30min</b>	<p style="text-align: center;"><b>Direção da ENAMAT – Atos comemorativos dos 10 Anos da ENAMAT</b> <b><u>Entrega de Troféu aos Ministros do TST homenageados</u></b> <b><u>e a Servidores da Escola Nacional</u></b></p> <p><b>Ministros:</b> Vantuil Abdala (Presidente do TST quando da instalação da ENAMAT), Ives Gandra Martins Filho, Carlos Alberto Reis de Paula, Antonio José de Barros Levenhagen, Aloysio Corrêa da Veiga, João Oreste Dalazen, Renato de Lacerda Paiva (ex-Diretores da ENAMAT) e Maria Cristina Irigoyen Peduzzi (atual Diretora da Escola Nacional).</p> <p><b>Servidores com 10 anos de ENAMAT:</b> Denimar Ferreira de Menezes Noronha, Subsecretária Administrativo-Acadêmica, Marizaura Augusto da Glória, Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins, Edson Ribeiro de Sousa e Jonas de Jesus Cordeiro da Silva.</p>



## OUTROS EVENTOS

### ENCONTRO INSTITUCIONAL DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 10.<sup>a</sup> REGIÃO

**18 de maio de 2016**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participou, como convidada, da abertura do Encontro Institucional de Magistrados da Justiça do Trabalho da 10.<sup>a</sup> Região, ocorrido no período de 18 a 20 de maio, em Brasília.

O objetivo do encontro foi debater temas relacionados à gestão judiciária. A programação incluiu palestras sobre o panorama, em números, da área judiciária da 10.<sup>a</sup> Região; a comunicação e a cultura de cooperação; os novos paradigmas das Resoluções n.ºs 194 e 195 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e a administração judicial.

Foram realizadas, ainda, oficinas de trabalho e uma mesa-redonda que teve como finalidade a apresentação de propostas.

### DESCERRAMENTO DA FOTO DO MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA NA GALERIA DE DIRETORES DA ENAMAT

**1.º de junho de 2016**

A ENAMAT realizou, no dia 1º de junho, a cerimônia de descerramento da fotografia do Ministro Renato de Lacerda Paiva, atual Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, como Diretor da Escola Nacional no período de 2015 a 2016.

A solenidade foi presidida pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que ressaltou a considerável aproximação com as 24 Escolas Judiciais que compõem o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho promovida na gestão do Ministro Renato de Lacerda Paiva, assim como o alinhamento institucional entre a ENAMAT e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), viabilizado por meio de acordo de cooperação; a projeção da ENAMAT em nível internacional, com a participação na 7.<sup>a</sup> Conferência da Organização de Treinamento Judicial (IOJT).

O Ministro Renato de Lacerda Paiva elogiou a direção e os servidores da Escola Nacional e agradeceu a todos, afirmando ser uma grande honra ter sua foto afixada no mural da ENAMAT “ao lado de colegas diletos que, com sacrifício pessoal e incondicional dedicação, trouxeram a ENAMAT nesses quase 10 anos ao patamar de excelência que hoje se encontra”.



Galeria de Diretores da ENAMAT, com a foto coberta do Ministro Renato de Lacerda Paiva

Estiveram presentes à solenidade o Presidente do TST e CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e os Ministros João Oreste Dalazen, Lelio Bentes Corrêa, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Maria de Assis Calsing, Dora Maria da Costa, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Miranda Arantes, Hugo Carlos Sheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte e Cláudio Mascarenhas Brandão.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, preside a cerimônia de descerramento da foto do Ministro Renato de Lacerda Paiva



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, faz pronunciamento sobre a gestão do Ministro Renato de Lacerda Paiva



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT; Ministro Renato de Lacerda Paiva, acompanhado da esposa; e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



Descerramento da foto do Ministro Renato de Lacerda Paiva na Galeria de Diretores da ENAMAT



Descerramento da foto do Ministro Renato de Lacerda Paiva na Galeria de Diretores da ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva discursa após o descerramento de sua foto na Galeria de Diretores da ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva (ao centro) e Ministros do TST presentes à cerimônia de descerramento da foto



Ministro Renato de Lacerda Paiva recebe quadro comemorativo de sua gestão à frente da ENAMAT

## LANÇAMENTO DE LIVRO – JURISTA ALEMÃO ROBERT ALEXY

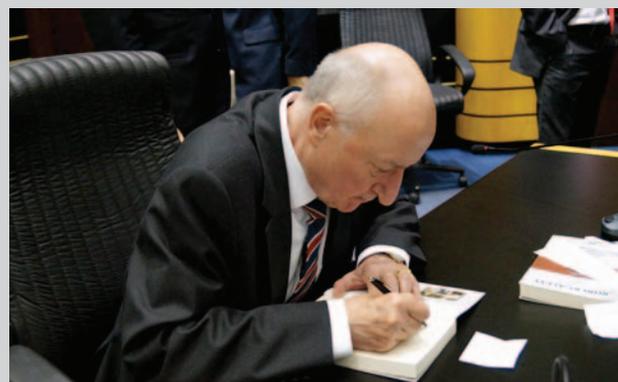
1.º de julho de 2016

O Professor Doutor Robert Alexy, eminente Jurista alemão, fez o lançamento de livro inédito após o encerramento da Conferência sobre Teoria dos Princípios, Proporcionalidade e Racionalidade, que proferiu por ocasião das comemorações dos 10 anos de instalação da ENAMAT, assim como dos 75 anos da Justiça do Trabalho e dos 70 anos do TST.

A obra intitulada *Dignidade Humana, Direitos Sociais e Não-Positivismo Inclusivo* foi editada em comemoração ao 70º aniversário do Jurista alemão e organizada por ele, junto com Narciso Leandro Xavier Baez e Rogério Luiz Nery da Silva.

Pretende-se com o livro “oferecer uma resposta mais específica sobre a aplicação do teste da proporcionalidade na solução de casos que se envolvem com direitos a prestações sociais” e alcançar “uma teoria cientificamente convincente e útil na solução de questões cotidianas que afetam direitos fundamentais”.

Na ocasião, Robert Alexy distribuiu autógrafos aos presentes.



Jurista Robert Alexy autografa livro durante o lançamento

## SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DOS 70 ANOS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

25 e 26 de agosto de 2016



O Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior de Justiça do Trabalho (CSJT) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (ENAMAT), realizaram Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho, nos dias 25 e 26 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro.

O seminário contou com o apoio da FGV Projetos, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), do Instituto Innovare, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) e da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

O objetivo foi a difusão de novos temas jurídicos e a discussão de políticas públicas, de modo a fortalecer os canais de comunicação entre o Poder Judiciário e a sociedade brasileira.

O Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do Tribunal Superior do Trabalho foi coordenado pelo Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e teve a participação, como palestrantes, de Ministros do TST, Desembargadores do Trabalho, Juízes do Trabalho, Professores, dirigentes e especialistas.



Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho (RJ)  
Fotógrafo: Aldo Dias

Estiveram presentes ao encontro membros do setor público, da academia, do meio jurídico, da sociedade civil e de segmentos empresariais para discutir temas relacionados ao mundo contemporâneo e empresarial.

O Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, procedeu à abertura do seminário e proferiu palestra em que focalizou o tema *Os 75 anos da Justiça do Trabalho, 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho e 125 da Encíclica Rerum Novarum*.

Distribuído em dois blocos de atividades, que trataram dos temas *A Aplicabilidade dos Métodos Consensuais de Composição de Conflitos ao Processo do Trabalho e dos Riscos e Desafios ao Direito do Trabalho Contemporâneo*, o evento desenvolveu-se com sete painéis, além de duas conferências proferidas por Ministros do Supremo Tribunal Federal.

No primeiro bloco, os debatedores trataram, em quatro painéis, sobre meios consensuais de

composição de conflitos, mediação e conciliação, arbitragem de dissídios individuais e coletivos e comissões de conciliação prévia. Foi realizada, também, uma conferência pelo Ministro Luís Roberto Barroso (STF) acerca da *Jurisprudência do STF em Matéria de Negociação Coletiva*.

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participou, como palestrante, do 3.º Painel – *Arbitragem de Dissídios Individuais e Coletivos Trabalhistas no Brasil: Perspectiva* –, do qual também eram integrantes o Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, a Ministra Maria Helena Mallmann e o Juiz Fábio Gomes, do TRT da 1.ª Região (RJ).

No segundo bloco, foram apresentados três painéis, nos quais os palestrantes examinaram questões relativas à indisponibilidade dos direitos trabalhistas, aos limites da autonomia negocial coletiva segundo a jurisprudência e à flexibilização de direitos trabalhistas.

O encerramento do Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho realizou-se com a conferência proferida pelo Ministro Gilmar Mendes, versando sobre o tema *A Jurisprudência do STF em Matérias Trabalhistas*.



Painel com participação da Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi (terceira da esquerda para a direita)  
Fotógrafo: Aldo Dias

## LANÇAMENTO DE LIVRO DE AUTORIA DO DESEMBARGADOR-OUIDOR DO TRT DA 24.ª REGIÃO

21 de outubro de 2016

A ENAMAT sediou o lançamento do livro de autoria do Desembargador-Ouvidor do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS), Amaury Rodrigues Pinto Junior, ocorrido no dia 21 de outubro, ao final do Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância, do qual ele foi participante.

Intitulado *A Quantificação do Dano – Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais*, o livro mostra que parte da doutrina e também a jurisprudência dos tribunais trabalhistas tendem a separar em compartimentos estanques as prestações concedidas pela Previdência Social e a responsabilidade civil do empregador.

Produto da tese de doutorado em Direito do Trabalho e da Previdência Social, concluído pelo autor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a obra busca uma abordagem sistêmica do tema e considera todas as variantes oferecidas pelo sistema de reparação de danos acidentários à luz do princípio da reparação integral, que norteia a responsabilidade civil.



Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Junior entrega livro de sua autoria à Diretora da ENAMAT

## SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DOS 70 ANOS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – SESSÃO BRASÍLIA

24 e 25 de novembro de 2016



O Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a ENAMAT promoveram, em parceria, nos dias 24 e 25 de novembro, a Sessão Brasília do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do Tribunal Superior do Trabalho, transcorrida no Plenário Ministro Arnaldo Süssekind, na sede do TST. O evento foi coordenado pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, e

pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT.

A abertura do evento foi realizada em solenidade que contou com a presença do Presidente da República, Michel Temer, agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grão-Colar. Além dos Presidentes da República e do TST, compuseram a Mesa de Honra as seguintes autoridades: o Ministro Marco Aurélio Mello, do STF; os Ministros do TST Emmanoel Pereira, Vice-Presidente, Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT; os Ministros de Estado da Justiça e do Trabalho, Alexandre de Moraes e Ronaldo Nogueira, respectivamente; e o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury.

Na sessão solene, houve o pronunciamento do Presidente da República e do Presidente de TST e do CSJT, o lançamento do selo comemorativo, a entrega da medalha comemorativa dos 70 anos do TST aos seus ex-Presidentes e o lançamento de dois livros institucionais.

O Ministro Marco Aurélio Mello, do STF, proferiu conferência na abertura do Seminário comemorativo, sobre o tema Os 75 Anos da Justiça do Trabalho: Conquistas e Mudanças.

No dia 25, o Seminário teve em sua programação duas conferências e quatro painéis, que



Professor Jorge Amaury Maia Nunes; Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; Pedro Romano Martinez, jurista português; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT; Professora Doutora Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, advogada; e Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região

suscitaram debates e reflexões sobre os caminhos trilhados pelo Direito do Trabalho e, ainda, sobre a organização sindical do Brasil e as perspectivas para o futuro.

Em conferência realizada nesse dia, o jurista português Pedro Romano Martinez, Professor Doutor da Universidade de Lisboa, tratou da Crise Econômica e Reforma Trabalhista na Europa e apontou a negociação entre patrões e empregados como caminho para a superação de momentos econômicos difíceis.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT

O primeiro painel, sob a coordenação do Ministro João Batista Brito Pereira, do TST, teve como tema de estudo Os 73 Anos da CLT e sua Modernização. Participaram como palestrantes o Ministro Douglas Alencar Rodrigues, do TST e Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT) e o Juiz Titular Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, da 32ª Vara do Trabalho do TRT da 5.ª Região.

No segundo painel foi tratado o tema Os 70 Anos do TST: Evolução e Jurisprudência. Coordenado pelo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do TST (aposentado), foram palestrantes o Ministro Vantuil Abdala, do TST (aposentado), e o Ministro Rider Nogueira de Brito, do TST (aposentado).

O terceiro painel focalizou a questão sindical no Brasil, enfatizando o tema Reforma Sindical e Meios de Financiamento das Entidades Sindicais. Atuou como Coordenador o Ministro Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, Diretor-Adjunto Jurídico da União Geral de Trabalhadores (UGT), e participaram como

palestrantes o Ministro Almir Pazzianotto Pinto, do TST (aposentado), e o Juiz Antonio Umberto de Souza Júnior, do TRT da 10.ª Região, professor da Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasiliense de Direito Público (EDB/IDP).

O Novo CPC e seus Impactos no Processo do Trabalho constituiu o tema de debate do quarto painel, sob a coordenação do Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, do TST. Participaram da mesa de trabalho a Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15.ª Região, e o Professor Doutor Jorge Amaury Maia Nunes, da Universidade de Brasília.

O Ministro Teori Zavascki, do STF, proferiu a conferência de encerramento do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do TST – Sessão Brasília, abordando o tema Princípios Constitucionais do Processo, na qual destacou o papel da Justiça do Trabalho como o braço executivo da conquista dos trabalhadores e



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi entrega ao jurista português Pedro Romano Martinez o livro comemorativo dos 70 anos do TST

da organização do trabalho de modo geral e ressaltou a importância da ponderação adequada dos grandes princípios processuais, como também o papel do juiz de criar uma regra harmonizadora de princípios colidentes em situações concretas.

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho, pronunciou-se no final, realizando uma síntese das atividades desenvolvidas, que, segundo ele, resultou em pluralismo de visões e excelência de palestras, com contribuições substanciais às reflexões próprias do evento comemorativo.



Ministro Teori Zavascki, do STF, Conferencista, e Ministra Rosa Maria Weber, do STF, Presidente da Mesa de Conferência



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e equipe de servidores que atuaram na organização do evento



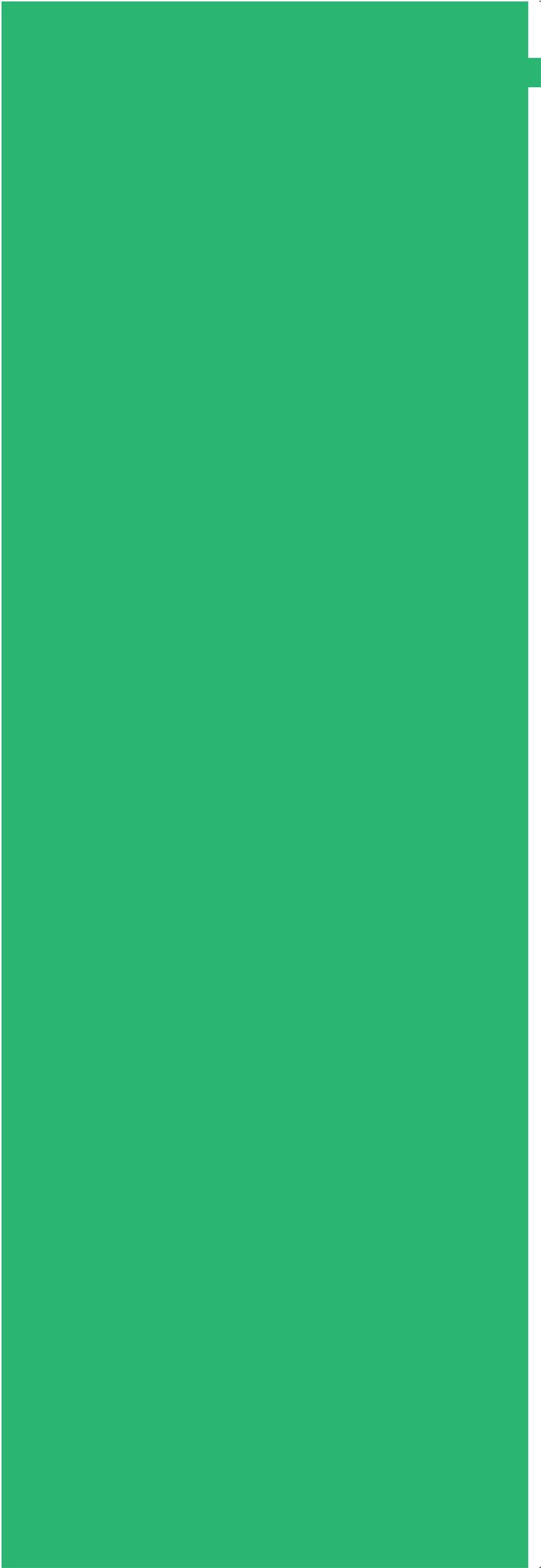
Participantes do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do TST – Sessão Brasília

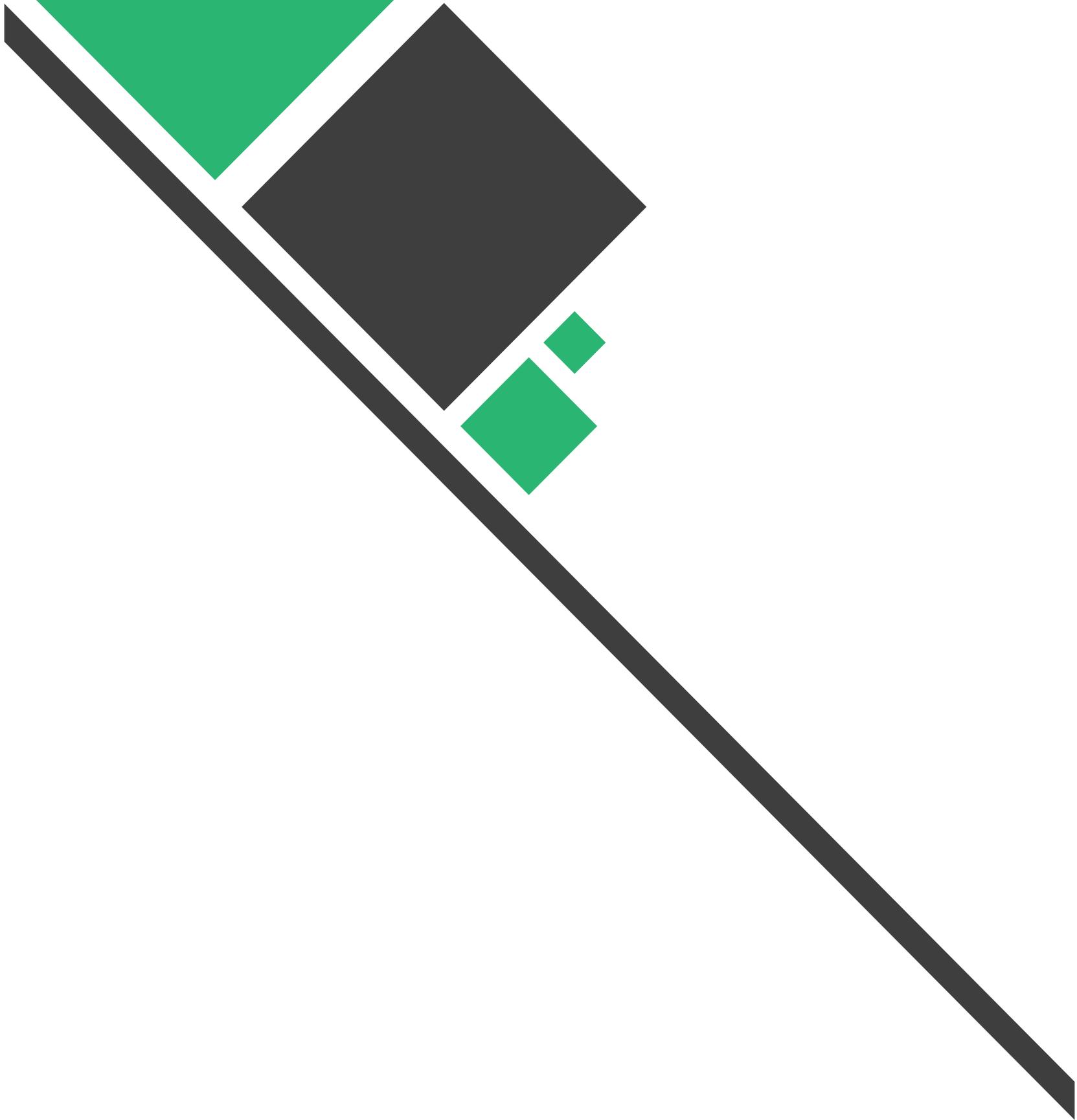


Encerramento do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do TST – Sessão Brasília



Autoridades participam do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e dos 70 Anos do TST – Sessão Brasília





## ATIVIDADES

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

A área de Comunicação Social da ENAMAT é composta por equipe de jornalistas, publicitários, editor e operador de DTV e cinegrafista.

Em 2016, a área realizou a cobertura jornalística dos cursos de formação inicial, continuada e de formadores oferecidos pela ENAMAT e de todos os eventos que aconteceram com a iniciativa e/ou participação da Escola, além da cobertura para o respectivo sítio eletrônico da posse dos novos Diretores, das reuniões do Conselho Consultivo, de visitas recebidas e outros eventos.

Foram publicadas no sítio da ENAMAT, até a data de 31/12/2016, 144 matérias jornalísticas, todas elas postadas também no Facebook e no Twitter da Escola Nacional.

No estúdio de TV da ENAMAT foram realizadas entrevistas em vídeo com os principais convidados, professores e ministros que participaram de suas atividades e eventos durante todo o ano. As entrevistas foram publicadas no sítio eletrônico institucional e no Youtube.

No mês de novembro, realizou-se entrevista, utilizando tradução simultânea, com os magistrados franceses Audrey Boitaud-Derieux e Xavier Martinen da Escola Nacional da Magistratura Francesa – ENM/FR, instrutores do 4º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM – França/ENAMAT.

A área de Comunicação elaborou, ainda, o vídeo institucional da Escola, visando à divulgação de suas atividades, missão e valores.

Na área de comunicação audiovisual, foram realizadas as seguintes atividades: operação técnica do estúdio audiovisual e transmissão em vídeo do Laboratório Judicial (simulador de audiência) para o auditório da ENAMAT, durante os cursos de formação executados; registro cinematográfico e de fotografia de todos os eventos realizados pela ENAMAT; produção de vídeos no formato de entrevista para o sítio eletrônico institucional; e atuação técnica na fiscalização de aquisições de material de vídeo e áudio para a ENAMAT.

Na área publicitária, foi desenvolvida a identidade visual de oito cursos presenciais, sendo eles: dois Cursos de Formação Continuada (CFC), quatro Cursos de

Formação de Formadores (CFF) e dois Cursos de Formação Inicial (CFI). Tais projetos envolveram a criação de crachás para alunos, banners de localização e faixa de identificação do curso para o auditório.

Para a Educação à Distância da ENAMAT, foi criado o novo layout de cursos da plataforma Moodle, além de recursos gráficos para a identificação de cada curso oferecido.

A área foi também responsável pela criação de peças publicitárias para os eventos realizados pela ENAMAT, tais como a Conferência proferida pelo Jurista alemão Robert Alexy, reuniões do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho (SIFMT) e o Seminário Comemorativo de 10 anos da ENAMAT.

Em relação à comemoração da primeira década da Escola, foram desenvolvidos os seguintes produtos: Galeria temporal da ENAMAT, selo e carimbo comemorativos em parceria com os Correios, troféu de honra aos servidores e ministros que compuseram a direção da ENAMAT e vinheta “Enamat é 10”.

A área de publicidade criou, ainda, materiais de papelaria, tais como crachá de serviço para uso de servidores/colaboradores em eventos e placas de identificação das instalações físicas.

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No ano de 2016, o canal da ENAMAT no YouTube ([www.youtube.com/enamat](http://www.youtube.com/enamat)) apresentou um crescimento expressivo no número de usuários inscritos. Em 2015 eram 900 inscritos e 2016 concluiu com mais de 2.100 usuários cadastrados, que

acompanham os conteúdos disponibilizados pela Escola Nacional.

Devido às restrições orçamentárias governamentais, que alcançaram a Justiça do Trabalho em 2016, duas reuniões do Conselho Consultivo da ENAMAT foram realizadas por videoconferência, com o objetivo de diminuição dos gastos com diárias e passagens.

Em 2016, a ENAMAT comemorou os 10 anos de sua instalação e, como parte dos eventos comemorativos, o sítio eletrônico da ENAMAT apresentou uma nova interface gráfica. Essa alteração buscou dar aspecto mais organizado ao sítio, com aparência mais simples. Encontra-se em programação na ENAMAT nova atualização para 2017, que modificará inteiramente a experiência de navegação para os usuários, com mais conteúdo em vídeo e maior facilidade de acesso aos conteúdos.

O Sistema Integrado de Formação de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (SIFMT) começou, em 2016, a trabalhar na disponibilização de um sistema de gestão administrativa para as Escolas Judiciais. Equipe técnica da ENAMAT buscou conhecer, in loco, o sistema desenvolvido no Tribunal Regional do Trabalho da 24.<sup>a</sup> Região e criou um grupo de trabalho para avaliá-lo e definir sua aderência às necessidades das Escolas. O grupo de trabalho realizou reunião com representantes das 24 Escolas Judiciais e definiu que o sistema da 24.<sup>a</sup> Região seria disponibilizado a todas elas como um módulo do sistema SIGEP – Sistema de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho, em desenvolvimento atualmente pelos Tribunais Regionais, sob a supervisão do Conselho

Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, além de levantar os pontos de melhoria que precisam ser ajustados no sistema.

Atualmente, um novo grupo de trabalho foi designado para acompanhar o processo de integração do sistema da 24.<sup>a</sup> Região ao SIGEP, como também para definir e priorizar os requisitos de novas funcionalidades e eventuais alterações necessárias, que deverão ser efetivadas sob a gestão da equipe de desenvolvimento da Secretaria de Informática do TRT da 24.<sup>a</sup> Região.

## ORÇAMENTO

A ENAMAT, com o apoio da Administração do Tribunal Superior do Trabalho, obteve, em 2011, ação orçamentária própria, intitulada “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”.

A disponibilização de dotação orçamentária tornou-se essencial para possibilitar à Escola Nacional realizar a efetiva coordenação no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, com melhoria no planejamento de suas ações e no auxílio às Escolas Judiciais.

O orçamento próprio da Escola Nacional propiciou, portanto, a partir de sua implantação, o avanço das ações de formação inicial, continuada e de formadores. Houve, ainda, sensível aprimoramento da estrutura física e dos recursos tecnológicos da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Em 2016, a aprovação do Orçamento Geral da União pela Lei n.º 13.255/2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o

exercício financeiro, resultou em significativos cortes nos valores orçamentários atribuídos a esta Escola Nacional.

Foi destinado, em 2016, à ENAMAT o valor total R\$ 5.043.586,00 para a execução de suas ações, sendo R\$ 4.943.586,00 referentes às despesas correntes e R\$ 100.000,00 relativos às despesas de capital.

Nesse contexto, a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, de forma a auxiliar a formação e o aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho, concedeu crédito suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00, reforçando a dotação orçamentária desta Escola Nacional.

Os recursos aplicados possibilitaram à ENAMAT a execução de atividades em todas as áreas formativas, ou seja, Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

No âmbito da Formação Inicial, a ENAMAT investiu no pagamento de diárias, passagens aéreas e instrutoria para 2 edições do Curso de Formação Inicial, totalizando 107 Alunos-Juizes provenientes de 13 Tribunais Regionais do Trabalho.

No que se refere à Formação Continuada, à Formação de Formadores – incluídos nesta os Encontros Técnicos de Servidores de Escolas Judiciais – e a outros eventos de formação, a dotação orçamentária da Escola Nacional fomentou a realização de 5 cursos presenciais, 3 cursos semipresenciais, 9 à distância e 1 Conferência e 1 Seminário, ambos presenciais, que contaram com a participação de 1.074 magistrados e 683 servidores da Justiça do Trabalho.

Assim sendo, a ENAMAT promoveu, em 2016, no total geral, a formação de 1.181 magistrados e 683 servidores, perfazendo o total de 1.864 profissionais atendidos.

A meta física estabelecida no orçamento destinado à ENAMAT no exercício de 2016 previu a formação de 1.600 magistrados. O atendimento a 1.181 magistrados demonstra a efetividade da execução orçamentária, tendo em vista que, não obstante o corte orçamentário de 55%, atingiu-se 73% da meta prevista. Ressalta-se que a ENAMAT ofereceu neste ano maior número de vagas em eventos de formação a servidores da Justiça do Trabalho, conforme dado acima mencionado.

As receitas de capital da ENAMAT para o exercício de 2016 foram reduzidas em 92%, o que impossibilitou significativo investimento na melhoria da estrutura física e de material da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

A gestão do orçamento da ENAMAT viabilizou, ainda, a execução de seu papel de coordenação nacional das atividades de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados no âmbito do sistema composto pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

A ENAMAT, por meio de provisões orçamentárias, custeou a realização de atividades formativas pelas Escolas Judiciais, que promoveram a capacitação de centenas de Magistrados Trabalhistas em todo o País.

Importa destacar que, em face da significativa restrição de orçamento no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, o apoio financeiro desta Escola Nacional tornou-se preponderante no cumprimento de atividades fundamentais para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados do trabalho.

### Tabela-Resumo da Execução Orçamentária

Demonstra-se, abaixo, o panorama da execução orçamentária da ENAMAT no exercício de 2016:

AÇÃO 02.128.0571.20G2.0001 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS					
Especificação	Dotação Orçamentária*	Despesas Empenhadas	Descentralizações	Total Executado	Percentual de Execução
Despesas Correntes	4.844.586,00	3.184.728,11	1.539.216,63	4.723.944,74	98%
Despesas de Capital	41.841,00	35.040,85	0,00	35.040,85	84%
<b>TOTAL</b>	<b>4.886.427,00</b>	<b>3.219.768,96</b>	<b>1.539.216,63</b>	<b>4.758.985,59</b>	<b>97%</b>

\* Dotação orçamentária após créditos realizados.

## CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL

### 20.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Tabela 1 – Número de Alunos-Juizes participantes do 20.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2016

Tribunal	Total de Magistrados Inscritos
1ª Região - RJ	14
2ª Região - SP	
3ª Região - MG	
4ª Região - RS	
5ª Região - BA	
6ª Região - PE	11
7ª Região - CE	
8ª Região - PA/AP	9
9ª Região - PR	
10ª Região - DF/TO	
11ª Região - AM/RR	
12ª Região - SC	
13ª Região - PB	
14ª Região - AC/RO	3
15ª Região - Campinas-SP	
16ª Região - MA	
17ª Região - ES	
18ª Região - GO	1
19ª Região - AL	
20ª Região - SE	
21ª Região - RN	
22ª Região - PI	
23ª Região - MT	1
24ª Região - MS	
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>

Gráfico 1 – Alunos-Juízes participantes do 20.º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT

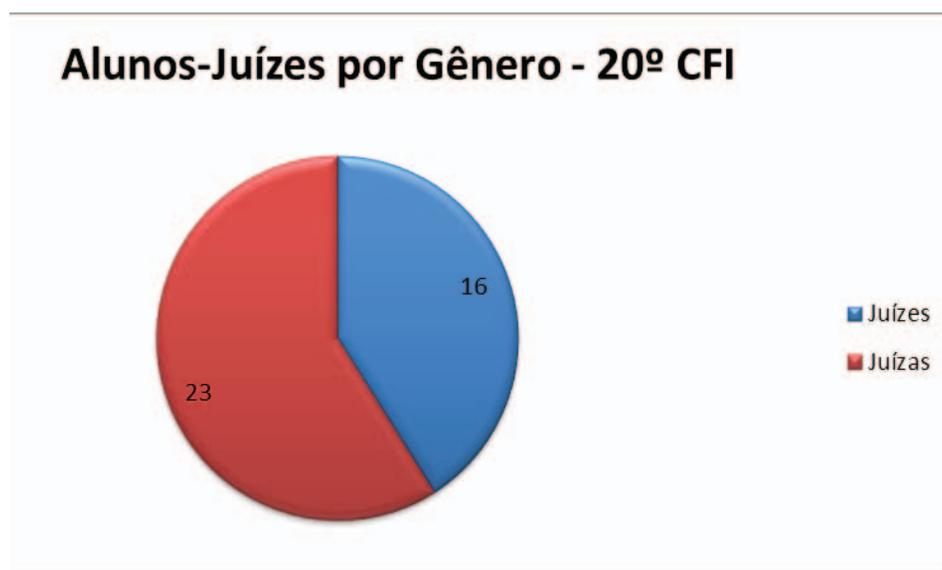


Gráfico 2 – Alunos-Juízes participantes do 20.º Curso de Formação Inicial, por Gênero/Idade – ENAMAT

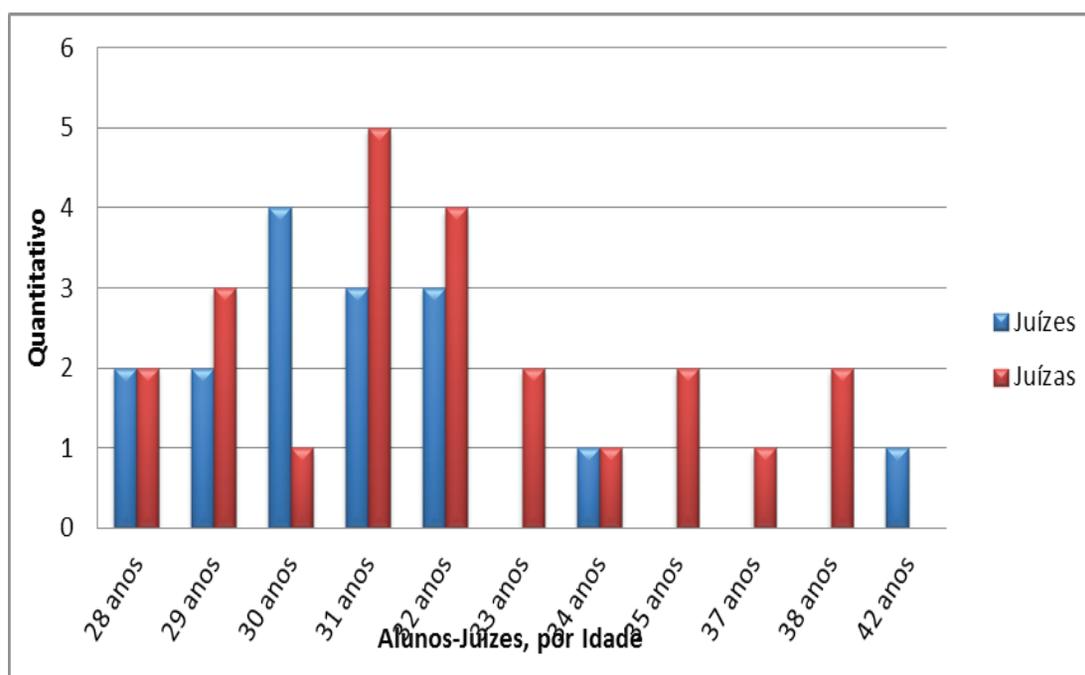
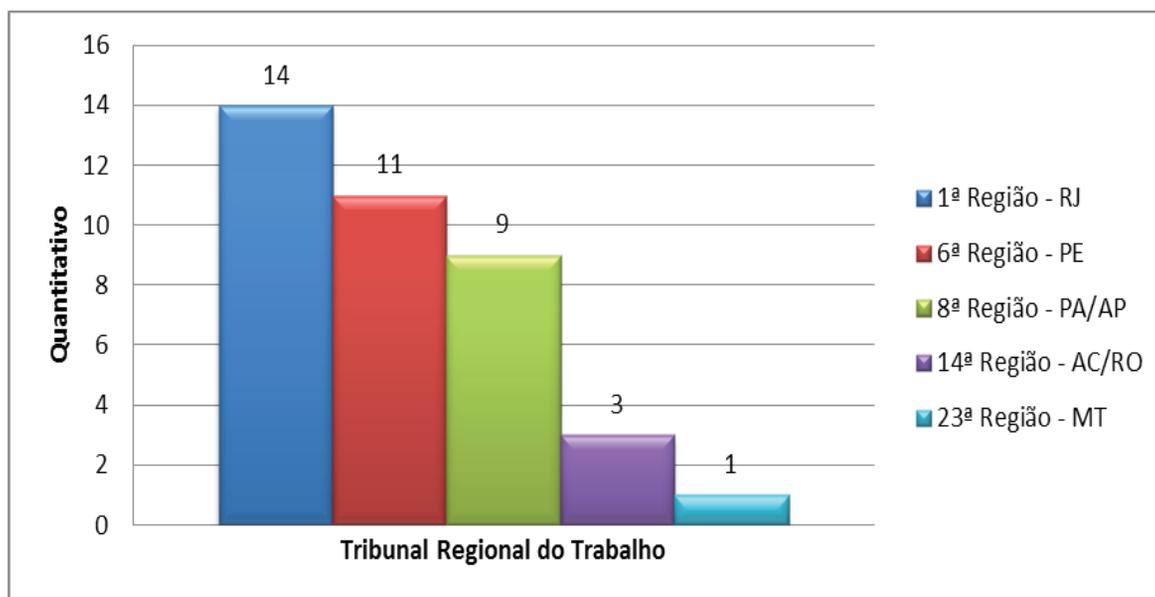


Gráfico 3 – Alunos-Juizes participantes do 20.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT



**21.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL**

Tabela 2 – Número de Alunos-Juizes participantes do 21.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2016

<b>Tribunal</b>	<b>Total de Magistrados Inscritos</b>
1ª Região - RJ	13
2ª Região - SP	12
3ª Região - MG	
4ª Região - RS	
5ª Região - BA	
6ª Região - PE	2
7ª Região - CE	
8ª Região - PA/AP	1
9ª Região - PR	
10ª Região - DF/TO	
11ª Região - AM/RR	2
12ª Região - SC	
13ª Região - PB	
14ª Região - AC/RO	1
15ª Região - Campinas-SP	18
16ª Região - MA	5
17ª Região - ES	
18ª Região - GO	1
19ª Região - AL	1
20ª Região - SE	
21ª Região - RN	2
22ª Região - PI	
23ª Região - MT	9
24ª Região - MS	1
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>

Gráfico 4 – Alunos-Juízes participantes do 21.º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT

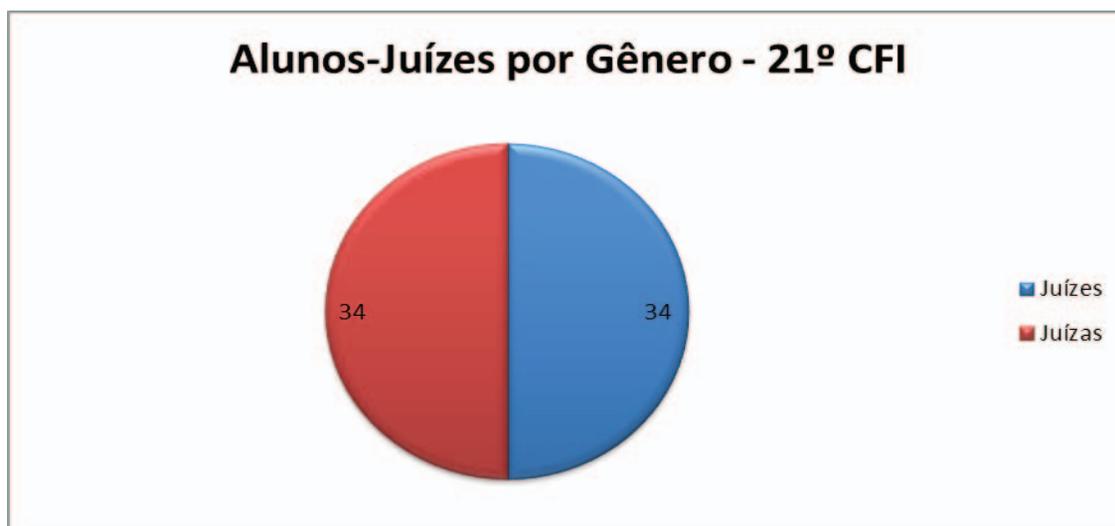


Gráfico 5 – Alunos-Juízes participantes do 21.º Curso de Formação Inicial, por Gênero/Idade – ENAMAT

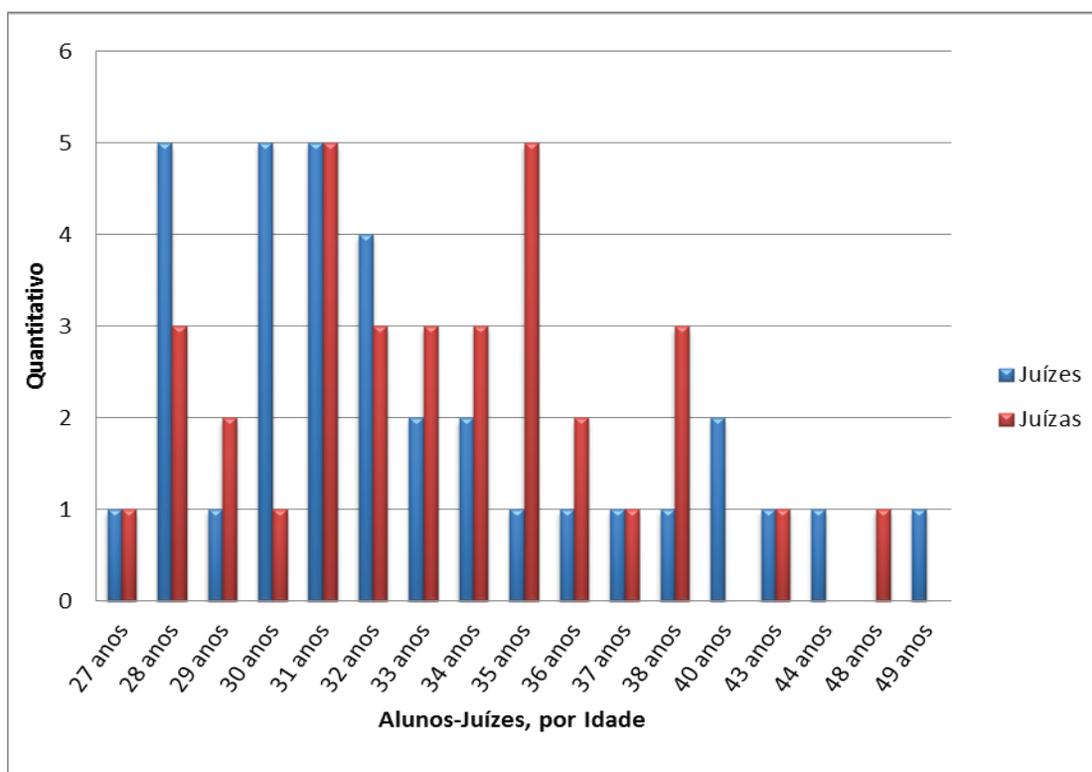
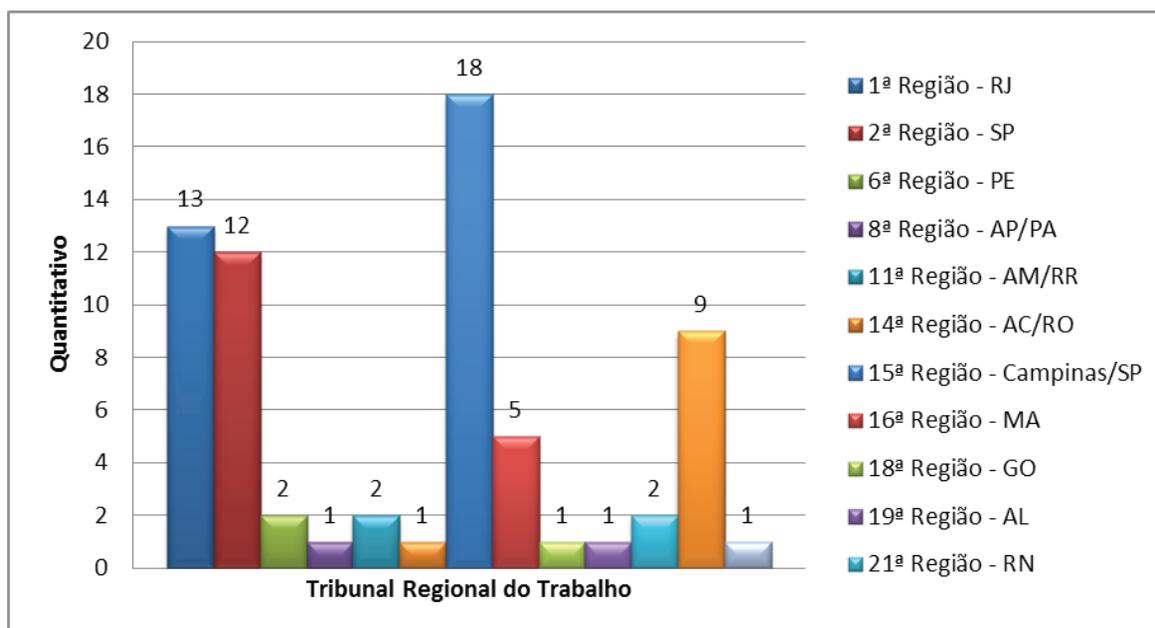


Gráfico 6 – Alunos-Juizes participantes do 21.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT



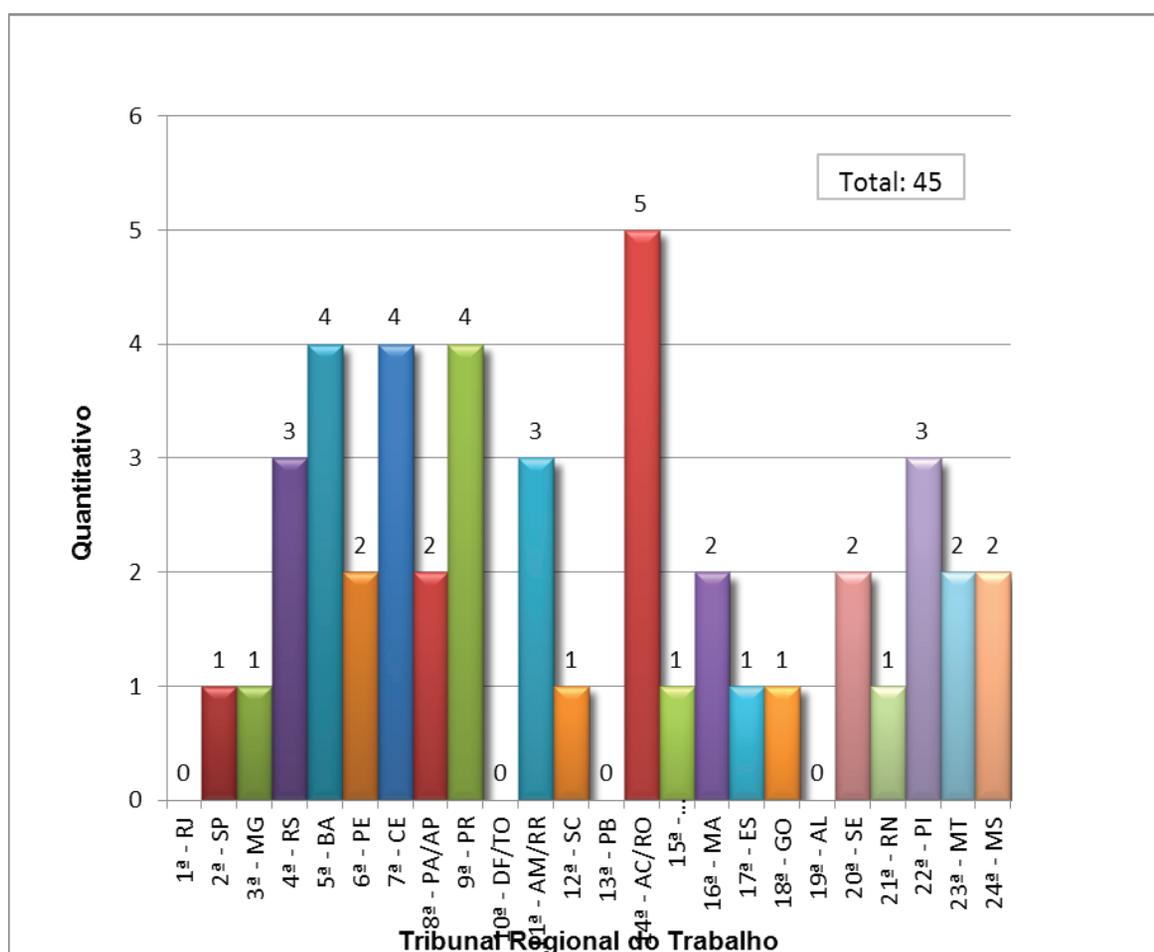
## CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

### MODALIDADE PRESENCIAL

#### 7.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho

10 a 13 de maio de 2016

Gráfico 7 – Magistrados inscritos no 7.º Curso de Formação Continuada sobre Administração Judiciária de TRT, por Região - ENAMAT

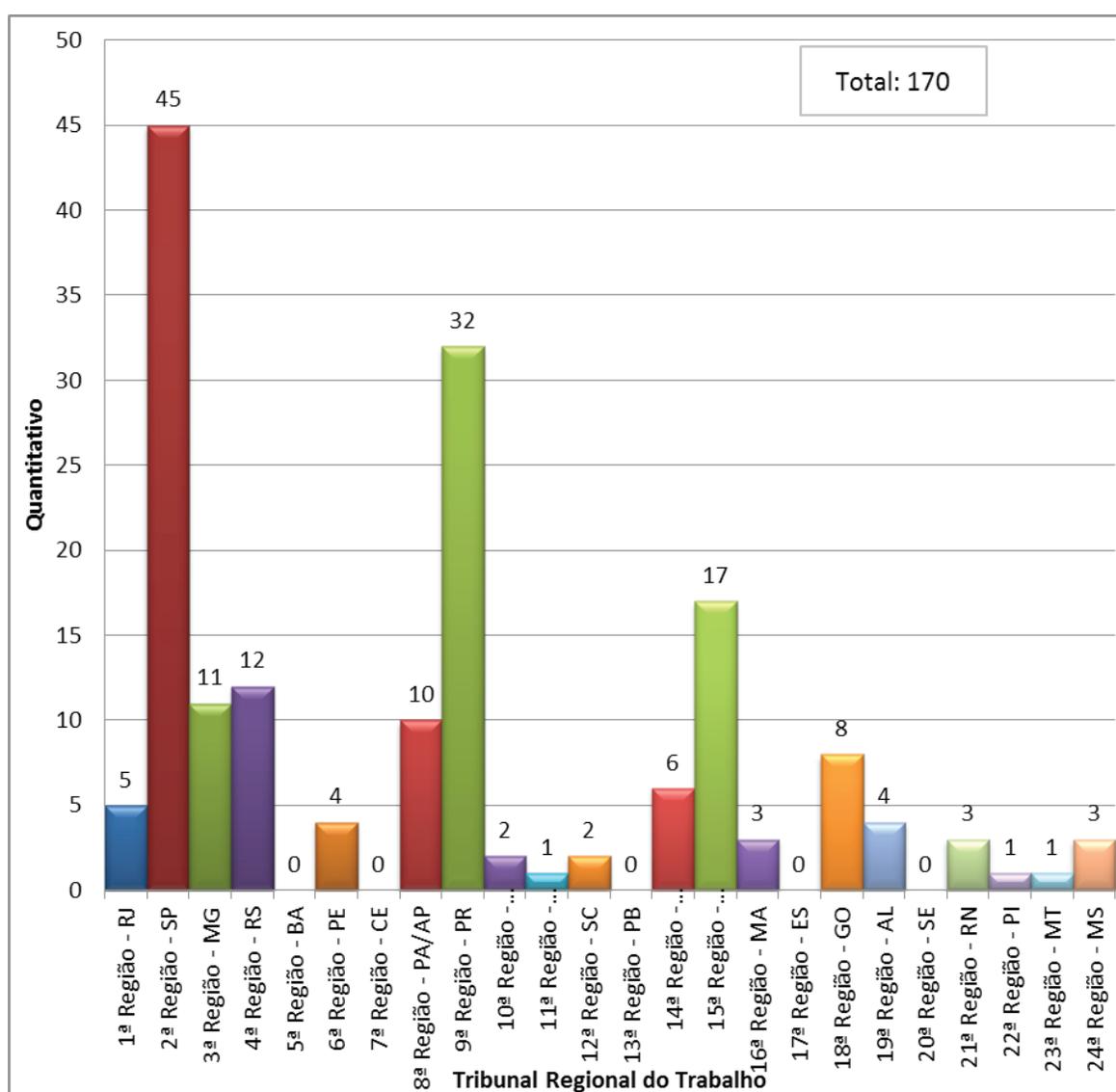


## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

### Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais

7 de abril a 29 de maio de 2016

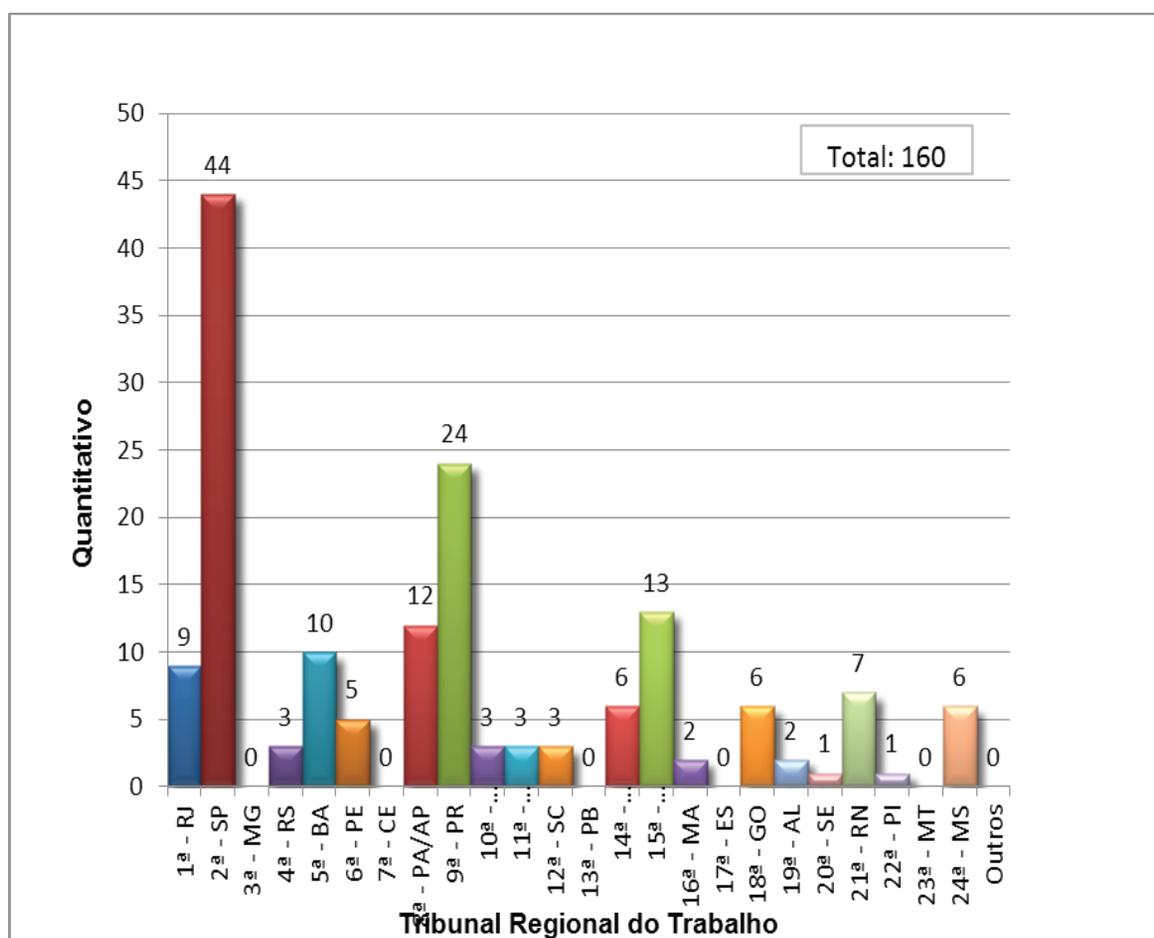
Gráfico 8 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista

20 de abril 5 de junho de 2016

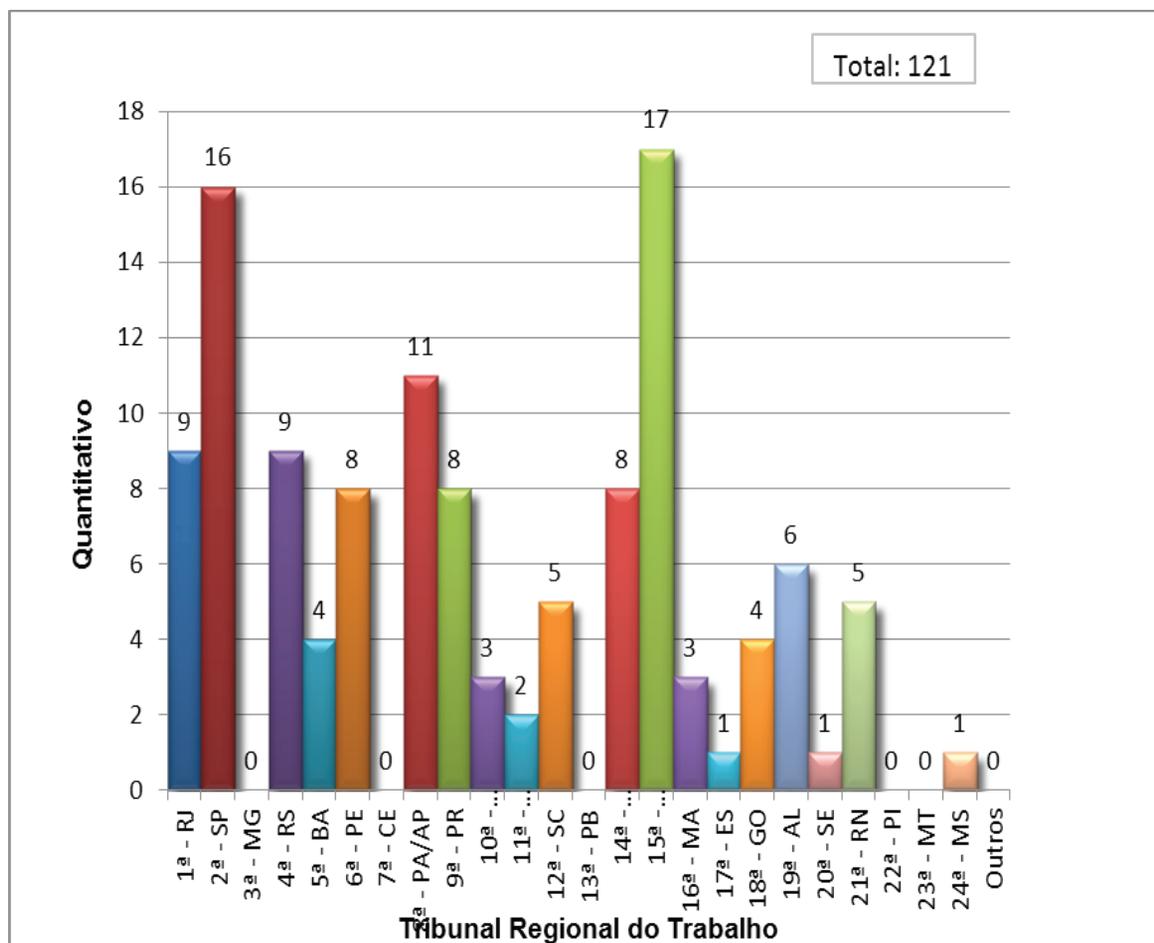
Gráfico 9 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho

25 de maio a 3 de julho de 2016

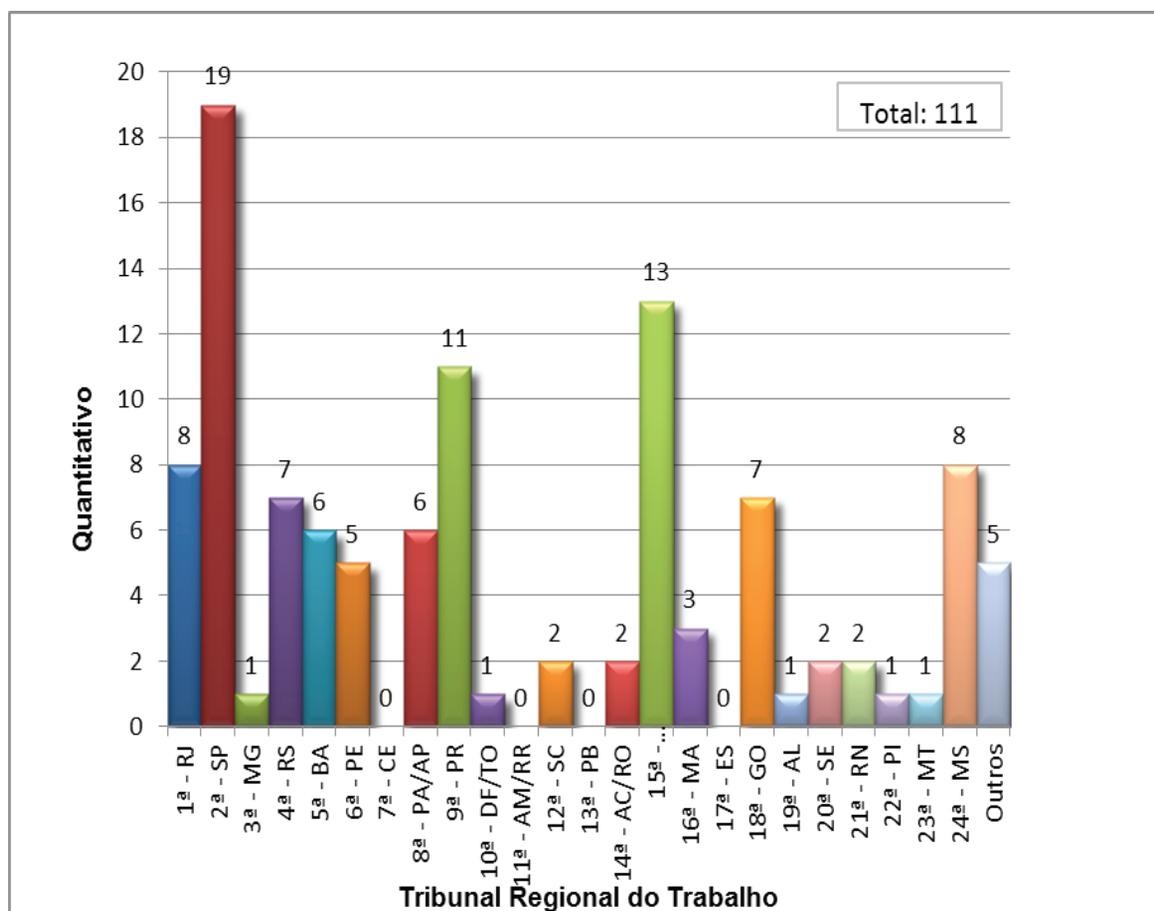
Gráfico 10 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia

18 de agosto a 25 de setembro de 2016

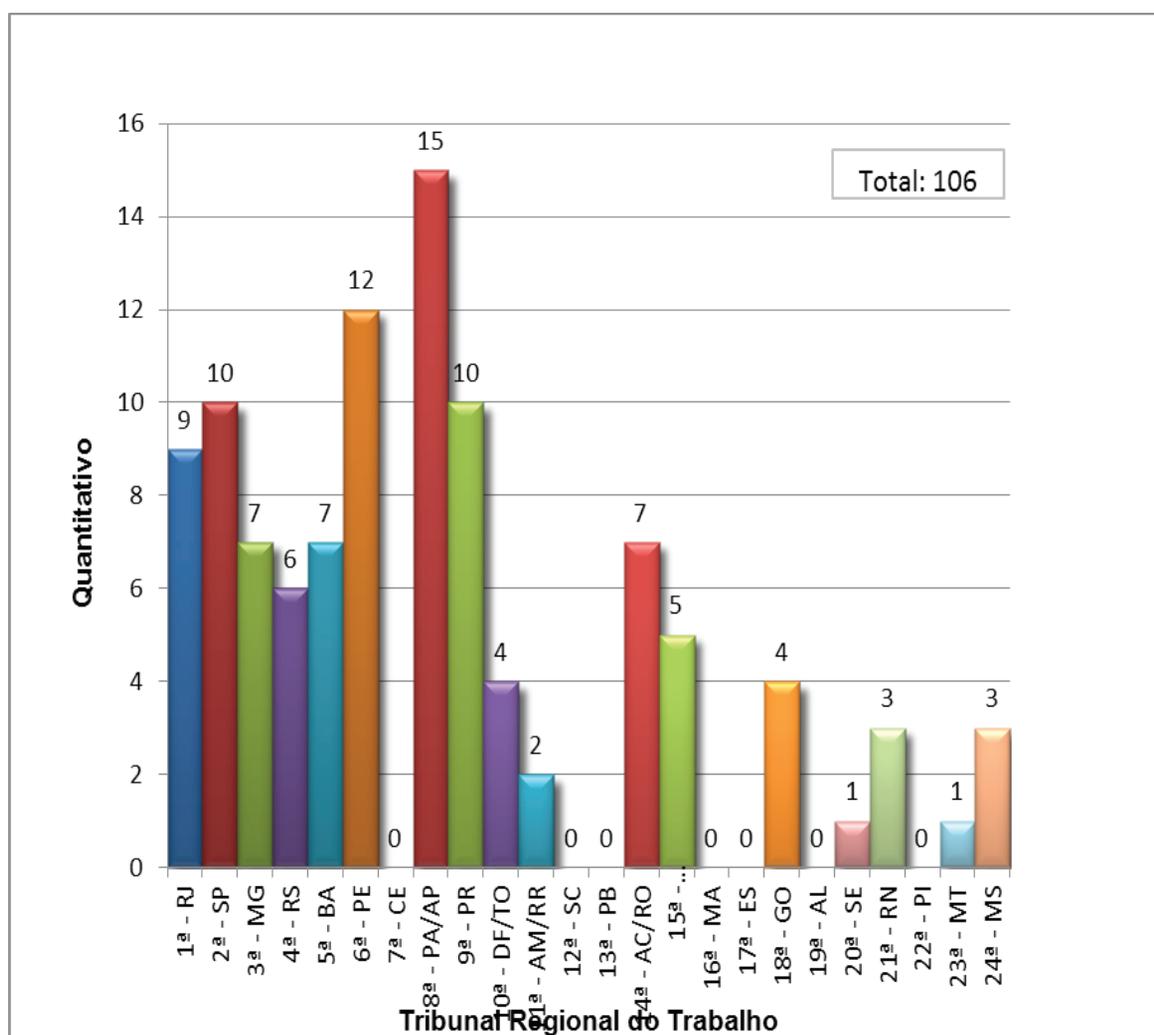
Gráfico 11 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório

8 de setembro a 30 de outubro de 2016

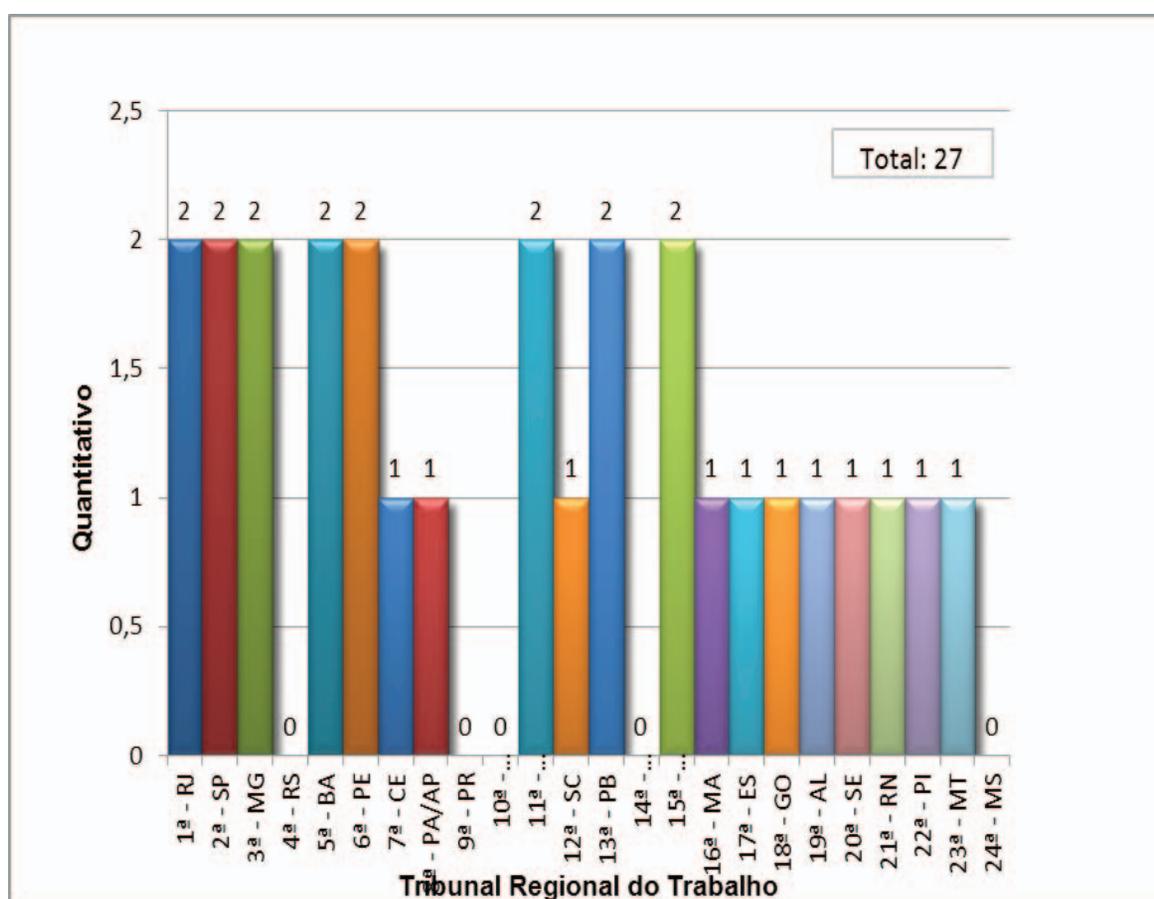
Gráfico 12 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre os Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho

29 de setembro a 9 de novembro de 2016

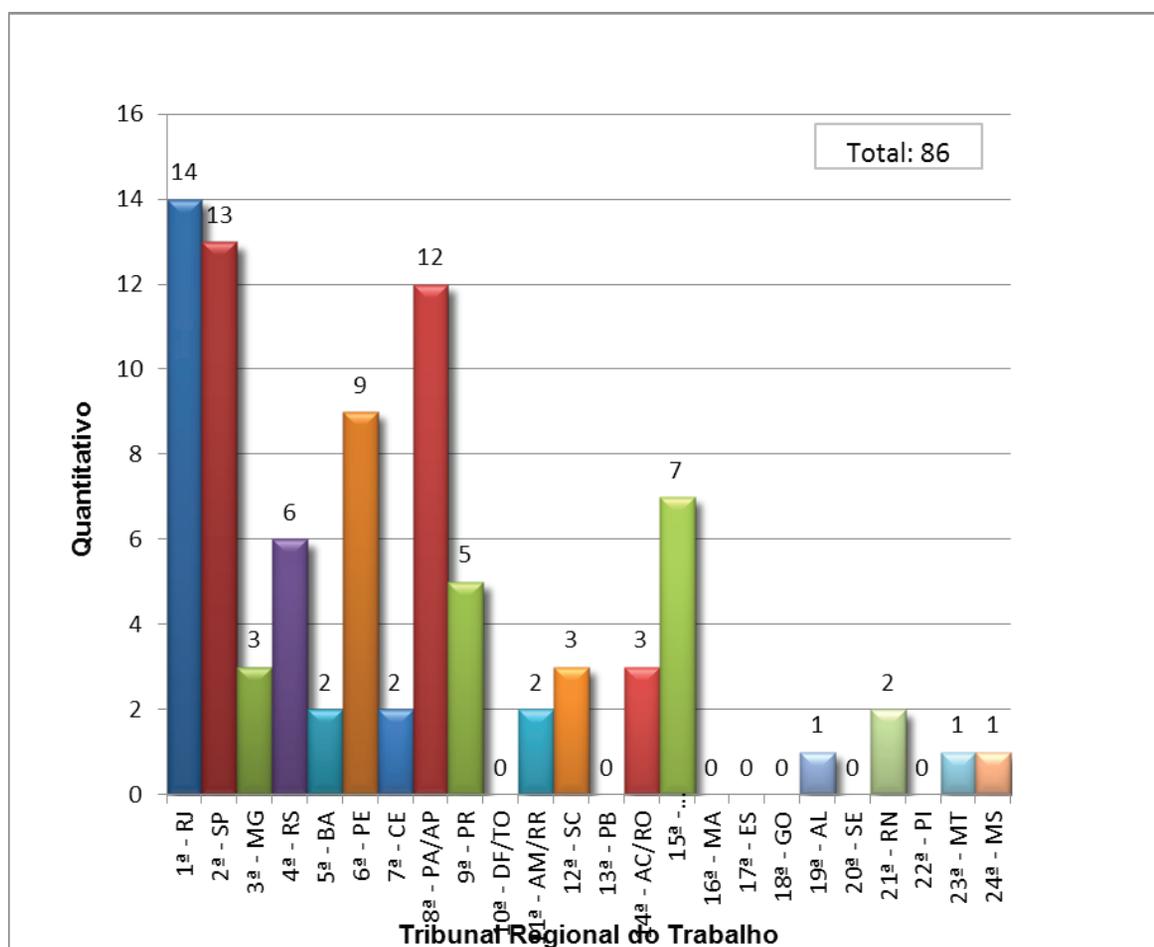
Gráfico 13 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Os Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre Administração de Vara do Trabalho

20 de outubro a 11 de dezembro de 2016

Gráfico 14 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Administração de Vara do Trabalho, por Região – ENAMAT



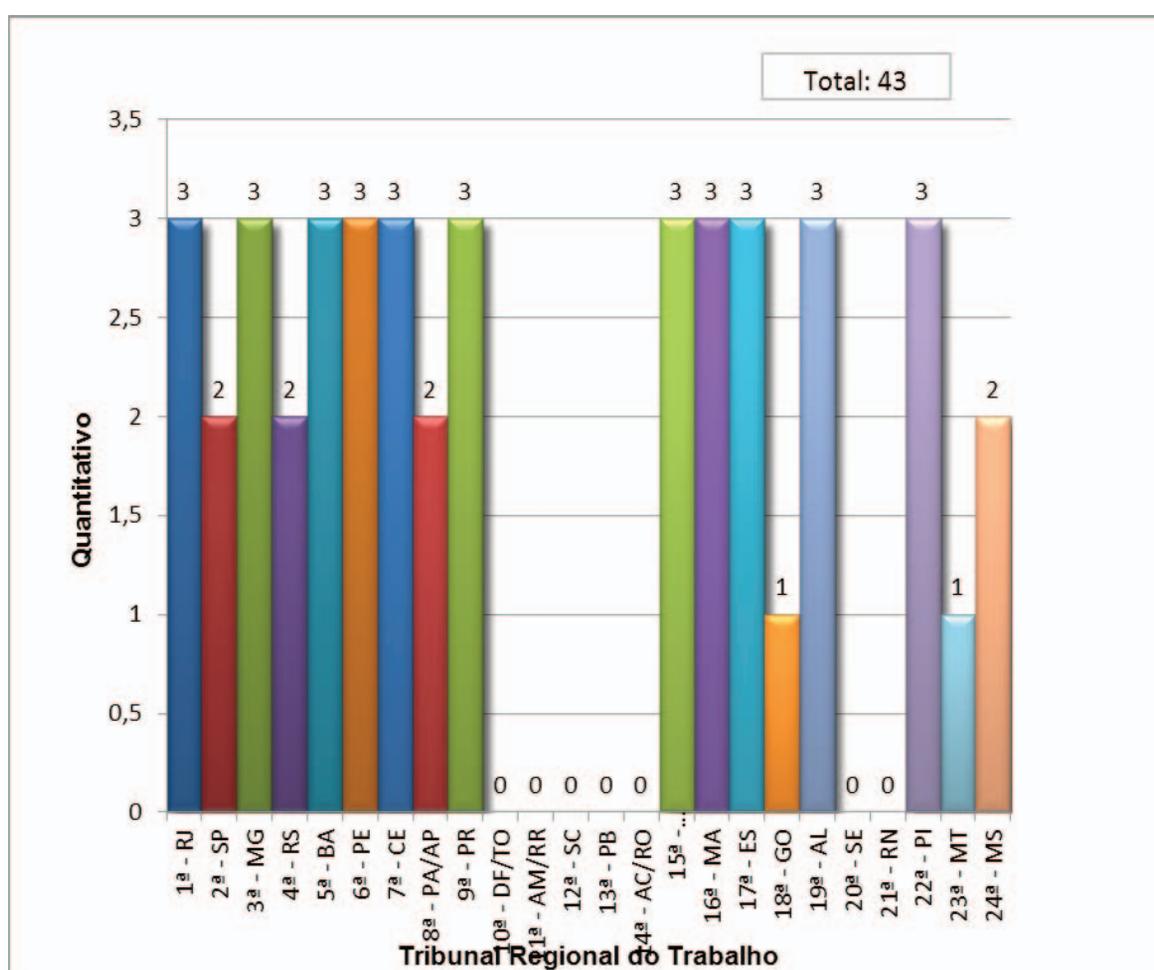
## CURSOS DE FORMAÇÃO DE FORMADORES

### MODALIDADE PRESENCIAL

#### Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância – Perspectivas e Desafios

20 e 21 de outubro de 2016

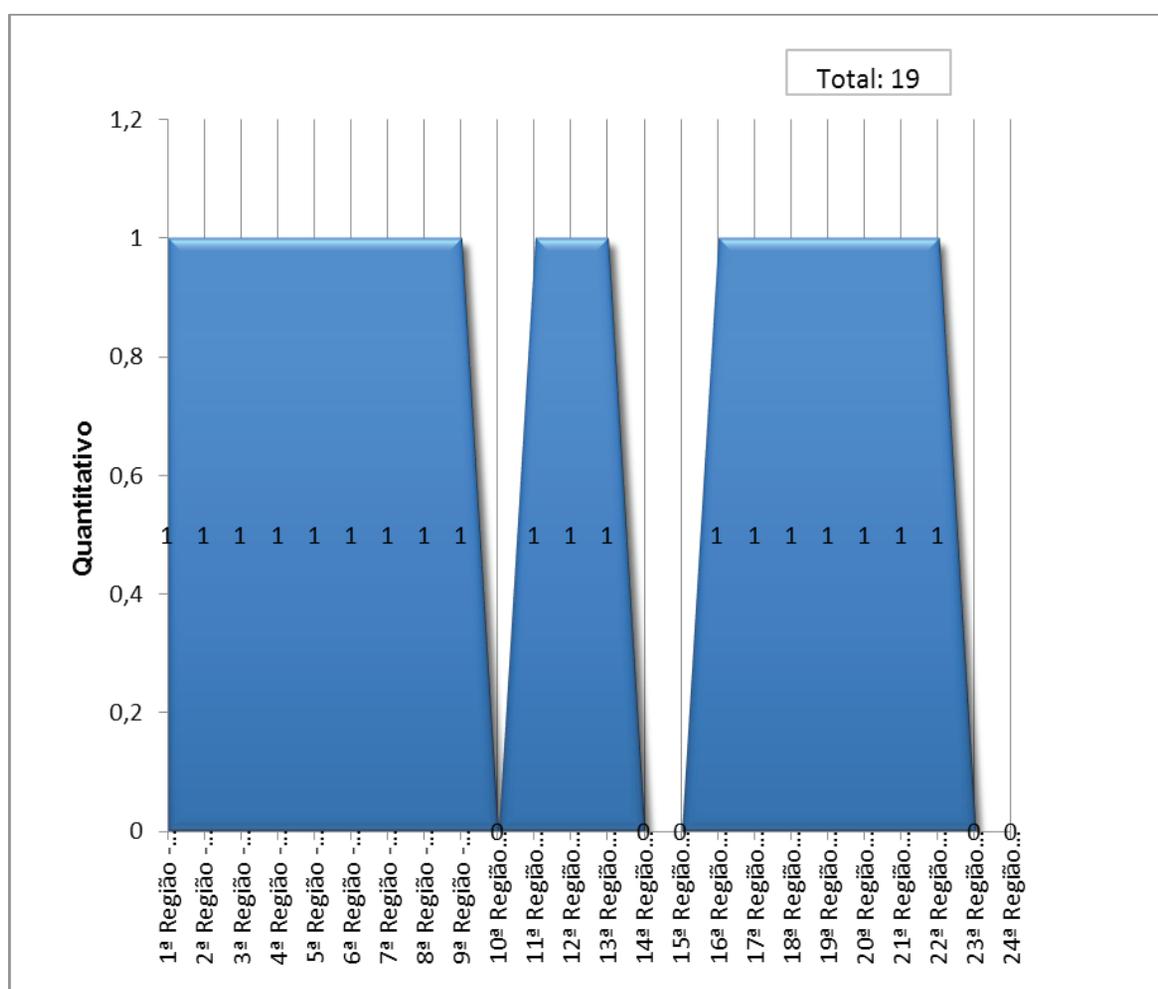
Gráfico 15 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Educação à Distância – Perspectivas e Desafios, por Região – ENAMAT



## 4.º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores – ENM-França/ENAMAT

21 a 25 de novembro de 2016

Gráfico 16 – Magistrados inscritos no Curso Interinstitucional de Formação de Formadores – ENM-França/ENAMAT, por Região – ENAMAT

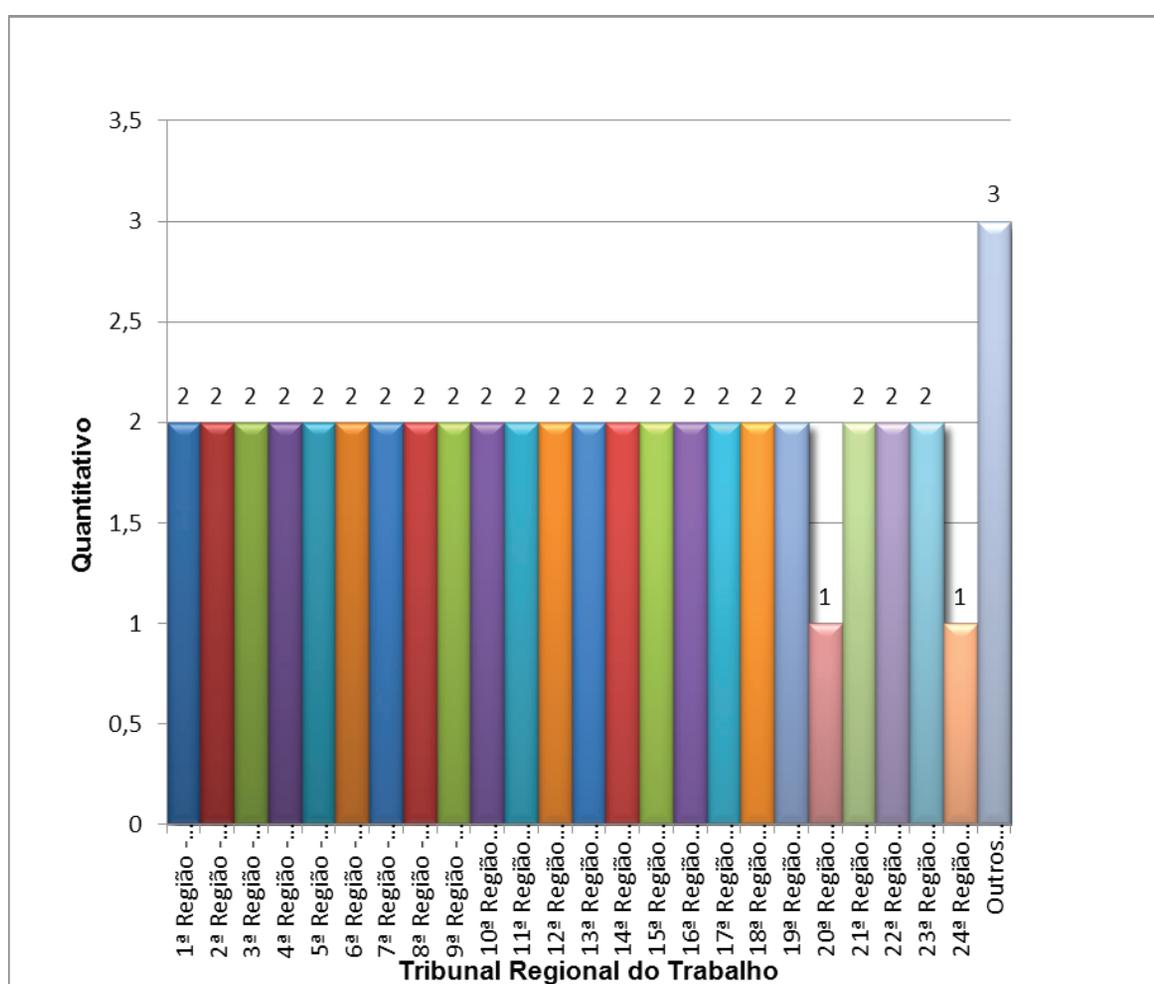


## MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

### Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais – Módulo Gestão Acadêmica II

5 e 6 de maio de 2016

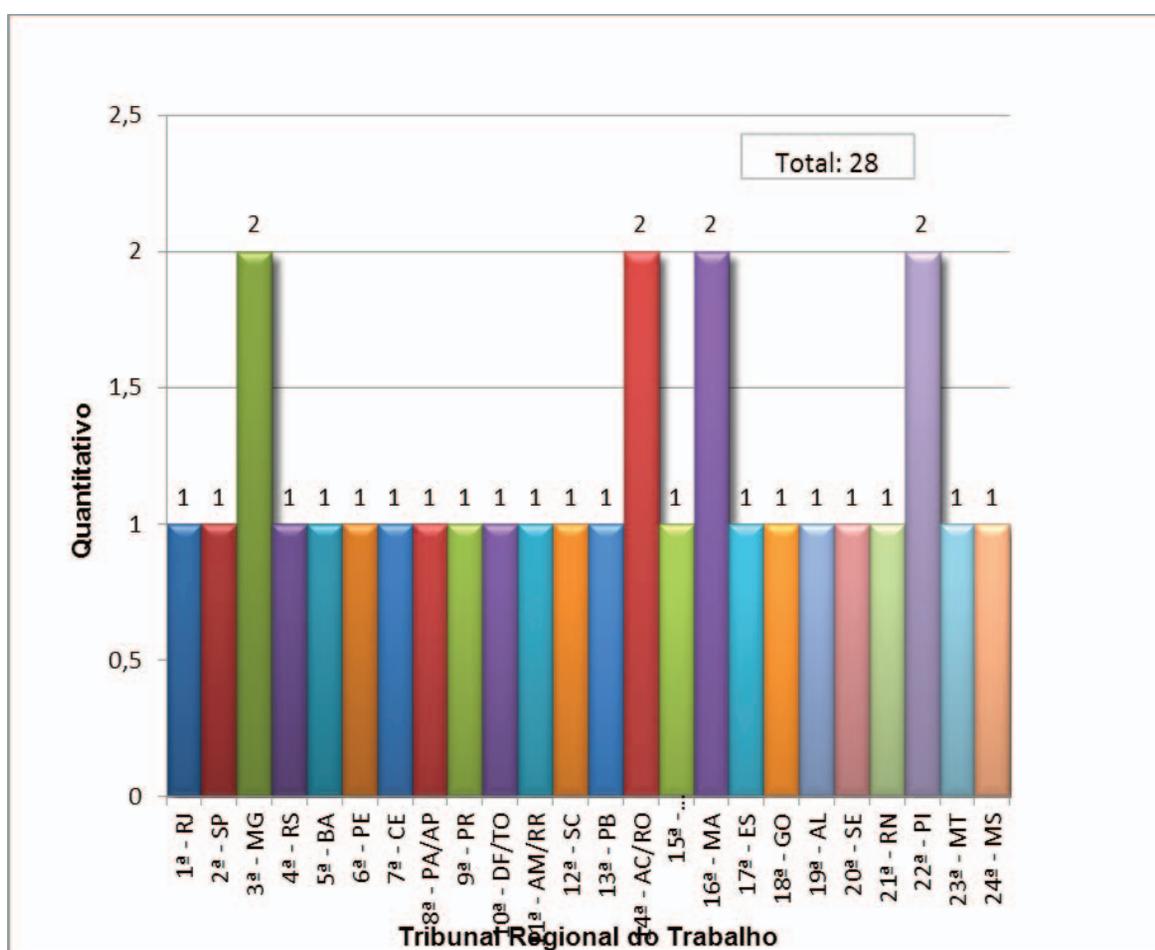
Gráfico 17 – Alunos inscritos no 1º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT - 4º Módulo - Gestão Acadêmica II, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais – Módulo Gestão Orçamentária e Contratações

30 e 31 de agosto de 2016

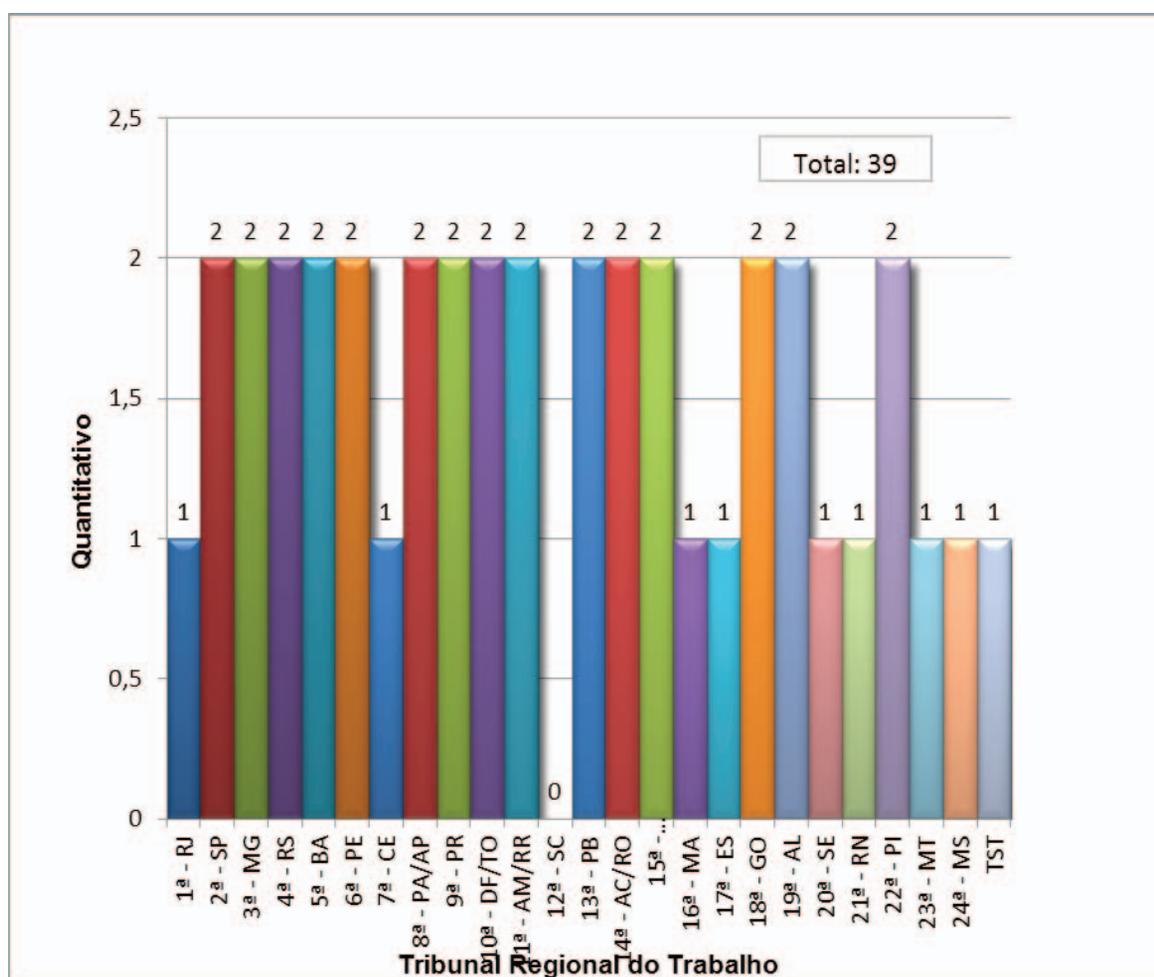
Gráfico 18 – Alunos inscritos no 1º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT - 5º Módulo - Gestão Orçamentária e Contratações, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de Escolas Judiciais – Módulo Gestão em Educação à Distância

8 e 9 de novembro de 2016

Gráfico 19 – Alunos inscritos no 1º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT - 6º Módulo - Gestão em Educação à Distância, por Região – ENAMAT

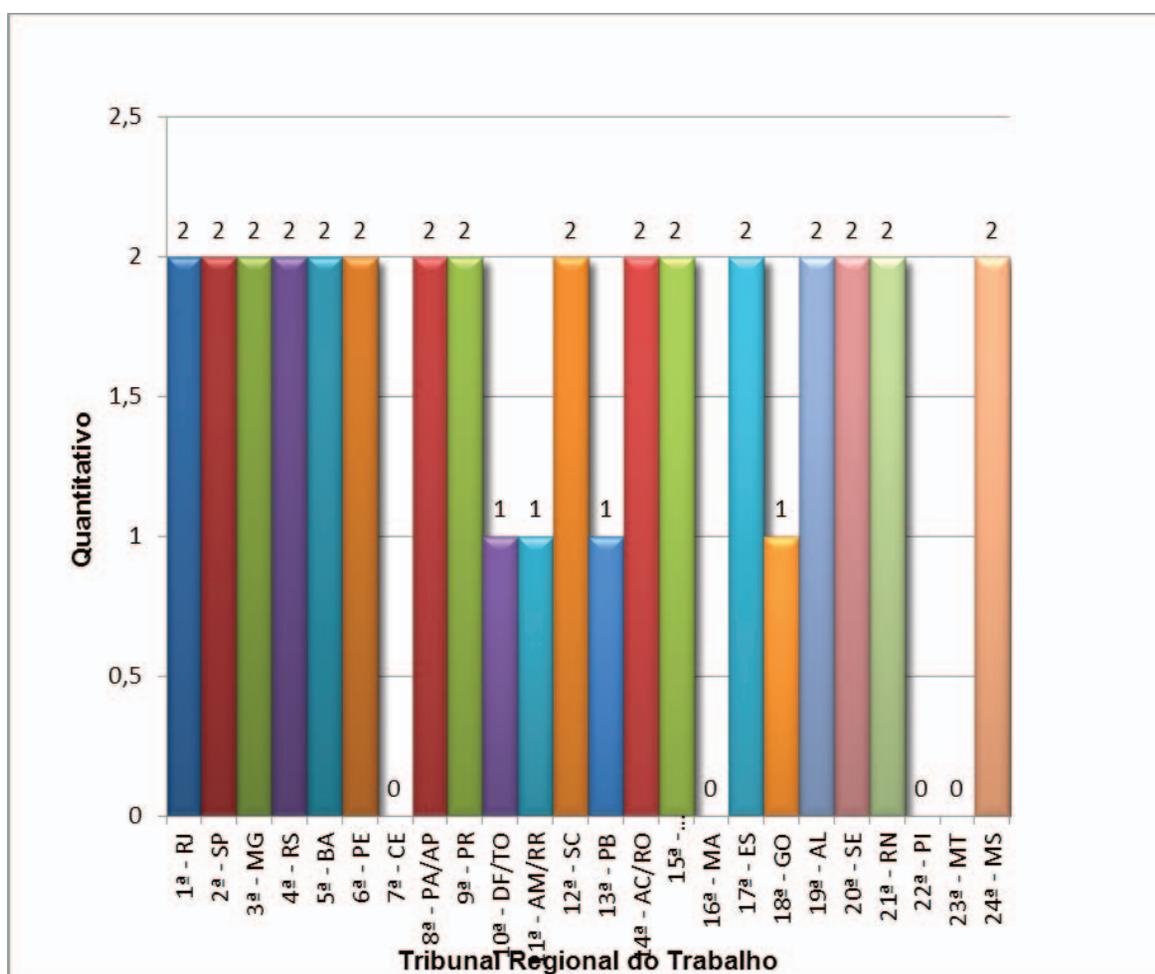


## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

### Curso de Formação de Formadores sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho

31 de março a 8 de maio de 2016

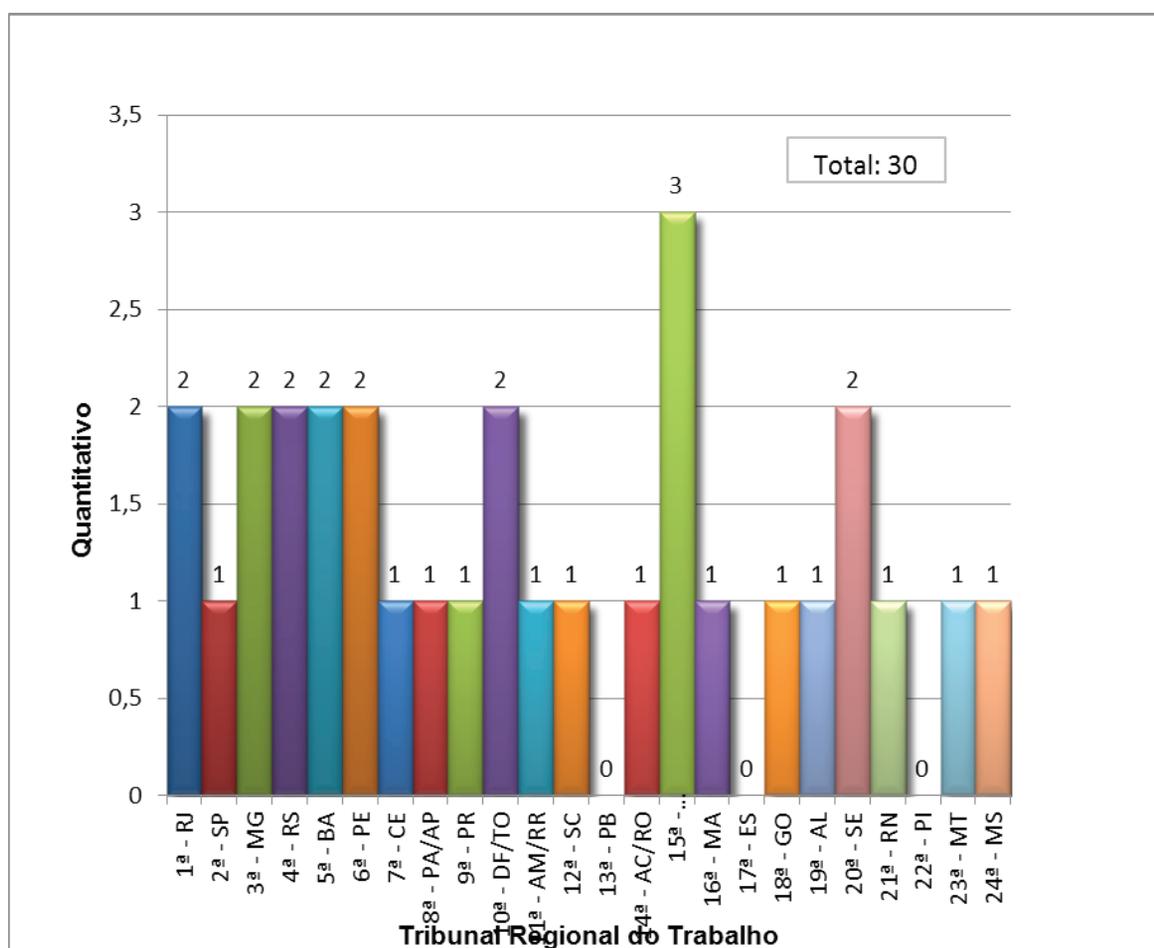
Gráfico 20 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho, por Região – ENAMAT

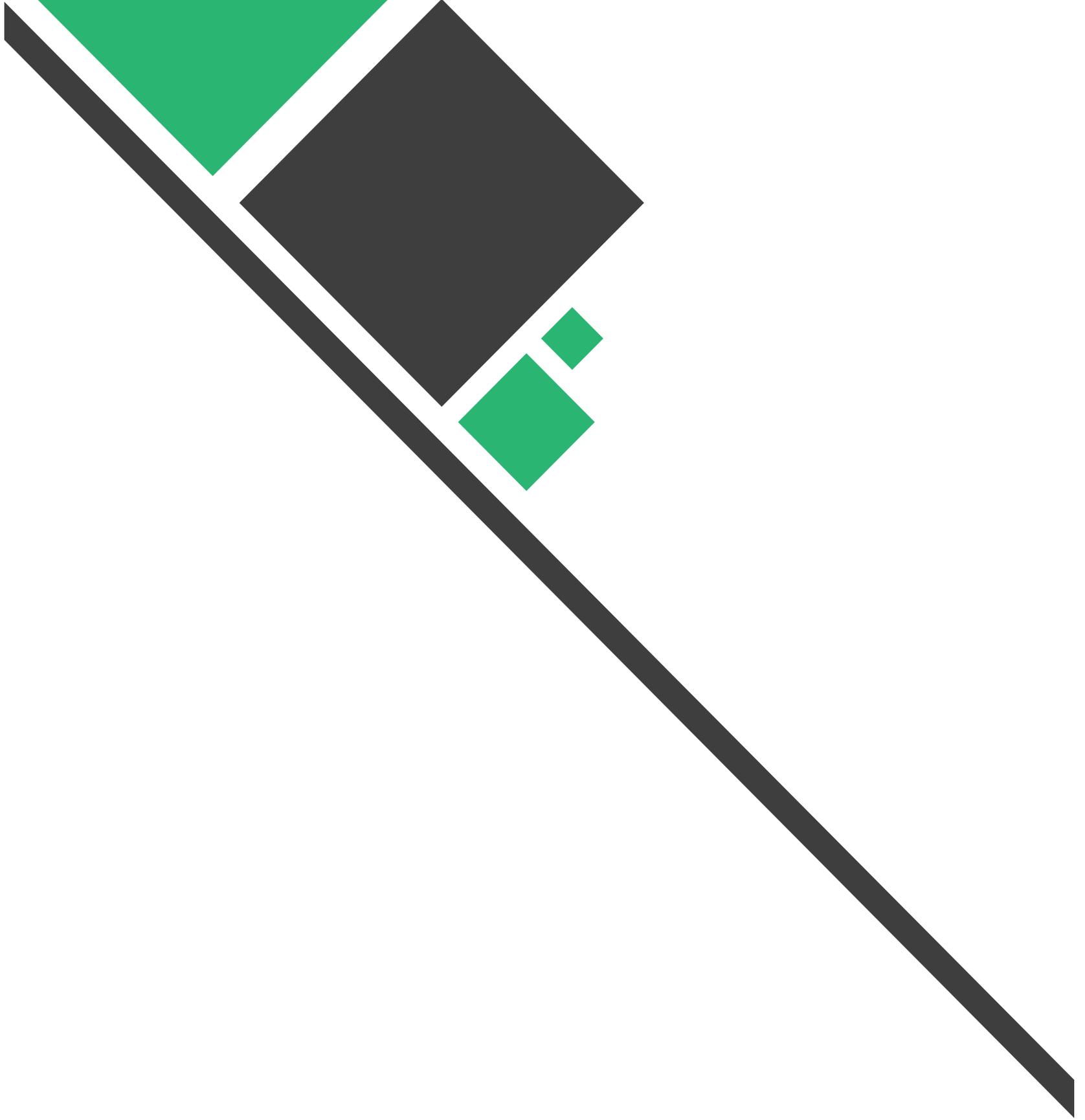


## Curso de Formação de Formadores sobre o Novo Código de Processo Civil e sua aplicação no Processo do Trabalho

27 de outubro a 13 de dezembro de 2016

Gráfico 21 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre O Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho, por Região – ENAMAT





## EQUIPE DA ENAMAT

### **Subsecretária Administrativo-Acadêmica**

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

### **Assessores da Direção da ENAMAT**

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli

José Valmir Santos Filho

### **Assistente da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica**

Marizaura Augusto da Glória

### **Servidores**

Anna Wasleka Rodrigues Maux

Arturo Buzzi Filho

Ben Hur Lopes de Oliveira

Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins

Edson Ribeiro de Souza

Eugênia Clemente de Oliveira

Fábio Soares Viana

Fernanda Truite Pereira Lima

Higor Fernando Silva Almeida de Faria

Igor Otávio Rodrigues

Janete Chaves

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Joyce Ataide de Castro Martins

Luisa Martins Torres

Maria Esther Gondim Brandão

Michelle Santos Lobo

Roberto Ayrosa Pereira

Rodolpho Caitano da Silva Bandeira

Rosanne Cristina Colombelli Gontijo

Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua

### **Editor e Operador de DTV**

Márcio Antonio Silveira Furtado

### **Estagiário**

Rodrigo Rodrigues Lopes

### **Secretárias**

Josuene Guimarães Soares

Tatiane Mayara Oliveira Barbosa

### **Garçom**

Ronaldo Diniz Souza Júnior

## COLABORADORES DA ENAMAT

A ENAMAT contou com a valiosa colaboração de servidores de várias unidades do Tribunal Superior do Trabalho para a execução dos cursos de formação.

A Direção da Escola Nacional registra neste Relatório os agradecimentos pela presteza e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

### **Unidades**

Coordenadoria de Apoio aos Ministros (CAMIN)

- Divisão de Apoio aos Ministros (DIAA)
- Seção de Som (SSOM)

Coordenadoria de Material e Logística (CMLOG)

- Reprografia e gráfica

Coordenadoria de Saúde (CSAUD)

Coordenadoria de Segurança e Transporte (CSET)

Impressão e acabamento:  
Coordenadoria de Material e Logística  
Tribunal Superior do Trabalho

